



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 17^a. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 8 DE JULHO DE 2025

ATA Nº. 20 / 2025

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E SETE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO QUINZE, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.2. ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO DEZASSEIS, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
 - 3.2.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.4. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.5. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.6. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
 - 3.7. SR^a. DEPUTADA FÁTIMA RODRIGUES (IN-OV)
 - 3.8. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
 - 3.9. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)

- 3.10. SR^a. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.11. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.12. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.13. SR^a. DEPUTADA ISABEL LOURENÇO (IN-OV)
- 3.14. SR. DEPUTADO ANTÓNIO LOPES DA COSTA (IN-OV)
- 3.15. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.16. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.17. SR^a. DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
- 3.18. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.19. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.20. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.21. SR^a. DEPUTADA BÁRBARA SILVA (PRESIDENTA DA JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA)
- 3.22. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.^o 411/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA À ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À APENO – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENOTURISMO
- 4.1.1. VOTAÇÃO
- 4.2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.^o 474/2025 – GCAJ – RELATIVA À AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO CONSTRUÍDO PELA AERLIS SOBRE PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL CEDIDA EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE, EM OEIRAS
- 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.2.1.1. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

VOTO

- 4.2.1.2. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.2.1.3. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.3. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 476/2025 – GMA – RELATIVA AO RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS 2024 - APRECIADA
- 4.4. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 478/2025 – GMA – RELATIVA À OEIRAS VIVA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO 4.º TRIMESTRE DE 2024 E RELATÓRIO E CONTAS 2024 - RETIRADA
- 4.5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 485/2025 – DMAG/DFP/DP – RELATIVA À DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA ANTÓNIO FELICIANO CASTILHO, EM LINDA-A-VELHA
- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.5.1.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.6. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 529/2025 – DMEDSC/DDS/UGPS – RELATIVA AO APOIO FINANCEIRO À MANUTENÇÃO DO POSTO DE ENFERMAGEM DE QUEIJAS – UNIÃO DE FREGUESIAS CARNAXIDE E QUEIJAS (UFCQ)
- 4.6.1. VOTAÇÃO
- 4.7. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 567/2025 – DMOGAH – RELATIVA À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA E CORRESPONDENTE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO À PARQUES TEJO, E.M., COM VISTA AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS EM MATÉRIA DE

ESTACIONAMENTO PÚBLICO

- 4.7.1. VOTAÇÃO
- 4.8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 624/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA AO FESTIVAL NOS ALIVE 2025 – PEDIDO DE APOIO – ISENÇÃO DE TAXAS
- 4.8.1. VOTAÇÃO
- 4.8.1.1. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.8.1.2. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 5.1. SR^a. RITA AMARO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.2. SR. NUNO STOCKWELL MOREIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.3. SR. ROGÉRIO MAGALHÃES, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.4. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.5. SR. AMÍLCAR DIAS, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.6. SR. DANIEL SOUSA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.7. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.8. SR. VEREADOR PEDRO PATACHO, EM SUBSTITUIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.9. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 5.10. SR^a. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 5.11. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 5.12. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 5.13. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 5.14. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.15. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the President of the Assembly, placed next to the official seal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 5.16. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS		
VOTAÇÃO:	27 votos indecididos 029-07-2025	
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N
IN-OV	11	
PS	1	
PSD	3	
EO	2	
CDU	1	
IL	1	
CH	1	
PAM	1	
INOVAR ALGÉS	1	
INOVAR BARREIRA		—
INOVAR CARNAXIDE QUEIJAS		—
INOVAR OEIRAS CODEARÇOS CAXIAS		—
INOVAR PORTO SALVO	1	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 17ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 8 DE JULHO DE 2025

ATA N°. 20 / 2025

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio, em substituição do Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço.

1. ABERTURA DA REUNIÃO

Pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Sétima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Monteiro, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeia Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro, Sónia Maria Antas de Barros

Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.

-----Os Senhores Deputados Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata.

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha.

2. ORDEM DE TRABALHOS

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 411/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa à Adesão do Município de Oeiras à APENO – Associação Portuguesa de Enoturismo;
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 474/2025 – GCAJ – relativa à Aquisição do edifício



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

construído pela AERLIS sobre parcela de terreno municipal cedida em regime de direito de superfície, em Oeiras; -----

3. Apreciação da Proposta CMO N.º 476/2025 – GMA – relativa ao Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos do Município de Oeiras 2024; -----

4. Apreciação da Proposta CMO N.º 478/2025 – GMA – relativa à Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. – Relatório de Execução do 4.º Trimestre de 2024 e Relatório e Contas 2024; -----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 485/2025 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração do domínio privado de uma parcela de terreno sita na Rua António Feliciano Castilho, em Linda-a-Velha; -----

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 529/2025 – DMEDSC/DDS/UGPS – relativa ao Apoio financeiro à manutenção do Posto de Enfermagem de Queijas – União de Freguesias Carnaxide e Queijas (UFCQ); -----

7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 567/2025 – DMOGAH – relativa à Celebração de contrato-programa e correspondente atribuição de subsídio à exploração à Parques Tejo, E.M., com vista ao exercício de competências delegadas em matéria de estacionamento público; -----

8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 624/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa ao Festival NOS Alive 2025 – Pedido de apoio – Isenção de taxas.-----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte: -----

----- “Ora muito boa tarde a todos. Vamos dar início a esta nossa reunião.-----

----- Devo comunicar-vos que hoje, por despacho do Senhor Presidente, estará em sua substituição o Senhor Vereador Pedro Patacho, dado que o Senhor Presidente não está, o Senhor Vice-Presidente também está fora, e a Senhora Vereadora Joana Baptista também. Resulta que

hoje temos o Senhor Vereador Pedro Patacho em representação da Câmara Municipal. Desde já agradecer a sua presença, e esperemos não lhe dar muito trabalho.

Também porque não está o Primeiro-Secretário, o Doutor Rui Miller, pedi o favor à nossa colega Isabel Lourenço (IN-OV) de secretariar esta reunião. E vou-lhe pedir o favor de fazer a chamada.

Muito obrigada.

Ora, temos duas atas para apreciar.”

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS

3.2.1. Ata da Décima Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco – Ata número quinze, de dois mil e vinte e cinco.

3.2.1.1. VOTAÇÃO

A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e quatro votos a favor, sendo onze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Monteiro, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.2.2. Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a três de junho de dois mil e vinte e cinco – Ata número dezasseis, de dois mil e vinte e cinco. -----

3.2.2.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos a favor, sendo onze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Maria de Fátima dos

Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeia Tomé e Acácio Silva de Oliveira), um do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura), um do Partido Social Democrata (Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Faça favor.” -----

3.3. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:

----- “Obrigada, Senhora Presidente. Aproveito para a cumprimentar e na sua pessoa cumprimentar todos os que acompanham esta Assembleia. -----

----- Na questão da Ata, na votação da Ata quinze, nós solicitámos algumas correções, só confirmar que a Ata votada inclui essas correções, que tinham sido também confirmadas por email.

----- Muito obrigada.” -----

3.4. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

----- “Confirmou se as suas correções...” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) respondeu o seguinte:

----- “Por email sim, mas como o email foi trocado só comigo e não com os restantes deputados, só confirmar que o que estamos a votar é a Ata com as correções que eu solicitei. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Muito obrigada.” -----

3.5. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte:

----- “Enquanto Deputado do Partido Chega cumprimento a Senhora Presidente, o Executivo Camarário, os colegas Deputados Municipais e todos os que nos assistem. -----

----- Indago hoje quatro situações bem visíveis neste Concelho, respeitando os três minutos concedidos pelo Regimento, agradecendo respostas claras e não a ironia de sempre, lamentando a

ausência do Senhor Presidente, Doutor Isaltino Moraes.-----

-----Primeira situação. A requalificação do Santuário de Nossa Senhora da Rocha ficou com a dignidade merecida. É perceptível. Contudo, questiono se as obras, e inaugurações de obras e outras, são do Município de Oeiras, ou se são da responsabilidade do IN-OV. Quem vê estas obras nas revistas do Concelho, ou nos próprios locais, parece que são propriedade do IN-OV estas inaugurações, e não do próprio Município, às custas do erário público, de todos nós enquanto Estado, sendo suscetível às mesmas de publicidade enganosa. Pergunto se esta requalificação do Santuário de Nossa Senhora da Rocha não é obra da Câmara Municipal de Oeiras. O IN-OV arroga-se como promotor desta obra, ou será o Município e o próprio povo que pagou essa obra e tantas outras? Caro IN-OV, quando se governa para o povo e com o dinheiro do povo, o primeiro agradecimento vai para o povo e não para os interesses pessoais de alguns. -----

-----Segunda situação, já colocada pelo Partido Chega. Senhora Presidente, eu só pedia um bocadinho de respeito perante a minha intervenção e pedia silêncio, por favor, porque a falta de educação é total. Segunda situação, já colocada pelo Partido Chega. É bem perceptível o crescimento dos sem-abrigo no Concelho de Oeiras, visíveis em algumas bibliotecas do Concelho, que dormem, por exemplo, em algumas ruas de Algés, ou na periferia do Parque dos Poetas. Pergunto: como pretende este Executivo ajudar a resolver este problema crescente? -----

-----Terceira situação. O Executivo Camarário certamente terá uma palavra a dar acerca do crescimento das casas de culto em Oeiras, e do desagrado dos moradores dos prédios. Pergunto: está a ser feito algum estudo face a este impacto na comunidade? -----

-----Quarta e última questão. A revista Sábado, via online, alega, cito: “Que a Câmara de Isaltino contratou a empresa da filha”. Consta na revista Sábado serviços de psicologia no valor de cento e dezasseis mil euros, pagos através de três contratos, desde dois mil e vinte e quatro a dois mil e vinte e seis, em regime de contratação que exclui a concorrência. Pergunto se isto é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

verdade ou mentira. A Câmara Municipal de Oeiras está tão necessitada de serviços integrados de saúde mental, ou haverá aqui manifestamente indícios de abuso de poder e nepotismo do Doutor Isaltino?-----

----- Que esta Assembleia Municipal seja um órgão de fiscalização e não uma barreira invisível do sistema.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faça favor.”-----

3.6. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. Obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a e na sua pessoa cumprimento todos os que estão presentes, bem como todos aqueles que nos assistem de forma não presencial.-----

----- A Iniciativa Liberal vem aqui hoje para fazer um protesto. A Iniciativa Liberal vem apresentar o seu protesto contra o “novo normal” em Oeiras. As buscas na Câmara Municipal de Oeiras já se tornaram o “novo normal” no Concelho. Os comentários mais ouvidos sobre o assunto são: “nada de novo”, “mais uma”. Já ninguém se surpreende. No atual mandato, as buscas ocorridas no passado dia vinte e seis de junho foram as terceiras, uma média considerável. É natural que também nesta matéria sejamos o Concelho número um.-----

----- Em dois mil e vinte e dois, buscas relacionadas com a contratação de serviços de adjudicação suspeitos. Em dois mil e vinte e quatro, investigação sobre despesas com refeições de trabalho. Em vinte e seis de junho de dois mil e vinte e cinco, as mais recentes, ligadas a suspeitas de corrupção, prevaricação e participação económica em negócio, envolvendo a empresa municipal Municípia e projetos em Moçambique.-----

----- Façamos uma linha do tempo. A vinte e seis de junho, bem cedo, a Câmara Municipal

de Oeiras é alvo de buscas pela Polícia Judiciária. À hora do almoço, o Senhor Presidente presta declarações aos órgãos de comunicação social, e.... silêncio. Exatamente, silêncio. Nada mais foi dito sobre o assunto aos oeirenses. Existe algum comunicado? Alguma explicação no facebook, no instagram? Nada. Mas a festa continua com inaugurações e concertos, ou não fosse Oeiras o Município número um em gastos com artistas neste ano.

Tal como a Iniciativa Liberal já tem afirmado por diversas vezes nesta Assembleia, a transparência, a responsabilização e a eficiência do Poder Local são fundamentais para que situações como estas não aconteçam. A transparência permitirá que os cidadãos possam escrutinar facilmente a atuação dos seus representantes. As decisões autárquicas devem ser públicas, com reuniões gravadas e documentos acessíveis online. A fiscalização deve ser independente e eficaz. As Assembleias Municipais são um órgão importantíssimo na fiscalização do Executivo. Reduzindo a burocracia e simplificando processos através de modelos mais simples e diretos de governação, evitam-se zonas onde a corrupção pode vir a existir. As buscas judiciais indicam que algo está errado, são um sintoma de um sistema que precisa de mais escrutínio e menos opacidade.

A Iniciativa Liberal acredita que uma autarquia bem gerida presta contas aos seus munícipes e gere recursos de forma eficaz. O Poder Local deve abster-se de clientelismo e má gestão dos dinheiros públicos, e cabe aos órgãos competentes fiscalizar, mas também cada um de nós, como contribuintes e como munícipes, devemos exigir, exigir clareza, rigor e transparência. A exigência faz-nos caminhar para as boas práticas e ganhar a confiança dos nossos concidadãos.

Disse.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Muito obrigada, Senhora Deputada

Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV). Como queira...”

3.7. A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) interveio e disse o seguinte:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Boa tarde, Senhora Presidente e todos os que aqui se encontram. -----

----- Foi um fim de semana marcante para o Concelho de Oeiras. -----

----- No dia cinco de julho pela manhã, o Doutor Isaltino Morais inaugurou em Carnaxide a primeira fase do Eixo Verde e Azul, da Senhora da Rocha à Cruz Quebrada. Um percurso com cerca de duzentos e oitenta e cinco metros, acessível, junto à natureza, um percurso ladeado por árvores autóctones que dão beleza e sombra neste percurso maravilhoso e revitalizante. -----

----- Pelas vinte e uma e trinta do mesmo dia, o Presidente Isaltino Morais volta a Carnaxide onde inaugurou a obra de requalificação do adro, praça e jardim do Santuário de Nossa Senhora da Conceição da Rocha. -----

----- Este local é usado em momentos de grande significado para a União de Freguesias de Carnaxide Queijas, e para Linda-a-Pastora em particular, como espaço de cultura e de celebração de dias de festa da Senhora da Rocha, onde confluem anualmente milhares de visitantes. -----

----- Numa área de intervenção de aproximadamente quinze mil e seiscentos metros quadrados, inclui a revitalização do Jardim da Rocha, que agora oferece um ambiente íntimo e acolhedor, integrado à vegetação e ideal para a convivência e momentos de reflexão. -----

----- Esta intervenção contou com um investimento municipal de um milhão oitocentos e quarenta e oito mil euros, incluindo o apoio do PT vinte-trinta de setecentos e trinta e nove mil euros. Traduz-se na transformação completa do espaço, reforçando o seu papel como local de espiritualidade, encontro e contacto com a natureza, tornando-o mais atrativo para os visitantes. -

----- Esta obra espelha o empenho e a visão de Isaltino Morais em requalificar e valorizar o património cultural do nosso território, sempre numa simbiose perfeita entre o sagrado e o profano.

----- A Igreja de Nossa Senhora da Rocha é um símbolo de uma ponte entre mundos. Crentes e não crentes encontram ali significados distintos. A forma fala à arte, o conteúdo à fé. É um espaço de contemplação que vai além do dogma religioso. -----

-----No domingo, seis de julho, e eu cito aquilo que retirei da página do Centro Social e Paroquial de Barcarena: “Foi um desejo, um sonho, uma esperança e ao fim de quase quinhentos dias de obra, tornou-se realidade”. -----

-----O novo Centro Social Paroquial de Barcarena foi inaugurado este domingo, dia seis de julho, às onze horas, com todo o protocolo que lhe era devido pelo Senhor Presidente Isaltino Morais e por sua eminência Dom Rui Valério, Patriarca de Lisboa. -----

-----A construção deste belíssimo equipamento multifuncional integra as vertentes educacional e social, e é da responsabilidade do Centro Social e Paroquial de Barcarena, que iniciou o procedimento com a contratação dos projetos de arquitetura e especialidade, no valor total de cinco milhões cento e catorze mil euros. A empreitada foi financiada maioritariamente pela Câmara Municipal de Oeiras, contando também com o apoio financeiro do Plano de Recuperação e Resiliência, no montante de duzentos e oito mil euros. -----

-----Sempre a pensar no futuro das jovens famílias deste Concelho, este projeto irá ter uma valência que abrange seis salas destinadas à creche para oitenta e quatro crianças, três salas do pré-primário para setenta e cinco crianças e duas salas destinadas ao centro de atividades de tempos livres para trinta e quatro crianças. Podemos mesmo dizer que, em Barcarena, a questão sempre delicada de vagas para crianças a partir de três anos irá ser ultrapassada. Disse. -----

-----Mas não disse tudo, porque me compete dizer hoje uma coisa que para mim é extraordinariamente importante. -----

-----Não podia deixar em branco, hoje, o centésimo quarto aniversário de Edgar Morin. São raras as vezes que a humanidade tem o privilégio de celebrar o centenário de um génio vivo. Continua a iluminar consciências, a semear sabedoria e a inspirar gerações. -----

-----Edgar Morin, mestre dos mestres, é um homem cuja existência é farol e bússola num tempo tantas vezes obscurecido pela incerteza. Um espírito que une e jamais divide. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Agora sim, disse.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faça favor.”-----

3.8. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Desde já a cumprimento a si, ao Doutor Custódio (IN-OV), à Doutora Isabel (IN-OV), ao Senhor Vice-Presidente Pedro Patacho, Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, estimado público e a quem nos ouve. -----

----- Eu esperava que a intervenção que aqui foi feita, vergonhosa, por parte da Iniciativa Liberal... Não sei se a Senhora Deputada se alinhou com o candidato Pedro Frazão, mas foi vergonhosa e vou passar a explicar porquê. Estamos a poucos meses de eleições autárquicas e assistimos, nos últimos dias, a um frenesim mediático em torno de buscas da Polícia Judiciária, relacionadas com alegados atos ilícitos numa empresa municipal, Senhora Deputada. Numa empresa municipal. É fundamental dizer com clareza: essas diligências, Senhora Deputada... Eu vou interromper, porque o Senhor Presidente de Câmara está a chegar.... É fundamental dizer com clareza, Senhora Deputada Anabela Brito (IL), as diligências da Polícia Judiciária a que se referiu não visam o Presidente da Câmara, nem o Executivo Municipal. São processos numa entidade com gestão própria: a empresa Município. Vimos manchetes sensacionalistas, vimos comentadores em direto a falar - e a isto assisti eu numa televisão, enquanto decorriam essas buscas – a falar de almoços. De almoços? Sem qualquer relação com as buscas em causa. -----

----- Vimos tentativas claras de lançar lama sobre o Presidente da Câmara e sobre o Executivo Municipal, que foi o que a Senhora Deputada veio aqui fazer, foi atirar lama para cima do Senhor Presidente de Câmara. Não aceitamos isso, não aceitamos que se queira colar uma suspeição geral sobre quem não está sequer visado nestes processos. Não aceitamos que se use a

luta legítima contra a corrupção como arma eleitoral para destruir reputações sem provas. Falemos com clareza: sabemos qual é o alvo desta campanha, o Presidente da Câmara Doutor Isaltino Morais. E vou dizê-lo aqui sem nenhuma hesitação: o Doutor Isaltino Afonso Morais nunca foi condenado por corrupção, nem por qualquer ato ilícito enquanto Presidente de Câmara. Nunca. E quem o disser está a cometer um crime de perjúrio. Eu vou repetir: o Doutor Isaltino Afonso Morais nunca foi condenado por corrupção, nem por qualquer ato ilícito enquanto Presidente de Câmara. Nunca. Aquilo de que falam, e que alguns teimam em repetir até à exaustão, foi um processo de fuga ao fisco. Sim, foi condenado e cumpriu uma pena. Foi uma condenação de dois anos de prisão efetiva, quando a lei portuguesa prevê que, quando se é primário, deveria ter sido pena suspensa. Em toda a história da justiça portuguesa é o único caso conhecido de um cidadão condenado a uma pena tão curta, sem antecedentes criminais, a cumprir pena efetiva. A ânsia de matar politicamente o Doutor Isaltino era tanta, que até o Procurador-Geral da República de então, permitiu-se dizer isto, antes da sentença ser proferida: “Não percebo porque é que Isaltino ainda não está preso”. Uma declaração que foi a demonstração mais cristalina de que houve vontade política e judicial de derrubar o Doutor Isaltino a qualquer preço. Digamo-lo com todas as letras: o Doutor Isaltino Morais foi um preso político. E hoje assistimos ao mesmo método com nova roupagem. Usam diligências judiciais a empresas municipais - legítimas, mas que não visam o Executivo - para lançar suspeição sobre todo o Município. Confundem de propósito, alimentam o frenesim mediático, envenenam o debate político.

Oeiras não tem medo da transparência e incomoda muito que o Município de Oeiras seja o mais desenvolvido e evoluído do país, reconhecido nacional e internacionalmente. E incomoda ainda mais que seja liderado por quem nunca recusou calar-se, ou desistiu de lutar perante tamanha injustiça. Por quem sempre foi escolhido pelos cidadãos em sucessivas eleições livres há quarenta anos consecutivos.



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the Mayor or a representative of the municipality.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Por isso, dizemos aqui hoje com toda a convicção: basta. Basta de campanhas de insinuação, basta de julgamentos mediáticos, basta de procurar manchar a honra de quem serve o público com seriedade, basta tentar roubar ao povo o direito de escolher quem quer para liderar o seu Concelho. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faça favor.”-----

3.9. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Boa tarde a todos. -----

----- Dirigia-me à Câmara para colocar uma preocupação que alguns munícipes nossos enfrentam diariamente. Não é da responsabilidade direta da Câmara, mas apelava à Câmara que fizesse todas as diligências para tentar minorar a situação. -----

----- Para se obter uma consulta nas Finanças em Algés, as pessoas fazem fila a partir das seis da manhã para obter senha. E, de facto, a secção abre às nove e as senhas que são distribuídas são pouquíssimas para as necessidades das pessoas que procuram resolver problemas nas Finanças, particularmente o comércio local, os empresários que querem fazer a regularização do IVA, os IMI, tudo isso. As Finanças de Algés estão a funcionar com pouca gente, imagino eu, e é necessário haver um reforço bastante significativo a este espaço, a este serviço que faz muita falta e tem muito a ver com a nossa vida local, tem muito a ver com a economia local, porque, de facto, nós, para termos as localidades a funcionar bem, precisamos dos comerciantes e os comerciantes queixam-se particularmente disto. -----

----- Eu já várias vezes estive com vários comerciantes e hoje estive com outro que teve que se deslocar às seis da manhã e já lá estavam cinco ou seis pessoas na fila, e isto é uma situação diária. Apelava à Câmara, à pessoa do Senhor Presidente da Câmara, que fizesse todos os esforços

para reforçar o atendimento e o serviço das Finanças em Algés.

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD).”-----

3.10. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimentá-la a si e na sua pessoa a Mesa, cumprimentar o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, cumprimentar os Deputados, o nosso apoio administrativo e quem nos assiste aqui e lá em casa.-----

-----Senhora Presidente, começar por falar de alguns dos temas que foram aqui trazidos por alguns dos deputados desta Casa.-----

-----Começar pelo Doutor Francisco O'Neill, do Chega, que nos trouxe o assunto dos sem-abrigo que nós já tínhamos falado há duas Sessões atrás. Dizer que é verdade que o número de sem-abrigo tem aumentado no Concelho, mas também é verdade que todos nós que somos munícipes em Oeiras temos que fazer a nossa quota parte. Eu tenho, de facto, acompanhado algumas situações, tenho feito esse reporte à Doutora Teresa Bacelar, da Vereação da Ação Social da Câmara de Oeiras, e devo dizer que a Doutora Teresa tem sido incansável. A Doutora Teresa tem acorrido às situações se não no dia, no dia imediatamente a seguir. Tem enviado equipas técnicas para falar com as pessoas que estão a passar por esse problema e tem mostrado toda a sensibilidade para resolver a situação das pessoas que se encontram nesta situação de grande vulnerabilidade. Portanto, dizer que se todos fizermos o nosso trabalho - há, de facto, pessoas que não vão querer sair das ruas -, mas se todos nós fizermos a nossa quota-partes e se fizermos as situações chegar à ação social da Câmara, certamente, os profissionais poderão fazer o seu papel.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Dar os parabéns à Doutora Teresa pelo esforço que tem levado a cabo e, portanto, penso que conseguiremos fazer a nossa quota-parte e ajudar no que for possível. -----

----- Relativamente àquilo que nos trouxe a Iniciativa Liberal sobre as buscas à Câmara de Oeiras por causa da Município. Toda a gente sabe, e mormente o Senhor Presidente da Câmara, que eu tenho sido uma das vozes que mais se tem levantado contra as contas e a situação da Município, quando essas mesmas contas e essa mesma situação é trazida à Assembleia Municipal. Neste momento, tirando a justiça, ninguém tem muito mais a dizer a respeito da situação de um processo de inquérito que certamente estará a correr e, portanto, acho que é cedo estarmos a fazer qualquer tipo de consideração a este respeito. Dizer que eu fui das poucas pessoas que sempre no último mandato votei contra as propostas da Município. Voltaria a fazê-lo, precisamente porque na análise que fiz a esta empresa e às contas desta empresa senti que nem tudo estaria bem, mas não me vou pronunciar, nem eu, nem ninguém dentro da bancada do PSD sem que alguma coisa com fundamento, seja, de facto, trazida a público. E, portanto, temos buscas, não é agradável, não é agradável certamente nem para o Executivo, nem para os munícipes de Oeiras, mas aguardemos pelo desfecho, ou pelo desenvolvimento deste caso. -----

----- Por fim, relativamente àquilo que nos trouxe o Senhor Deputado Carlos Coutinho, da CDU. De facto, as Finanças de Algés têm estado um caos. As Finanças de Algés têm um profissional por cada serviço. As Finanças de Algés estão a fechar portas, vão ser transferidas para Paço de Arcos. É verdade, e eu por razões profissionais tenho-me dirigido ao serviço que, quando chegamos antes das oito da manhã, já está muita gente na fila, mas, de facto, o que os profissionais que trabalham naquela secção nos transmitem é que, de facto, estamos numa altura de transição. E, portanto, como as Finanças vão ser transferidas para Paço de Arcos, já há muito pouca coisa a funcionar em Algés. Bom seria que este Executivo conseguisse fazer alguma pressão para que continuássemos a ter o serviço de Finanças em Algés, porque é, de facto, um serviço que faz muita

falta, não só a comerciantes, mas a todos os moradores daquela União de Freguesias.-----

-----E pronto, Senhora Presidente, muito obrigada. Eram estes os temas que eu gostava de trazer. Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor. Ou uma das duas... “-----

3.11. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Peço desculpa aqui à colega Sílvia (PAN) que, de facto, se inscreveu primeiro. Primeiro, gostaria de cumprimentar todos novamente e calculo, Senhor Presidente, que estando presente na Sessão de hoje da Assembleia, o seu despacho que foi publicado no boletim municipal hoje de manhã, apesar de ter data de dia quatro, fica sem efeito, não é? Portanto, o Senhor está-se a representar enquanto Presidente de Câmara. -----

-----Na sequência de notícias já aqui faladas por colegas deputados em relação à situação da Município, mas também relativa à contratação de familiares e amigos, e já também que o Deputado Viegas (IN-OV) veio discursar sobre a importância do esclarecimento aos municíipes - com o qual não podíamos deixar de concordar, gostaria de lembrar que para os eleitores de Oeiras é muito importante recordar factos que atestam que Isaltino Morais, ao fim de três décadas de domínio do Poder Local em Oeiras, continua igual ao que sempre foi. E se não, vejamos: sentença definitiva, destacam-se os seguintes factos dados como provados. Nos treze anos de noventa a dois mil e dois, Isaltino Morais auferiu, enquanto principal autarca de Oeiras, o rendimento líquido de mais de trezentos e cinquenta e um mil euros. Ao longo desse extenso período de cento e cinquenta e seis meses, efetuou cinquenta e cinco depósitos num banco suíço, no montante total de mais de um milhão de euros, mais uns quantos outros depósitos num banco belga. Tudo isto, ter-lhe sido permitido sonegar mais de quatrocentos e sessenta e três mil euros ao fisco em sede de IRS. Acresce que nas buscas policiais a sua casa, em Miraflores, foram encontrados quatrocentos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinquenta mil euros em numerário (isto está na sentença). Os juízes da relação consideraram este tipo de explicações uma “afronta ao entendimento e grau de inteligência, mediante o normal cidadão”, está entre aspas. A conclusão a que chegaram foi ríspida e, mais uma vez entre aspas, “o arguido não encontra nada de especial no facto de, ao longo dos anos, ter fugido ao pagamento de impostos e de para o efeito ter branqueado dinheiro. A ideia que fica é de que o arguido só não continuará a fazer o mesmo se não puder”. E o que estive a fazer foi a citar a sentença. -----

----- Senhor Presidente, hoje colocamos outras questões que são de igual forma importantes para esclarecer os cidadãos. -----

----- Que obras sem sinalização estão a ser construídas sem comunicação prévia aos moradores e sem placa informativa a nascer junto à Rua José Malhoa? Depois, em relação às obras nas ruas de Tercena. Que obra está a ser realizada no final da Estrada Cruz dos Cavalinhos, também sem sinalização e sem que tivesse sido garantido acesso pedonal? E também em redor do bairro, em Tercena, também junto à Rua da Juventude com ruas que estão esburacadas há mais de um mês, e queríamos saber o que é que se passa ali. Que obra é esta que não está sinalizada e porque não foi feita de forma faseada, permitindo abrirem fossos em todas as ruas, tornando-se um perigo para a circulação de peões na zona? Também relativamente ao Bairro da Quinta do Açude, para quando a resolução da situação das habitações precárias e sem condições e que vimos questionando nesta Assembleia desde o início do mandato? -----

----- Relativamente à linha de alta tensão em Cacilhas de Oeiras, que já aqui questionámos no dia dezassete de junho – e que ainda não foi respondido – sabemos da entrega de um abaixo-assinado na Câmara Municipal com mais de quarenta assinaturas, e que não teve reação por parte da Câmara Municipal, e que também não receberam os moradores e que agora, sabemos, entregaram nova petição aqui na Assembleia Municipal com mais de duzentas e cinquenta assinaturas. -----

-----O que é que se passa ali, Senhor Presidente, e por que razão a linha não é enterrada? Porque é que a Câmara não tomou as ações devidas, tendo sido contactada pelos moradores? Requeremos também todos os documentos deste processo, incluindo a cópia da petição entregue relativamente à Câmara Municipal. -----

-----Finalmente, também relativamente à Assembleia anterior, relativa ao debate do SATUO, estarão certamente recordados que questionei como é que o SATUO iria custar aos oeirenses mais de cem milhões de euros, e durante a viagem os passageiros podiam ter de mudar de viatura (não sei se se lembram). Eu também me lembro de resposta da Senhora Vereadora que insinuou, entre outras coisas, que eu teria “ataques psicóticos”. Infelizmente, não tinha tempo para lhe responder e, por isso, hoje digo na Assembleia que não só esta possibilidade está indicada nos estudos que consultámos que foram fornecidos, mas também na Ata número sete da Reunião de Câmara, de cinco de março de dois mil e vinte e cinco, quando a proposta do SATUO foi lá apresentada. E nessa reunião indicava então o administrador da Parques Tejo, e mais uma vez passo a citar: “Entre Paço de Arcos e Sintra, nos nove quilómetros e meio que estão previstos e as quinze estações, com uma duração máxima de percurso, isto se for o mesmo veículo a fazer, porque depois é uma questão de decisão da operação, em que se podem usar várias famílias de autocarros”. -----

-----Aproveito para rematar que esta foi ainda a Assembleia que com que fui brindada pela Senhora Presidente com afirmações como “esta criatura irritantemente mentirosa”, algo frequente quando as verdades não são convenientes nesta Assembleia. Esperemos que essa situação fique em Ata conforme a gravação. -----

-----Muito obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Pode ter a certeza, Senhora Deputada, fica tudo em Ata. Senhora Deputada Sílvia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Marques (PAN), faça favor.”-----

3.12. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) referiu o seguinte:-----

----- “Muito boa tarde. Cumprimento todos os presentes e quem nos assiste.-----

----- O PAN não pode deixar de manifestar a sua profunda preocupação com o que tem sido uma prática recorrente e lamentável no nosso Município: as podas de árvores em plena época de nidificação. Temos recebido várias denúncias e testemunhos de cidadãos alarmados com o que se.... Posso? ... com o que encontram no chão depois destas intervenções: ninhos destruídos, crias mortas, aves em sofrimento. Isto não é um detalhe técnico, não é um dano colateral, é um atentado contra a vida e contra a biodiversidade urbana. A legislação portuguesa e os compromissos ambientais assumidos por Portugal são claros: a época de reprodução das aves silvestres deve ser respeitada. A Direção-geral do Território recomenda que as podas e cortes sejam feitas fora do período entre março e agosto, exatamente para proteger os ciclos naturais das espécies. Afinal, que prioridade damos à vida não humana neste Município? Não se trata de ser contra a gestão do arvoredo urbano, que é importante, mas sim de exigir que essa gestão seja planeada, técnica e eticamente responsável. Não é aceitável que, ano após ano, continuemos a ver equipas a intervir em árvores cheias de vida sem uma avaliação prévia da presença de ninhos, sem supervisão especializada e sem qualquer sensibilidade ecológica.-----

----- Obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV), faça favor.”-----

3.13. A Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos de novo.-----

----- Mais habitação social. Foi no passado dia vinte e três de junho o lançamento da primeira pedra como ato simbólico, no âmbito do Programa Habitacional de Oeiras, desta vez em

Tercena. De Oeiras, da Câmara Municipal de Oeiras, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), não é uma obra do IN-OV. E também, Senhora Deputada Mónica (EO), não devemos estar a falar da mesma obra que tem acesso para viaturas e é uma rua sem saída, e tem acesso, obviamente, aos peões. Eu estive lá enquanto Deputada e, portanto, pude confirmar tudo o que lhe estou a dizer, ou então não estamos a falar da mesma obra. Mas, nesta em particular, digamos que é mais uma peça do puzzle que o nosso Município de Oeiras, com planeamento a médio e longo prazo, com projetos, com financiamento do PRR, mas também da Autarquia, lançou mais uma operação urbanística já iniciada em março e com um prazo de conclusão para setembro do próximo ano. -----

-----O empreendimento de Tercena, com um investimento de aproximadamente quinze milhões de euros, terá oitenta e três apartamentos de habitação a custos controlados, de tipologia TUm onze apartamentos; TDois cinquenta e dois e TTrês vinte. E ainda estacionamento, numa colina com uma vista fantástica para zona verde, parque e áreas de lazer que oferecerá qualidade de vida aos novos moradores.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado António Lopes da Costa (IN-OV).”-----

3.14. O Senhor Deputado António Lopes da Costa (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, caro Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, caras funcionárias, funcionários, oeirenses. -----

-----Em Oeiras e na Grande Lisboa, vivemos um momento de viragem. Um momento em que a liderança visionária de Isaltino Morais volta a demonstrar que Oeiras não está à espera do futuro: está a construí-lo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Na semana passada, em Miraflores, Algés, Oeiras, Portugal, foi apresentado aquele que, considerando as últimas décadas, deve ser considerado como o projeto de mobilidade mais transformador na Área Metropolitana de Lisboa: o Transporte Rápido Lisboa-Oeiras, ou BRT.---

----- Um investimento robusto de noventa e três milhões e meio de euros, apoiado pelo Programa Sustentável Vinte/Trinta, e que irá ligar os concelhos de Lisboa e Oeiras através de um canal exclusivo para transporte público, garantido, neste caso, por autocarros elétricos. -----

----- Este projeto é mobilidade do século XXI, sustentável, eficiente e ao serviço das pessoas. Teremos, assim, vinte e um quilómetros de um corredor dedicado, com vinte e nove paragens, das quais quinze se localizam no nosso Concelho, em áreas densamente habitadas, com forte presença empresarial, como o Parque Suécia, o Arquiparque ou o World Trade Center, e com novos projetos urbanísticos em curso, que irão aumentar a pressão e gerar ainda mais procura. ---

----- Estimam-se vinte e dois mil passageiros por dia útil, com uma redução média de trinta e cinco por cento nos tempos de viagem.-----

----- Mas este não é apenas um projeto de mobilidade. É um projeto ambiental que vai evitar a entrada de quatro mil veículos por dia nas zonas de circulação e reduzir em trinta e oito mil e setecentas toneladas as emissões de dióxido de carbono em trinta anos. Trata-se, assim, de uma aposta concreta na descarbonização e no cumprimento do Acordo de Paris. E é uma resposta inteligente à saturação da ACinco e da Marginal - que há muito pedem alternativas.-----

----- No mesmo sentido, este projeto que irá revolucionar a mobilidade é uma resposta ao desafio que nos é colocado com a construção de mais habitação, de mais polos empresariais, de novos estabelecimentos de ensino superior e de novos espaços culturais.-----

----- E quero deixar aqui uma nota política clara: se este projeto avança, é porque houve liderança. É porque a liderança sempre esteve aqui em Oeiras. E essa liderança chama-se Isaltino Morais.-----

-----Foi o nosso Presidente quem nunca desistiu do LIOS. Foi o nosso Presidente quem manteve viva a visão de um sistema articulado de transporte público em canal próprio: o sistema Cardinal, que inclui também o SATUO, a reformulação da linha da CP entre Lisboa e Cascais e o corredor da ACinco.-----

-----Mais do que ambição, houve consistência. E é por isso que hoje temos condições para implementar este projeto. Porque finalmente houve vontade política para unir municípios e o Governo Central. E, sobretudo e, acima de tudo, porque Oeiras estava pronta.-----

-----Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:-----

-----Perante a inércia dos municípios vizinhos, a passividade do Poder Central e a falta de ideias daqueles que são oposição aqui no Concelho, partilho nesta Assembleia, a honra que sinto em ser parte do IN-OV, caminhando, lado a lado com as pessoas neste processo de construção do futuro, num projeto político de execução contínua que tem sido liderado na Área Metropolitana de Lisboa por Isaltino Morais.-----

-----Este projeto transformador tem, também, uma vertente de requalificação urbana que começa desde logo pela Avenida dos Bombeiros Voluntários, em Algés, que será totalmente requalificada e que acredito mesmo que venha a ser uma das mais bonitas avenidas do nosso país.

-----Nos próximos anos, vamos ter mais espaço para peões, vias cicláveis, reforço de estacionamento, além da reabilitação da Ribeira.-----

-----A criação destes eixos de transporte, que incluem a extensão do metro até Algés, a expansão do elétrico quinze até ao Jamor, a ligação fluvial entre Algés e Trafaria, além do BRT, transformará o terminal de Algés numa das centralidades de transporte da Área Metropolitana de Lisboa, valorizando, ainda mais, o Concelho que temos.-----

-----E com a quarta travessia do Tejo e o Ocean Campus, estaremos a transformar Algés na grande porta de entrada de Oeiras, voltada para a inovação, a ciência e a economia azul.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Tudo isto demonstra que Oeiras não é um concelho que resolve problemas. É o Município que antecipa soluções. -----

----- Um concelho que pensa à frente, que age quando outros hesitam, que lidera quando outros esperam orientações. -----

----- Enquanto uns apontam obstáculos, nós abrimos caminhos. -----

----- Enquanto uns se refugiam na crítica fácil, nós apresentamos projetos concretos, sustentáveis, com impacto real na vida das pessoas. -----

----- E enquanto muitos ainda discutem o que fazer com o futuro, nós já estamos a realizá-lo. -----

----- Oeiras é, e continuará a ser, o melhor modelo de governação autárquica que existe em Portugal. Uma força motriz de progresso urbano. Uma referência nacional em políticas públicas inteligentes e eficazes. É esta a confiança que os cidadãos de Oeiras reconhecem. É esta a visão que inspira. É este o caminho que queremos continuar a trilhar. -----

----- Juntos. Com ambição. Com coragem. Com trabalho. -----

----- Porque, em Oeiras, o futuro não se adivinha - constrói-se. E não arriscamos quando nós ousamos dizer que, em Oeiras, o futuro já começou. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguém...? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faça favor.” -----

3.15. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) referiu na sua intervenção de hoje

que a inauguração em Linda-a-Pastora, realizada recentemente do projeto EVA – Eixo Verde e Azul, corresponde à primeira fase desse projeto. E o Partido Socialista pede a palavra para esclarecer e informar com verdade os municípios e os deputados da bancada do IN-OV. O projeto Eva - Eixo Verde e Azul na autarquia de Oeiras foi iniciado oficialmente a catorze de julho de dois mil e dezasseis, data em que Oeiras, junto com outros municípios, nomeadamente Sintra e Amadora e os Parques de Sintra assinou o protocolo de criação do eixo no Auditório do Palácio Nacional de Queluz.

Foi com o protocolo que se iniciou essa intervenção, com ações de requalificação da bacia hidrográfico do Rio Jamor, revitalização de espaços verdes e criação de um percurso pedonal e ciclável que ligará estes concelhos. De facto, e lamentavelmente, só a primeira fase é que foi oficialmente inaugurada no dia um de maio de dois mil e vinte e um, ligando a Senhora da Rocha à Cruz Quebrada, com cerca de quatro ponto dois quilómetros de percurso pedonável e ciclável. As demais fases previstas estiveram planeadas naquele momento, nomeadamente os passadiços de Carnaxide, mas ainda não foram executados.

Dou nota de que quando este projeto foi apresentado no mandato treze/dezassete em reunião de Câmara, foi muito aclamado por todos os partidos políticos, e o Partido Socialista lamenta profundamente, não só a morosidade na conclusão deste projeto, porque já lá vão mais de dez anos, como também a prestação de uma notícia falsa hoje na declaração da Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV).

Muito obrigada.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Desculpem... Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faça favor.”

3.16. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) interveio e disse o seguinte:



A blue ink signature in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, munícipes que nos estejam a acompanhar. -----

----- A Revolução desencadeada pelos Capitães de Abril em Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, cujo cinquentenário continuamos a celebrar, abriu as portas da liberdade, a aquisição de cidadania plena e permitiu o início de negociações que conduzissem ao final dos vários cenários de guerra em África e à libertação dos povos do território, que então designávamos como “províncias ultramarinas”.-----

----- Desse processo, com todas as suas convulsões, resultou o nascimento de seis novos países, que têm na língua portuguesa o principal traço que o poeta designou como “a essência da pátria”. Não foi isento de algumas tragédias e muitas dores, esse parto. Dores que foram sarando no reencontro de irmãos que vão partilhando o tanto que têm em comum. Reencontro que sobretudo hoje importa reforçar, sobretudo agora quando as vozes do ódio ameaçam sobrepor-se aos valores que nos caracterizam como povo, como hoje se comprovou já nesta Assembleia com as intervenções do Evoluir e da Iniciativa Liberal. O modelo do Chega torna-se assim um modelo a seguir por estes movimentos políticos, normalizando-o.-----

----- Mas de entre esses países saídos da mesma luta pela liberdade, saúdo hoje a República de Cabo Verde. A República de Cabo Verde e o seu povo, que em festa celebra a independência proclamada em cinco de julho de mil novecentos e setenta e cinco num ambiente de Democracia plena, exemplo para todo o continente africano e para muitos dos países europeus, incluindo Portugal. Ao seu povo unem-nos enquanto oeirenses laços de especial afição. Laços que determinaram em junho de mil novecentos e oitenta e oito a geminação com o Município do Mindelo e São Vicente. Mas sobretudo, sobretudo à grande comunidade cabo-verdiana que faz de Oeiras a sua terra tornando mais suave a saudade, descem à terra. Comunidade que a todos orgulha pela capacidade de integração, pela força e energia com que contribui para a nossa vivência

comum. -----

-----A comemoração do cinquentenário da independência de Cabo Verde é um ótimo pretexto para saudar todos os oeirenses de origem cabo-verdiana. Aos que aqui trabalham, aos que aqui vivem e fazem de Oeiras o território de que tanto nos orgulhamos. É a eles que hoje saudamos especialmente. -----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia? Portanto, posso considerar encerradas as inscrições? Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV).”-----

3.17. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, cumprimento a Mesa, Senhor Presidente. -----

-----Segundo o jornal Observador e cito: “As Festas de Oeiras rivalizam com o cartaz de qualquer festival de música nacional”. Fim de citação. O Município de Oeiras lidera o investimento e a aposta em cultura no país. Não podia ser de outra maneira. Somos uma comunidade exigente, letreada e apaixonada pela cultura. Sabemos que habitamos um concelho que não se contenta em assistir, participa e transforma, e transforma cada evento num momento de encontro e pertença. -

-----As novas centralidades, como sabemos, estão na ordem do dia, toda a gente fala de novas centralidades. Oeiras não teoriza, age, reafirmando-se ano após ano como destino cultural de referência. Uma agenda absolutamente dinâmica e única ao longo de todo o ano.-----

-----E só porque estamos em julho, recordo a programação que percorre o verão, passando pelo reconhecido e noticiado cartaz das Festas de Oeiras; pelo Festival Panda para as crianças; pela Oficina Dançar-Cantar com o Jardim, nos jardins do Marquês de Pombal; pelo Out Jazz, que



A blue ink signature in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transforma o fim de tarde de domingos, dividido por todos os vários lugares do Concelho, desde o jardim de Caxias, Miraflores, Jamor, o Palácio Marquês de Pombal, o Parque dos Poetas, etc.; o Festival Sete Sóis e Sete Luas, celebrando as culturas lusófonas e a cultura mediterrânea com a música, dança, artes circenses, etc., um exemplo de como Oeiras é e continuará a ser um espaço de pontes interculturais, de vozes e de histórias partilhadas; as sessões de cinema ao ar livre; o Festival Internacional de Piano de Oeiras, que também traz uma aposta nos jovens talentos; o Ciclo de Dança nos Jardins do Marquês de Pombal. E uma referência ao Opera Fest que acontecerá entre Oeiras e Lisboa, arrancando em Oeiras, na cenografia perfeita do Convento da Cartuxa que recebe ópera pela primeira vez, uma das maiores óperas de sempre, La Traviata de Verdi. -----

----- Esta oferta cultural, que se pode instalar nos mais emblemáticos lugares do Município de Oeiras só é possível pelo seguinte: há um pensamento político sistémico, atuante e visionário. Os Jardins do Marquês de Pombal cuidadosamente... Visionário, Senhora Deputada.... Os Jardins do Palácio Marquês de Pombal, cuidadosamente mantidos e recuperados são hoje palco de concertos de jazz, ópera, bailado, etc., fruto do investimento contínuo na valorização do património. O Convento da Cartuxa, espaço em recuperação, recebe hoje recitais, teatro e produções de ópera em ambiente intimista, sem perder o respeito pela identidade original. O Parque dos Poetas, uma criação moderna pensada como jardim-museu a céu aberto, onde a escultura, a literatura e a natureza se encontram, provavelmente com a vista mais privilegiada sobre o Tejo. Todos estes espaços são resultados de uma política inteligente... Eu sei, eu percebo que custa ouvir..., mas são, de facto, resultado de uma política inteligente que rapidamente compreendeu que investir na cultura e na recuperação do património é investir na identidade, é investir no futuro, é investir na riqueza de uma comunidade. -----

----- O património e a cultura coexistem e valorizam-se mutuamente em Oeiras. Um convite que deixo a todos: aproveitar cada concerto, cada espetáculo, cada fim de tarde, cada noite de

cinema ou de poesia. A cultura respira-se em Oeiras, em todas as ruas, em todas as praças e em todos os jardins. Em todos os lugares do Município.

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Encerro, portanto, as inscrições e vou pedir ao Senhor Presidente da Câmara, pretende usar da palavra, Senhor Presidente?”-----

3.18. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Uma nota prévia. Há cerca de quinze dias foi marcada uma reunião entre a Câmara Municipal e a Agência Portuguesa do Ambiente para discutir alguns planos estratégicos aqui do nosso Concelho, e foi marcada para hoje às três da tarde. Eu tenho por hábito, quando tenho muito interesse em reuniões com a Administração Central, tenho sempre agenda, porque eles têm pouca agenda, têm sempre muito que fazer, trabalham muito e, portanto, como eu trabalho menos, estou sempre disponível para as agendas, articular com quem quer reunir comigo. De maneira que disponibilizei, tinham o dia de hoje, às três da tarde, para reunir comigo e eu marquei essa reunião com o Presidente da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e os técnicos que o acompanhavam. Isso vem a propósito das pessoas más e infelizes, que realmente me provocam um dó tremendo, eu tenho pena dessas pessoas. Acreditem, sinceramente tenho mesmo muita pena, não estou aqui agora a fingir, metem-me dó. E se eu puder ajudá-las com alguma dose psicológica, estou disponível, porque eu tenho um grande conhecimento das pessoas, das suas reações e, portanto, tenho sempre disponibilidade para ouvir, que as pessoas às vezes parece que precisam de se confessar.-----

-----Pois não é que alguém desta Assembleia escreve nas redes sociais dizendo que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente da Câmara tinha delegado no Vereador Pedro Patacho para estar aqui em sua representação para não confrontar a Assembleia, porque um jornal dizia que a filha do Presidente trabalhava na Câmara Municipal de Oeiras, tinha contratos. E, portanto, vejam bem este cobarde era incapaz de dar a cara. Portanto, vê-se mesmo que não me conhecem, porque eu afronto sempre, eu sou uma pessoa verdadeira, eu estou sempre disponível para dar a cara. Ora bem, e é curioso que a cobardia de sempre, vejam bem, fazem logo insinuações a dizer que o Presidente da Câmara tinha delegado no Pedro Patacho para não estar presente nesta Assembleia. Ora, aqui estou. E estou aqui só por uma razão: é que apesar da importância estratégica desta reunião, o Senhor Presidente da APA, sem avisar nada faltou. Imaginem... E, portanto, se faltou, aqui estou eu. Exatamente... Mas para dizer que, realmente, não estive presente, ou fiz o despacho a delegar no Vereador Pedro Patacho porque, na realidade, tinha esta reunião. O Vice-Presidente está em Benguela em serviço oficial e a Vereadora Joana Baptista não podia estar presente, porque a reunião era comigo, com a Vereadora Joana Baptista e com o Presidente da APA. Portanto, vejam bem como as “inventonas”, as “inventonas” que esta gente faz, a isso chama-se, só tem um nome, eles não querem, só creem que a extrema-direita é que é populista. Isto chama-se populismo. Não há diferença nenhuma entre o populismo de extrema-direita e de extrema-esquerda, ambos são populistas e é a eles que nós temos que combater.

Ora bem, relativamente às inaugurações. Se as inaugurações são do IN-OV ou da Câmara Municipal. As inaugurações são todas da Câmara Municipal e do Município. Mas o Senhor Deputado que tem essa dúvida, bom, da realidade, quem lidera o Município de Oeiras chama-se Isaltino Inovar Oeiras. É assim que se chama: Isaltino Inovar Oeiras. Não se chama Chega, chama-se Isaltino Inovar Oeiras e, portanto, é natural que os simpatizantes, militantes se quiser, que acompanham o Isaltino Inovar Oeiras nas redes sociais, nas inaugurações, estejam presentes. Eu adorava ver nas redes sociais do Chega que inaugurámos o Santuário da Rocha, que

inaugurámos uma das maiores creches deste país, neste domingo, para duzentas crianças. Um equipamento fabuloso, fantástico, de grande qualidade. Nova geração de creches. Como eu gostava que o Chega fizesse essa propaganda, não é? Mas o Chega não faz, alguém tem que fazer. Portanto, acho muito estranho, isso é que é estranho, os populistas acusarem quem faz, quem diz a verdade, quem diz a verdade, dizer “Olhem, estamos a inaugurar isto, estamos a inaugurar aquilo” e, naturalmente que às inaugurações vai quem quer, e eu tenho muita pena que esta Assembleia Municipal não esteja lá sempre representada. Os partidos políticos, não percebo, porque é que não estão presentes nas inaugurações. E mais, às vezes dizem: “É durante o dia, estamos a trabalhar”. A Senhora da Rocha por acaso até foi à noite, às vinte e um e trinta, com fogo de artifício e tudo. Foi um espetáculo lindíssimo, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), um espetáculo, uma maravilha. As pessoas estavam encantadas com aquela inauguração. Ainda por cima, repare, para quem tem fé, mística, catorze rampas ligadas às estações da Via Sacra, portanto, está a ver, pode ali confessar o seu arrependimento dos pecados. Mas há quem pense que pode pecar tudo e confessa-se à noite, que tem os pecados todos perdoados. E depois a seguir, pode continuar a pecar, confessa-se novamente, está tudo perdoado outra vez. Mas as coisas não são assim, as coisas não são assim... -----

-----Bom, relativamente aos sem-abrigo. Não deixa de ser estranho, mais uma vez, não deixa de ser estranho que nesta Assembleia Municipal constantemente se está a falar nos sem-abrigo. Eu não estou a perceber porquê. As coisas não mudam de um dia para o outro. Não mudam de uma semana para a outra semana, mas claro, há alguma variabilidade. Por exemplo, há dois meses ou três, nós tínhamos à volta de quarenta, quarenta e cinco sem-abrigo no Concelho. Hoje anda-se à volta de vinte e cinco/trinta, por uma razão muito simples. Por exemplo..., eu às vezes também os encontro, não é? Ali em Algés, já me aconteceu várias vezes, e no Pingo Doce em Linda-a-Velha, perguntar, estão lá a pedir dinheiro junto aos carros e eu pergunto: “Mas de onde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é que você vem?", "Eu sou ali do Restelo.", "Então porque é que estás aqui, pá?" e diz-me ele "Porque aqui dão mais dinheiro". Portanto, os oeirenses são mais solidários do que os lisboetas e, portanto, eles vêm para ali para os estacionamentos de Algés, para o estacionamento de Linda-a-Velha e vêm pedir. E, portanto, se realmente as pessoas são mais solidárias, eles vêm para ali e depois vão dormir para Lisboa, outras vezes dormem cá. Neste momento, por exemplo, temos identificados à volta de trinta. Portanto, e eu estou farto de dizer isto aqui nesta Assembleia, os sem-abrigo é uma capa incorreta, porque não são bem sem-abrigo. Na realidade, se são sem-abrigo, mas têm condições de autonomia para gerir a sua casa, já sabem que a Câmara Municipal de Oeiras dá casa. Agora, não podemos dar casa a pessoas que têm problemas de doença mental, de saúde mental ou de aditivos, se são dependentes de droga ou de álcool etc., porque não têm condições de receber uma casa. E, aliás, às vezes, nós até tentamos, às vezes quando têm uma aparência de estar já mais ou menos em condições, quer dizer, faz-se a experiência, dá-se, digamos, o benefício da dúvida. Ainda hoje de manhã, por exemplo, uma pessoa nessa situação agrediu uma idosa do primeiro andar, uma vizinha, que teve que ir para o hospital, e ele queria chegar fogo ao edifício. Ora bem, está visto, demos uma casa a uma pessoa que não estava em condições, mas não nos apercebemos da situação. É claro que já não vai ficar lá. Portanto, os sem-abrigo aqui em Oeiras estão todos sinalizados e só estão, digamos, na rua, aqueles casos que não têm capacidade de autonomia para ter a sua casa. Portanto, é assim em Oeiras. Lisboa tem três mil, só, e não têm as mesmas soluções que nós temos.

----- Por outro lado, relativamente às casas de culto, eu devo vos dizer que até agora não chegou nenhuma reclamação ao meu gabinete. Nenhuma. Não me chegou nenhuma reclamação ao meu gabinete, mas as casas de culto, em princípio, se estiverem legalizadas, se estiverem legalizadas perante o Estado Português e se estiverem legalizadas ao nível das instalações, têm direito, como qualquer outro culto. E, portanto, se estiverem em situação ilegal, façam chegar ao

meu gabinete, porque, na realidade, até agora não me chegou nenhum caso dessa situação. -----

-----Bom, Isaltino contrata entrada da filha. É a notícia então do dia. Eu devo vos dizer que, por acaso, eu soube que a minha filha trabalhava na Câmara por ela, que me disse num determinado..., “papá, estou a trabalhar lá na Câmara”. “Ai tás?” Portanto, estão a ver, Oeiras é uma grande organização, ter mais transparência do que esta não pode haver, porque os filhos do Presidente da Câmara não estão impedidos de concorrer, como os filhos dos deputados, não estão impedidos de concorrer a determinados cargos na Câmara Municipal. E, portanto, eu tive conhecimento, realmente, que a minha filha trabalhava na Câmara por ela própria que um dia me disse que estava a trabalhar. Portanto, não tive nada a ver com o assunto, não tenho nada a ver com o assunto e, portanto, quer dizer.... É mais uma vez, é mais uma vez cada um a querer fazer justiça pelas próprias mãos. Aliás, vimos aqui uma deputada ler partes da sentença. Devia ler a sentença toda. Por exemplo, devia ler a sentença que diz, a dada altura, que não há nenhuma prova contra o arguido, mas tratando-se de uma figura de âmbito nacional, tratando-se de âmbito nacional deve constituir um exemplo, pelo que vai condenado a “x” anos de prisão. É engracado, cada um só lê aquilo que lhe convém, aquilo que lhe apetece, para fazer justiça pelas suas próprias mãos. Vejam bem, já lá vão onze anos e, pelos vistos, há pessoas que gostariam de me julgar todos os dias. Há pessoas que gostariam de me condenar todos os dias, é uma coisa extraordinária. A isto chama-se populismo, populismo puro, não é? E, portanto, o primeiro que atire a primeira pedra. Eu desconfio sempre das pessoas que apregoam a moral, normalmente são as mais desonestas. Aquelas que precisam dizer que a moral e a transparência, e isto e aquilo, normalmente são desonestos, normalmente são desonestas. Quem é honesto não precisa de dizer que o é. Quem é transparente não precisa de apregoar transparência. E, portanto, não há instituição mais transparente que a Câmara Municipal de Oeiras. E mais, para vos dizer, “o normal são as buscas”. Bom, ainda bem, significa que as instituições judiciais estão a funcionar. Portanto, se porventura a Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputada da Iniciativa Liberal, não sei se já o fez, mas pela maneira como fala, pode tê-lo feito, faz uma denúncia oficial, uma denúncia pessoal, ou uma denúncia anónima, não interessa, qualquer um faz denúncias anónimas, ou mesmo as afirmações que se fazem nesta Assembleia Municipal dizendo que há ilegalidades aqui, que há ilegalidades além, tratando-se de crime público, o Ministério Público e a Judiciária são obrigados a investigar. Portanto, é claro que é normal haver buscas numa Câmara. É normal haver buscas em qualquer instituição, e muito mais em período de campanha eleitoral como esta. Basta ver os discursos que há nesta Assembleia e, portanto, obviamente, é um novo normal. É o grande sonho da Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, é que haja mais buscas, mais coisas na Câmara Municipal porque, assim, podem dizer que é o Isaltino, o Isaltino é o responsável, o Isaltino é o responsável por tudo. É uma forma de desgastar, quer dizer e, portanto..., mas não é assim. Apesar de tudo, cometendo erros, porque a justiça também comete erros, mas eu estou em crer que acerta mais vezes do que desacerta, apesar de eu já ter sido objeto de injustiça, atenção. Mas admito, eu apesar de tudo continuo a acreditar que há pessoas de bem na justiça e, portanto, quem faz investigação procura chegar à verdade. E, portanto, se procura chegar à verdade, a verdade virá sempre ao de cima. De maneira que não deixa de ser estranho, é isso que é populismo, populismo é isso, é querer fazer justiça pelas próprias mãos. É querer fazer justiça aqui na Assembleia Municipal. É querer fazer justiça nas redes sociais. Houve buscas à Câmara Municipal por isto ou por aquilo. Qual é o problema que tenha havido? Qual é o problema? As buscas determinam, têm determinado objeto e, portanto, as entidades competentes vão fazer a investigação que têm a fazer. E depois chegarão a uma conclusão. Quando chegarem a uma conclusão, então nessa altura pode ser feito um juízo de natureza política. Até lá, não. Até lá é querer justiça pelas próprias mãos. É o populismo, é assim. Na inquisição também era assim. No tempo da inquisição era rigorosamente assim, e alguns parecem que têm saudades desse tempo. Até há alguns que dizem que a corrupção em Portugal é nos últimos cinquenta anos.

Nos outros anos não havia corrupção. Só depois do Vinte e Cinco de Abril para cá é que há corrupção. No Estado Novo, na Primeira República era tudo “virgem”. Quer dizer, aí não havia problemas de corrupção, não havia problema nenhum. Mas também devo vos dizer o seguinte: não há corrupção em sociedades desenvolvidas. Não há corrupção em municípios avançados, desenvolvidos com os melhores indicadores a nível nacional. Nesses municípios não há corrupção.

-----Por outro lado, as filas nas Finanças. Em Oeiras também havia, na Câmara. Há trinta anos, eu entrava na Câmara Municipal e até cenas de pancadaria havia no hall de entrada. Era filas enormes, normalmente era para os recebimentos. Também havia pouco dinheiro e, portanto, as pessoas ficavam na fila para a tesouraria, mas para a secção do licenciamento também. Portanto, havia muito esse problema. Ora bem, mas o que é que pode a Câmara fazer? Naturalmente, a Câmara pode fazer o mesmo que a Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal pode aprovar aqui uma moção. É interessante, porque às vezes são todos muito lestos a fazer moções, não percebo porque é que a Assembleia não aprova uma moção para ser apresentada ao Ministro das Finanças e ao Governo, no sentido de procurar saber o se está a passar então com as Finanças. E o que se está a passar é simples: foi encerrada a repartição de Finanças de Oeiras, ficou a de Paço de Arcos e a de Algés, e agora querem fechar a de Algés e querem fechar a de Paço de Arcos. E querem concentrar tudo numa Loja do Cidadão aqui na antiga AERLIS que a Câmara Municipal, aliás, julgo que vem aqui hoje até para aprovar pela Assembleia Municipal. E, portanto, obviamente, não deixaremos, e como calculam já várias vezes falei com os responsáveis do Governo e do Ministério das Finanças, mas isto é uma lógica nacional e, portanto, não é fácil resolver esse problema. -----

-----Relativamente ao posto de alta tensão... de uma petição. Devo dizer-vos, para o Município, esta petição não tem fundamento. Não tem fundamento, porque não há qualquer decisão ainda sobre a instalação de postos de alta tensão nesta zona habitacional que foi referida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

E, por outro lado, há várias décadas que aquela zona é atravessada por uma linha de média tensão, sendo intenção do Município e da e-redes prosseguir a médio prazo o enterramento da linha e respeitando, naturalmente, o Plano de Pormenor e as operações sobre o caso. Portanto, não haverá realmente ali modificações, a linha de média tensão será enterrada e, quanto ao resto, naturalmente que a Câmara Municipal atua junto da EDP, junto da e-redes, mas, obviamente que não é uma responsabilidade da Câmara Municipal. Infelizmente, a EDP é uma espécie de empresa majestática que ainda faz muito aquilo que quer sem dar cavaco a ninguém. Naturalmente, nós tentamos contrariar, muitas vezes, certas atuações, mas nem sempre conseguimos chegar lá. Mas este é um assunto que está sob a sua atenção.

----- Relativamente a podas de árvores. Gostaria que a Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) me dissesse onde é que isso aconteceu, porque na realidade as orientações que há na Câmara é que as podas se fazem entre outubro e março. Fora de outubro e março não há podas no Concelho de Oeiras. Podem haver podas cirúrgicas relativamente a uma situação qualquer que esteja a causar qualquer transtorno, mas não há podas durante este período. De maneira que eu agradecia que a Senhor Deputada me dissesse onde é que fizeram essas podas, que é para verificar se é cirúrgico ou não é cirúrgico.

----- Eu devo dizer que o SATUO, quando eu voltei à Câmara em dois mil e dezassete estava parado, tinha sido extinta a empresa pela troika, retomámos e, felizmente, vai arrancar novamente. E, portanto, agora não é a fase A ou a fase B, vai arrancar na totalidade até Massamá, não excluindo a possibilidade de poder chegar ao Cacém também.

----- Relativamente ao Eixo Verde e Azul, em dois mil e dezassete o que eu tinha era uma ideia, uma intenção e, portanto, é o que eu posso dizer. Até pode vir de dois mil e cinco ou dois mil e seis. A ideia do Eixo Verde e Azul, há cinquenta anos quem é que não sonhava com isso. O Vereador David Justino, vejam bem, era o David Justino Vereador na altura na área da habitação

e fez um trabalho justamente sobre ribeiras, isto por volta de mil novecentos e noventa e quatro, noventa e cinco. Já nessa época um trabalho sobre todas as ribeiras do Concelho no sentido da sua utilização e fruição por todos. Portanto, ideias nós temos muitas, depois é preciso concretizar. Foi realmente a partir de dois mil e dezassete que nós lançámos a empreitada e tivemos que lançar, não havia projeto de execução nenhum. Portanto, o projeto de execução da segunda fase, por exemplo... E não é num estalar de dedos, não se faz até Queluz, até ao Palácio de Queluz o Eixo Verde e Azul assim de um momento para o outro. Primeiro, é preciso arranjar recursos financeiros, porque uma parte significativa é financiamento do Município, aliás, na segunda fase é na totalidade do Município. Depois, porque é preciso fazer o projeto. Ora, o projeto de execução da Senhora da Rocha até à segunda fase, até à ponte de Valejas ficou concluído há coisa de um ou dois meses, mas é uma prioridade com a qual nós vamos avançar. E, neste momento, julgo que, a propósito da questão que a Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) referiu, não sei se ela.... É claro que da Cruz Quebrada à Senhora da Rocha já foi inaugurado há dois anos com certeza, mas julgo que se estaria a referir a um pequeno troço de duzentos e oitenta metros, foi o que eu percebi. Por acaso eu percebi isso, que tem a ver exatamente com o percurso da Senhora da Rocha. Portanto, neste momento, está construído desde a saída da Senhora da Rocha até ao limite, até à Ponte de Carnaxide e aí são à volta de duzentos e oitenta e cinco metros/trezentos metros, que foi concluído por via da intervenção agora no Santuário da Senhora da Rocha. E nos jardins... Já agora recomendava ao Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) que fosse visitar aquele santuário. Faz-lhe muito bem, pode fazer lá umas reflexões místicas e, sobretudo, para visitar o jardim, o jardim romântico. Um jardim romântico construído em finais do século XIX que nós recuperámos integralmente como era, é uma situação extraordinária, lindíssima. E, portanto, aí está um jardim aberto ao público, não é apenas o recinto, aquilo que poderíamos chamar de adro, é uma grande alameda em frente ao Santuário, é depois os contornos à volta do Santuário e, sobretudo o jardim,



A blue ink signature in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aquele jardim romântico do século XIX. -----

----- Por outro lado, para terminar. Olhem que coisa tão linda, tão bonita. Dirão alguns: é propaganda. Isto é Oeiras, cidade verde. Eu desafio qualquer município do país que seja capaz de apresentar uma coisa destas. Ora bem, isto seria propaganda se fosse mentira. Se fosse mentira. Não é propaganda, o que está aqui é tudo verdade. De maneira que eu recomendo a todos os senhores deputados que tenham orgulho no vosso Concelho. Folheiem este boletim, tenham orgulho nisso, tenham orgulho nisso, isto são as coisas boas que nós temos aqui, que são únicas a nível nacional e que ainda nos hão de transportar para coisas melhores. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Bem, chegámos ao fim... A Senhora pretende usar da palavra? Mas..., tem doze segundos.” -----

3.19. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se quer prestar declarações sobre as questões que eu fiz em relação às obras de Tercena, em relação às obras da Rua José Malhoa, em relação às obras à volta do bairro em Tercena, na Rua da Juventude, e outras tantas sobre a Quinta do Açude, por exemplo, que não prestou declarações. E se não, registo que não o fez. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte: -----

----- “Posso?” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, não tem tempo de intervenção.” -----

3.20. O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:

-----“É só meio minuto, é só meio minuto.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Então, faça favor.” -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:**-----

-----“Não respondi a essas questões porque não tive tempo. Como veem, o tempo foi ultrapassado. Não posso... fazem-me tantas perguntas, que não tive tempo.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:**-----

-----“Por outro lado, a Senhora Deputada parece uma grafonola a falar. É uma rapidez, que é mesmo para o Presidente da Câmara não ouvir. De maneira que eu vou ler atentamente o que está na Ata, o que disse, e será respondido por escrito, já que agora não tenho tempo no PAOD. Muito obrigado.

-----Além disso, permitam-me, que ainda tenho o direito de escolher as respostas a que dou prioridade, a que dou prioridade. Portanto, não é a Senhora Deputada que dá prioridade às respostas que eu devo dar. Se eu tenho o tempo limitado, eu respondo às questões que considero mais importantes.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) observou o seguinte:** -----

-----“Os munícipes também gostam de saber isso.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Senhora Presidente da Freguesia de Barcarena, faça favor.” -----

3.21. A Senhora Deputada Bárbara Silva (Presidenta da Junta de Freguesia de Barcarena)
fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento a Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público que nos assiste aqui e em casa.” -----

----- Não é por nós falarmos muito rápido aqui na Assembleia que as respostas têm que vir assim muito.... dá ideia que umas às cavalitas das outras. -----

----- Ora muito bem, na Estrada das Fontainhas o que se está a passar é a substituição do fibrocimento, portanto, a passagem da água, que é do conhecimento de toda a gente e estava identificado o estaleiro no início desta mesma estrada. Dentro dos bairros estão a ser colocados, também pelos SIMAS, os contadores da água no exterior das casas, uma obra brilhante, espetacular, que vai fazer com que as perdas de água, de tudo o que está inerente, tenham uns resultados melhores. -----

----- Quando há pouco... Eu, por acaso, não queria falar nisto, mas visto que colocou essa questão, que não temos..., só temos ali três pedrinhas para passar. Bolas... três pedrinhas para passar, isso é uma vergonha chegar alguém ao Facebook e fazer um comunicado destes. O que aconteceu foi que houve uma derrocada de um muro, brutal, na Estrada das Fontainhas que atrasou toda a obra e, por isso não houve..., portanto.... Eu estou aqui a respirar e com alguma calma, porque este mesmo movimento, há uns tempos atrás, dizia que Barcarena estava no limite, para não dizer outra coisa porque é feio. Mas agora não, agora é verdade, parece que caiu uma bomba, efetivamente as obras estão a decorrer, as obras... não me preocupa se a placa está ou se não está, o que me preocupa é que em tempo record aquele muro que caiu já está recuperado e já está a estrada aberta. A estrada das “três pedrinhas” que só tem aquele espaço para passar, está completamente alcatroada, só falta dizer que foi por causa do vídeo. -----

----- Portanto, resumidamente, o que está a acontecer em Tercena é a recuperação de todos os pavimentos, a substituição dos contadores da água, a substituição do fibrocimento e meu

Presidente, permita-me, viva Oeiras, viva Barcarena.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito bem. Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) tem, como vê ...” -----

3.22. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, era só para esclarecer o Senhor Presidente quando diz que eu não estive presente. Eu gostaria de lembrar o Senhor Presidente, aquando da sua intervenção, que baralhou-se um bocadinho quando mencionou que a escadaria do Santuário de Nossa Senhora da Rocha eram as estações da Via Sacra, o que realmente foi uma grande calinada quando se diz uma situação dessas. Portanto, eu acho que devia, mas é perceber melhor qual é o enquadramento logístico da igreja, para não dizer uma situação destas publicamente que, sinceramente, foi motivo de riso.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Bem, meus senhores, chegámos ao fim deste Período Antes da Ordem do Dia. Vamos entrar na Ordem de Trabalhos. Vamos entrar na Ordem de Trabalhos com o primeiro ponto.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 411/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa à Adesão do Município de Oeiras à APENO – Associação Portuguesa de Enoturismo (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Esta proposta já aqui esteve, foi retirada porque faltava uma assinatura, portanto neste momento já está completa, não sei se alguém pretende usar da palavra. Senhor Deputado David



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ferreira (EO), faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado David Ferreira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Aproveito para cumprimentá-la a si e na sua pessoa todas e todos os presentes. -----

----- Em relação à documentação, de facto essa questão já foi retificada. Analisamos hoje a adesão do Município de Oeiras à APENO, neste caso Associação Portuguesa de Enoturismo. Indica o Município que a adesão visa a prossecução do interesse público municipal na promoção e na atividade do Concelho na área do turismo e, em especial, do enoturismo. -----

----- Muito bem, ora trata-se de uma associação muito recente cujos estatutos datam de julho de dois mil e vinte e quatro, e nos documentos não são referidos os órgãos sociais desta associação. Mais importante, procurámos nos sites devidos e não se sabe que iniciativas esta associação já desenvolveu e quais são os benefícios que a mesma pode trazer para Oeiras. -----

----- Portanto, perante esta falta de informação, gostaríamos assim de questionar o que é que será de esperar que esta adesão traga para o Município em termos concretos e práticos. Se vão decorrer eventos, se vão divulgar o nosso vinho, o vinho de Oeiras e o que é que em concreto irá decorrer desta adesão, da parte do Município e também da parte da associação. -----

----- Eram essas as questões que deixávamos aqui.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV).” -----

----- **A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** observou o seguinte:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas, público presente e online. -----

----- A adesão à Associação Portuguesa de Enoturismo, designada APENO, é uma decisão estratégica, fruto do compromisso que a Autarquia tem vindo a sedimentar na valorização da vinha

e do vinho e, consequentemente, do enoturismo.

O Município de Oeiras tem vindo a valorizar um dos mais nobres vinhos portugueses, o vinho Carcavelos Villa. Este é um trabalho feito com respeito histórico, profissionalismo, responsabilidade e visão estratégica. Depois deste trabalho no que à recuperação de um bem imaterial diz respeito, importa apostar na sua promoção, bem como levar um produto de Oeiras o mais longe possível, criando experiências turísticas e culturais. Em dois mil e vinte e quatro, o enoturismo, setor em franca expansão, gerou em Portugal cerca de oitocentos milhões de euros, tendo o país sido distinguido como o melhor destino mundial de enoturismo na Feira Internacional de Turismo Gastronómico.

Oeiras tem todas as condições de assumir um papel cada vez mais relevante neste contexto. Oeiras não é alheio a esta vaga de interesse no turismo vinícola e, por isso, tem-se diferenciado com as ofertas de experiências enogastronómicas. E são exemplos disto o “Há Prova em Oeiras e Paço de Arcos”, bem como o evento “Nobre Gosto”, entre outros.

Importa irmos ao trabalho efetuado. Em dois mil e vinte e quatro, no total de visitantes do enoturismo, setenta e nove por cento eram visitantes internacionais. Houve a reformulação da adega, de forma a tornar a experiência visitável mais interessante, cómoda e profissional. Refez-se os produtos comunicacionais, criaram-se linhas de produtos de merchandising, há uma equipa formada e orientada para a orientação deste produto. Falo destas iniciativas, de entre outras, que mostram a aposta neste setor.

O projeto Villa Oeiras é, pois, o resultado do contributo do Município de Oeiras para a preservação e recuperação do património material e imaterial no Concelho de Oeiras, relacionado com a produção do vinho generoso de Carcavelos. A nossa missão passa por garantir a excelência em todos os processos produtivos, assim como manter a oferta de um produto exclusivo da região com elevada e reconhecida qualidade, bem como proporcionar a fruição dos espaços relacionados



A blue ink signature, likely belonging to the author or a representative, is positioned in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com a produção na antiga Quinta do Marquês de Pombal. -----

----- E a adesão à APENO irá permitir ao Município beneficiar de formação ainda mais especializada, à partilha de boas práticas, à representação em fóruns estratégicos e à promoção junto de públicos e mercados qualificados. Com esta adesão, o Município reforça a sua visão de futuro. Uma visão que une tradição, inovação, identidade e internacionalização que a todos, mas todos, deve orgulhar. -----

----- Quero aproveitar esta oportunidade para felicitar todo o trabalho desenvolvido nesta área pela Senhora Vereadora Carla Rocha, e parabéns à grande visão do melhor Presidente de Câmara do país, Doutor Isaltino Morais. -----

----- Tenho dito. Viva o Villa Oeiras.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:

----- “Senhora Deputada Diana Gonçalves (IN-OV), faça favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Diana Gonçalves (IN-OV)** referiu o seguinte:

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Só para completar aqui um pouco o que a Deputada Celina (IN-OV) acabou de dizer, e conhecendo a associação de perto, quero dizer que a associação é recente, mas que representa associados junto de entidades públicas, entidades de renome, não só entidades que são enoturismos, mas que também trabalham muito e diretamente com os turismos de Portugal, portanto, com o Turismo do Alentejo, com o Turismo de Lisboa e, portanto, faz todo o sentido também estarmos envolvidos aqui desta forma. -----

----- Em relação a alguns eventos, conheço de perto o último evento que a APENO fez, que foi a última gala, foi um encontro nacional onde destacou o que de melhor existe no país e, portanto, pode ser uma boa oportunidade para Oeiras também se poder destacar neste mesmo evento. -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.” -----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL).” -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) observou o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para dizer que a adesão a esta associação faz todo o sentido se houver uma estratégia para o setor. Desculpe, não se ouve? Peço desculpa. Estava a dizer que a adesão a esta associação faz todo o sentido, se houver um projeto, uma estratégia para o setor. E o turismo é algo que a Iniciativa Liberal já tem falado aqui, mas que..., o Concelho de Oeiras tem potencial de crescimento, mas é preciso sempre haver uma opção política para isso. -----

-----Portanto, achamos que sim, achamos que se deve ir por esse caminho, contudo o setor do vinho aqui em Oeiras também é um bocadinho..., deixa-nos muito a desejar. Isto é, não temos indicação do número de garrafas vendidas, gostaríamos de ter uma série de indicações para saber se este setor é realmente vantajoso estar a ser explorado diretamente pela Câmara, ou se podia ser concessionado para que a rentabilidade fosse maior. -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras.” -----

-----A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento a Mesa, cumprimento o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, e quero nesta ocasião felicitar a



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the Mayor or a representative of the municipality.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara Municipal pela adesão a esta associação, que realmente reflete o apurado trabalho que Oeiras tem feito na recuperação da vinha, na produção do vinho, e nas dezenas e dezenas de prémios que o Villa Oeiras tem obtido, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional.-----

----- Muitos parabéns à Câmara de Oeiras e é com grande satisfação que assisto à adesão a esta associação.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? Não há mais inscrições? Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se pretende usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Uma breve nota, Senhora Presidente. -----

----- Bom, foi posta aqui a dúvida relativamente àquilo que era o fundamento para esta adesão. A própria proposta responde a isso. “Visa o acesso à formação especializada e partilha de boas práticas, à integração numa rede profissional sólida com representação em fóruns estratégicos nacionais e internacionais, à promoção da marca Villa Oeiras associada ao Vinho de Carcavelos junto de públicos e mercados qualificados”. -----

----- E na análise da proposta “A adesão do Município de Oeiras à APENO visa a prossecução do interesse público municipal na promoção e atratividade do Concelho na área do turismo, em especial do enoturismo. Esta adesão deve ser entendida como um instrumento que permitirá o posicionamento de Oeiras como território de excelência para a prática do enoturismo. Esta associação tem como desígnio o desenvolvimento do enoturismo, através de eixos como a inovação da oferta, partilha das melhores práticas, representação dos centros nacionais na sua diversidade e características, certificar o setor desde o produtor do vinho até ao produto turístico,

promovendo a formação dos associados todo o nível nacional, como internacional. Ainda recentemente, esta associação lançou o primeiro canal online dedicado ao enoturismo que, por coincidência, foi apresentado no território de Oeiras, concretamente no Hotel Vila Galé Collection Palácio dos Arcos".-----

-----Ora bem, porque é que se adere a uma associação que tem uma determinada especialidade? Justamente para prosseguir os fins que a associação prossegue. Se a associação é uma associação dos municípios com enoturismo, naturalmente que tudo o que está associado à produção do vinho, e do vinho ao turismo, à vinha, obviamente que o objetivo desta associação é promover este produto. Produto que são vários produtos ao mesmo tempo. É o produto vinho, é o produto vinha, é o produto agentes produtivos, digamos, do vinho e da vinha e é o turismo associado, portanto, ao vinho. Porque é que a associação foi fundada? A associação foi fundada justamente para partilharem, para estabelecerem sinergias entre os diferentes produtores de vinho, difundirem as boas práticas, as boas práticas que cada um vai desenvolvendo e, portanto, é esse o objetivo quando há uma associação.-----

-----Portanto, o que é que se vai fazer? Por exemplo, ainda recentemente, não tenho a certeza agora daquilo que vou dizer, mas ainda recentemente, mas julgo que foi esta associação que publicou, uma grande publicação, recordo-me que foi na vinha deste ano, na vindima do ano passado, digo, foi-nos oferecida uma publicação com todas as regiões enoturísticas do país. Naturalmente que essa difusão vai construir uma imagem, vai divulgar, vai contribuir para um maior conhecimento e, portanto, é natural que cada vez mais pessoas procurem a restauração do Concelho ligada ao vinho. Procurarem, verificarem se há possibilidade ou não de visitar a adega e é por isso que a adega, neste momento, está aberta todos os dias. E, portanto, incentivos que cada vez mais há uma maior procura. Portanto, na realidade, é fundamental esta pertença a instituições como esta, que têm experiência na divulgação do produto, e é essa aprendizagem que nos vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transmitir a nós ao fazermos parte desta associação.

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.

----- Vamos, portanto, passar à votação número quatrocentos e onze.” -----

4.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Monteiro, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-

Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 99/2025** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 411/2025 - DTGE – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À APENO – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENOTURISMO** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e onze barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número quarenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta de abril, e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a adesão do Município de Oeiras à APENO – Associação Portuguesa de Enoturismo e a realização de despesa com o pagamento de joia inicial no valor de sessenta euros e quota anual no valor de trezentos e vinte euros, após concessão do visto do Tribunal de Contas, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 474/2025 – GCAJ – relativa à Aquisição do edifício construído pela AERLIS sobre parcela de terreno municipal cedida em regime de direito de superfície, em Oeiras (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV).” -----

----- O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- A presente proposta de aquisição por parte do Município de Oeiras do edifício da Associação Empresarial da Região de Lisboa reveste-se de primordial importância para o Concelho, uma vez que a referida aquisição tem fins criteriosamente definidos, tendo em conta o interesse público e o apoio à comunidade. Para além da documentação anexa à proposta, a qual é explicativa sobre toda a situação da AERLIS no âmbito jurídico, judicial e económico-financeiro, e que levou à iniciativa da Câmara em dar um destino ao edifício em face das circunstâncias, nomeadamente para instalação de serviços municipais a fim de promover a concretização de interesses da população em prol da resolução de problemas do quotidiano das suas vidas. Para além igualmente de integrar no seu património o referido edifício. -----

----- Saliente-se que este processo tem vários aspetos relevantes, tendo em conta o fim em vista ou seja, o próprio edifício está construído em domínio municipal, sendo que a sua localização apresenta inúmeras vantagens para a instalação dos já referidos serviços de interesse público e de

apoio à comunidade, incluindo o Centro de Ciber-segurança e o Centro de Engenharia e Desenvolvimento. Por outro lado, a instalação de uma Loja do Cidadão naquele local, em conformidade com o modelo exemplificativo, reflete um novo conceito de Loja do Cidadão, difundido pela Agência para a Modernização Administrativa, conceito este que visa não só um atendimento mais eficiente aos cidadãos, com vários graus de valências, bem como o incentivo à literacia digital, privilegiando, obviamente, o atendimento presencial de proximidade, mas em paralelo com a permissão aos cidadãos para fazerem outros tipos de escolha na interação com o Estado.

Neste sentido e em face da proposta em apreciação, a mesma merece ser objeto de aprovação pelo alcance social que as instalações referidas conferem no que respeita à modernização administrativa, à qualidade de vida traduzidas numa nova ideia de relacionamento do cidadão com a Administração Pública, constituindo uma oportunidade para a prossecução dessa finalidade.

Obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Muito obrigada.”

Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faça favor.”

A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) interveio e disse o seguinte:

“Obrigada, Senhora Presidente.”

A aquisição pela Câmara Municipal de Oeiras do edifício da antiga AERLIS por um vírgula seis milhões de euros, pagos em cinco anos, é um daqueles casos em que a legalidade não basta. É preciso perguntar se é justa, se é transparente, se é eticamente aceitável. O imóvel foi construído em terreno municipal cedido gratuitamente em dois mil e treze à AERLIS por noventa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

anos, em direito de superfície. Com a insolvência da associação declarado em dois mil e vinte e três, o Município podia e devia ter revertido esse direito e recuperado o edifício sem encargos como a lei permite. Mas o que fez o Executivo? Comprou-o por um valor muito acima do patrimonial a uma entidade falida com penhoras registadas que se livra assim de parte das dívidas, e com um plano de insolvência homologado, exonera-se de qualquer responsabilidade futura. Estamos a falar de uma associação que beneficiou durante anos de apoio institucional, de solo municipal e que falhou com os seus trabalhadores, fornecedores e com o Estado. E, em vez de ser chamada à responsabilidade, é agora recompensada com uma injeção direta de dinheiro público.

----- E o que dizem os responsáveis políticos? Ninguém diz nada, mas “isto é uma grande aquisição”, ou “não me pronuncio quanto ao custo, porque é uma boa aquisição”. É precisamente pelo custo ético, político e financeiro que nos devemos pronunciar. Não está em causa a importância de instalar uma Loja do Cidadão, está em causa o método. Este negócio não resulta de uma estratégia clara de gestão pública, resulta do improviso caro, feito à pressa para salvar o que devia ser assumido como fracasso. -----

----- A política local não pode ser o lugar onde as más decisões de ontem são escondidas com o dinheiro de hoje. Não se pode falar em transparência enquanto se fazem negócios de bastidores com quem perdeu legitimidade económica, institucional e moral. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Mais alguma intervenção? Senhor Deputado Vítor Marques (PSD), faça favor. Senhor Deputado Vítor Marques (PSD), pediu a palavra?” -----

----- **O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD) fez a seguinte intervenção:** -----

----- “Pedi a palavra, sim, sim. -----

-----Senhora Presidente, cumprimento-a si e aos demais elementos da Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara e demais executivo, estimados colegas, àqueles que servem o Estado no modelo autárquico e àqueles que nos ouvem. -----

-----Há pouco tempo a Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos presentes adquirir este prédio urbano, e este prédio urbano tem dois mil e duzentos metros quadrados. Sucintamente, cumpre-nos dizer que pela sua localização, pelo interesse público subjacente, é, efetivamente, uma excelente compra. O valor não é por aí além, o preço a pagar é razoável e, por tudo isto, da nossa parte vemos com bons olhos esta aquisição, eventualmente até pecará por tardia.

-----Mas, mais importante do que esta aquisição, é aquilo que vem depois. Já agora, se me permite, aquilo que vem depois é:-----

-----Ponto um. O Centro de Engenharia e Desenvolvimento destaca-se como um centro de engenharia e desenvolvimento de produtos e serviços para uma sociedade mais sustentável, com foco em setores de alta intensidade tecnológica como a mobilidade, a aeronáutica e o espaço. A este propósito, no ano passado, vinte/vinte e quatro foi celebrado um protocolo entre este centro, a Câmara Municipal de Oeiras e o Instituto Superior Técnico para o desenvolvimento tecnológico diferenciado, através da criação do Oeiras Space Hub. -----

-----Ponto dois. O Município de Oeiras, conjuntamente com a Universidade Autónoma de Lisboa, o Instituto Politécnico de Setúbal e a Associação Industrial Portuguesa, através do consórcio Ciber Farol, pretende assumir-se como um centro de competências em cibersegurança para a região da Área Metropolitana de Lisboa. Propõe-se a assumir a gestão do Centro de Competências de Cibersegurança Lisboa e Vale do Tejo, com a responsabilidade de apoiar um mínimo de quatrocentas e cinquenta e duas entidades públicas e privadas, com uma dotação financeira a obter através do PRR. Acrescentando que este projeto, como não podia deixar de ser, e face à matéria em causa, é dinamizado pelo Centro Nacional de Cibersegurança. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ponto três. A Loja do Cidadão constitui um modelo de atendimento cujo objetivo principal é a prestação célere e personalizada, num único local público, de um conjunto de serviços de atendimento ao cidadão. É um modelo de atendimento público focado na inclusão, acessibilidade, comodidade e otimização do tempo despendido pelo cidadão no seu relacionamento com a Administração Pública. Além do canal digital, a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) conjuntamente com os municípios, no caso o de Oeiras, pretende um atendimento presencial de proximidade. Desta forma, reunimos num único local, entre os mais comuns, a renovação do Cartão de Cidadão, a obtenção de certidões (como a de nascimento, casamento, óbito), tratar de assuntos relacionados com a carta de condução, registo criminal Segurança Social, Finanças e Registos e, também, a criação ou alteração dos elementos que constituem uma empresa. -----

----- Já agora se me permite, no três mais um, também neste edifício continuará a laborar a AERLIS, através de uma sala cedida para o efeito, julgo que mediante o pagamento de um determinado preço. -----

----- Mas face a tudo isto que acávamos de enumerar, só podemos felicitar não só os cidadãos e os munícipes, em concreto de Oeiras, mas também a Câmara Municipal por este avanço, que é um avanço tremendo. -----

----- Senhora Presidente, dissemos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Mais alguma intervenção? Senhor Presidente, pretende usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Quero, Senhora Presidente. Muito obrigado. -----

----- Quero para, de alguma forma, dizer que vivemos a caminho de uma sociedade

realmente muito empobrecida. É extraordinário a ligeireza com o que se fazem afirmações nesta Assembleia. A Senhora Deputada Sílvia, do PAN - que eu tinha como uma pessoa de bom senso..., sinceramente tinha, mas no melhor pano cai a nódoa - fez aqui uma afirmação dizendo que se trata de “um negócio de bastidores”.-----

-----Eu desafio-a, realmente, a densificar essa ideia. Aquilo que disse é gravíssimo. Onde é que está o “negócio de bastidores?” Que conhecimento é que a Senhora Deputada tem? Se tem, deve denunciá-lo às autoridades ou, no mínimo, ao Presidente da Câmara. Olhe, eu desconheço. Não sabia que tinha havido “negócio de bastidores”. O que sei é que este negócio é um negócio claríssimo. O terreno foi cedido pela Câmara Municipal há para aí vinte e cinco ou trinta anos em direito de superfície. A Associação Empresarial da Região de Lisboa funcionou durante muitos anos e prestaram relevantes serviços na área da formação, com uma intensidade extraordinária. Entraram em situação financeira difícil e foram declarados em situação de falência, ou pré-falência, ou falência técnica. Tem que pôr os seus bens à venda para pagar aos fornecedores e, neste caso, como é um direito de superfície - são proprietários do imóvel, mas não do terreno - não podiam vender sem autorização da Câmara Municipal. E, portanto, é óbvio que a Câmara Municipal só podia autorizar a venda para uma atividade, exatamente ou dentro do conteúdo idêntico àquele da Associação Empresarial da Região de Lisboa. -----

-----E, portanto, é feito uma avaliação, devo vos dizer (agora era o que não devia de fazer, mas, às vezes, somos obrigados, realmente, a falar), a informação que os serviços me deram a mim era que aquele edifício valia quatro ou cinco milhões de euros. Mas, na realidade, considerando a situação do direito de superfície e que mais ninguém podia comprar, e que a Câmara Municipal realmente devia fazer aquele negócio de acordo com uma avaliação que tinha em conta a depreciação do prédio, os anos que tinha, etc., e, portanto, chegaram a uma avaliação na ordem do milhão e seiscentos mil euros. A Câmara Municipal apresentou essa proposta ao gestor da falência,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ou de insolvência, e terá sido aceite a proposta. Tudo na maior transparência.

Vem a Senhora Deputada do PAN falar em “negócio de bastidores”. Eu desafio-a a expressar aqui que conhecimento tem desse “negócio de bastidores”, caso contrário, a Senhora Deputada não está a ser séria e, mais uma vez, está o PAN a entrar no populismo também. Portanto, eu sei que os senhores deputados passaram todos por cima, fizeram que não ouviram, mas eu ouvi. Eu ouvi, e confesso a minha estupefação porque não esperava isto da Senhora Deputada Sílvia, do PAN.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Bem, vamos passar à votação da proposta número quatrocentos e setenta e quatro.”

4.2.1. VOTAÇÃO

A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Monteiro, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União

Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com oito abstenções, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques)-----

-----A Senhora Deputada Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 100/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 474/2025 - GCAJ - AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO CONSTRUÍDO PELA AERLIS SOBRE PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL CEDIDA EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE, EM OEIRAS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e setenta e quatro barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número vinte e quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e oito de maio, e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com oito abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a aquisição, livre de ónus ou encargos, do prédio urbano com área total de dois mil e duzentos metros quadrados, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número seis mil e quarenta e um, de onze de março de dois mil e treze, da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e inscrito na matriz predial urbana com o artigo seis mil setecentos e setenta e seis, da União de Freguesias Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, à AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa pelo preço de um milhão e seiscentos mil euros, a pagar em cinco prestações anuais de trezentos e vinte mil euros, vencendo-se a primeira na data da escritura e as restantes em igual dia dos anos subsequentes.

A minuta da escritura de compra e venda destinada a formalizar a referida aquisição, para posterior envio ao Tribunal de Contas, no âmbito da fiscalização prévia, para obtenção do necessário visto e subsequente outorga, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Muito obrigada.

Portanto, aprovado com oito abstenções, do Grupo Político Evoluir Oeiras, do Partido Socialista e do PAN, e vinte e nove votos a favor.

Faz favor, Senhora Deputada. É para uma Declaração de Voto? Faz favor.”

4.2.1.1. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Para uma Declaração de Voto, e dizer ao Partido Social Democrata, bem-vindos. Finalmente, ao final de vinte e cinco anos perceberam que afinal, as lojas do cidadão que foram, como todos sabemos, implementadas por António Guterres são uma mais-valia. -----

-----Agora, transformar a leitura desta proposta exclusivamente naquilo que é a leitura política de Oeiras finalmente ter, nada que o Partido Socialista não tenha proposto já diversas e muitas vezes e tem inclusivamente colocado nos seus programas eleitorais, coisa diferente, que é aquilo que foi feito, que foi transformar a leitura desta proposta só nas benfeitorias sobre a questão da Loja do Cidadão que é, naturalmente bem-vinda. -----

-----A nossa abstenção, nada tem que ver com o facto de ser instalada uma Loja do Cidadão que nós já, como eu acabei de dizer, sempre defendemos, mas tem que ver com a forma como o processo efetivamente foi montado.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada.-----

-----Senhor Deputado David Ferreira (EO), também pretende fazer uma Declaração de Voto?”-----

4.2.1.2. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Era apenas para informar a Mesa que iremos entregar uma Declaração de Voto por escrito, posteriormente.-----

-----Obrigado.”-----

-----**O Senhor Deputado David Ferreira (EO)** fez chegar a seguinte Declaração de Voto por escrito, a qual se dá por transcrita:-----

-----“O grupo político Evoluir Oeiras absteve-se nesta proposta. Compreendemos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

necessidade de encontrar espaços disponíveis para instalação de serviços municipais que permitissem assegurar a prossecução do interesse público e apoio à comunidade. No entanto existindo um contrato de cedência de noventa anos à AERLIS, insolvente no ano de dois mil e vinte e três faz com que existam ferramentas para adquirir de volta o imóvel sem grandes custos associados, é algo que merecia uma análise dos técnicos e juristas da Câmara, pois acerca disto, o sr. presidente nada refere na sua intervenção, dando ainda mais a entender o seu desconforto. A AERLIS falhou com os seus trabalhadores, fornecedores e com o estado, comprar um imóvel nestas condições parece-nos ceder ainda mais a uma entidade que já falhou redondamente com os seus compromissos.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.” -----

4.2.1.3. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Senhora Presidente, eu tendo em conta a intervenção feita pela Deputada Sílvia (PAN) que fez aqui suspeitas, quero deixar em Ata os motivos pelos quais votei a favor...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio perguntando o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado representa o Grupo Político?”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** respondeu o seguinte:-----

----- “Não. Do meu voto. Quero declarar o meu voto, se não se importa, para ficar em Ata.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “É um voto pessoal?”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** respondeu o seguinte:-----

----- “Sim. Porque é que votei a favor...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se**

inaudível o que foi dito.

-----**O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** retomou a sua **Declaração de Voto** dizendo o seguinte:

-----“Trata-se de uma proposta que o valor é de um milhão e seiscentos mil euros, em quinhentas prestações. A justificação foi resolver o direito de superfície e recuperar o ativo estratégico. Todos os documentos são transparentes e claros. O uso previsto é um centro de cibersegurança da CEiiA, Loja do Cidadão. Inclui o envolvimento de financiamento europeu para a Loja do Cidadão já aprovado. Houve uma deliberação unânime em Câmara e corresponde a um processo de insolvência homologado da AERLIS. Motivos pelos quais não vejo nenhuma sombra suspeita aqui levantada.

-----“Muito obrigado.”

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:

-----“Senhor Presidente, faz favor.”

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** deu o seguinte esclarecimento:

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.

-----Eu gostaria de dar um esclarecimento.... Vamos lá ver, o que está aqui em causa é uma aquisição de um imóvel. Não é a Loja do Cidadão, nem o CEiiA... nada disso. O que está em causa é a aquisição do imóvel. Dá-se a circunstância que, num momento em que surgiu esta possibilidade de aquisição há a possibilidade de instalar uma série de equipamentos e dá-se nota, aqui nesta deliberação. Mas, na realidade não era necessário qualquer... do que se trata é de uma aquisição.

-----Quanto à Loja do Cidadão quero dizer o seguinte: a Câmara Municipal de Oeiras há mais de vinte anos que está disponível para instalar a Loja do Cidadão no Concelho. Os governos é que nunca quiseram. Portanto, e pela primeira vez um... já tivemos disponível uma loja... A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Senhora Vereadora...a Senhora Deputada Alexandra (PS) não resiste em defender sempre o Partido Socialista, em vez de defender o Concelho e o seu território. É um seguidismo atroz, fica-lhe mal. Fica-lhe mal, porque está aqui em primeiro lugar para defender Oeiras e depois o seu Partido. É uma coisa extraordinária, quer dizer.... Realmente, é de um carreirismo que mete dó. Esta coisa de “o Partido Socialista tem sempre razão” ... Ora bem, a verdade é que, durante o Governo do Partido Socialista várias vezes, com vários primeiros-ministros, me prometeram que iriam viabilizar uma Loja do Cidadão, mas depois nunca o concretizaram. Curiosamente, este processo começou ainda com o Governo Socialista, começou ainda com o Doutor António Costa, mas é concretizado agora (mas começou, por acaso começou com o Doutor António Costa). Mas, o Doutor António Costa já lá estava há oito anos. E, portanto, (e antes dele estiveram outros), a Loja do Cidadão não existe em Oeiras ainda porque os governos centrais nunca quiseram fazê-lo. Como o Julgado de Paz também, já tivemos instalações, mobilado e o Governo desistiu de fazer aqui o Julgado de Paz. Portanto, vamos lá ver se a gente se entende. Não há aqui uma Loja de Cidadão mais cedo, porque o Partido Socialista não quis. Se quisesse o Doutor António Costa teve oito anos, só nos últimos seis meses de Governo, é que ele decidiu aprovar a Loja do Cidadão aqui para Oeiras.

Portanto, acho muito estranho este afã da Senhora Deputada, é tudo o Partido Socialista, não temos mérito nenhum, nós não temos mérito nenhum. O mérito é todo do Partido Socialista a nível de nacional. Tenham paciência... Já agora, deem-nos algum benefício, algum benefício. Nós também trabalhamos, também lutamos para ter as coisas... Sempre que acontece qualquer coisa neste Concelho, que tem a ver um bocadinho com a Administração Central, o mérito é sempre... se lá estiver o Partido Socialista, porque se não estiver, se for o PSD já não há mérito nenhum. Mas não há problema nenhum, depois da bancada do PSD dizem que é do PSD e o Partido Socialista não tem mérito nenhum.... Esse é o problema. É que quando estão na situação dizem

uma coisa, quando estão na oposição dizem outra. Eu, ao menos digo sempre a mesma coisa. ----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. -----

-----Passamos...” -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faz favor... Faz favor, Senhora Deputada.” -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Pedi a palavra para Defesa da Honra, porque o Senhor Presidente, que há quarenta anos é Presidente de Câmara, acusou-me de ser carreirista. Se há aqui alguém, neste palco, que é carreirista, Senhor Presidente de Câmara é o Senhor. Não fez mais nada na vida a não ser Presidente de Câmara. Isso é que é carreirista.-----

-----Talvez não tenha percebido, mas eu estou aqui por cidadania. Há uma grande diferença, de facto.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Não é Ponto de Ordem, é Defesa da Honra... Agora...” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez o seguinte Ponto de Ordem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

à Mesa: -----

----- “Nós estávamos em votação, em Declarações de Voto... A que propósito é que estamos nestes discursos? Não percebi.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Defesa da Honra... Defesa da Honra... Defesa da Honra...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, em primeiro lugar...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: -----

----- “As Declarações de Voto não têm resposta.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “.... Eu tenho que chamar a atenção da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), que ainda não chegámos ao ponto de a Senhora falar quando lhe apetece, sem sequer pedir a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Não, desculpe... desculpe... ouça se faz favor.” -----

----- A votação já tinha passado...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Precisamente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Então, portanto, tem todo o direito de fazer uma Declaração de Voto...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----
-----“Oh, Senhora Deputada, a Senhora tenha calma, tenha calma. Não esteja sempre...
não esteja sempre tão...” -----
-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez
com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----
-----A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----
-----“Senhora Deputada, agradeço que a Senhora mantenha a calma...” -----
-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----
-----“Eu estou calma.” -----
-----A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----
-----“Pronto, então se está calma, fique calada se faz favor, e só fala quando tiver
autorização para o fazer...” -----
-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----
-----“Cumpra o Regimento Senhora Presidente, cumpra o Regimento...” -----
-----A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----
-----“Senhora Deputada, a Senhora ainda há de dar depois as suas lições.” -----
-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito. -----
-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----
-----“Bem, acabou a fase da má criação.” -----
-----O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, e vai ser usada.” -----
-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito. -----
-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados.-----

----- Eu acho que tem que haver algum bom senso. E a Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) de vez em quando “vai-lhe o pé para o chinelo”. Porque, eu quero dizer, e não quero secundá-la nas suas afirmações, mas conheço muita gente, nomeada para muitas coisas pela cor partidária. Eu nunca fui nomeado para nada pela cor partidária.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----- “Eu fui eleito... Vejam bem a deturpação da Democracia. É assim que a Democracia...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----- “Eu não interrompi ninguém, eu não interrompi ninguém... É assim que a Democracia é adulterada e deturpada. Quando se confunde uma eleição renovada de quatro em quatro anos com carreirismo, com o carreirismo. Vê-se o valor que a Senhora Deputada atribui à Democracia, vê-se. E quero dizer que antes de vir para Presidente da Câmara já tinha tido muitos empregos e nenhum por nomeação, todos por concurso, todos por concurso. Vá ver o meu currículo, vá ver o meu currículo e verá lá quais foram as minhas atividades antes de ser Presidente da Câmara. E quanto à Câmara fui sempre eleito de quatro em quatro anos. Nunca fui nomeado Diretor de Departamento em regime de substituição, nunca fui nomeado Chefe de Divisão em regime disto ou daquilo. Nunca fui por cores partidárias, nunca tive cargos desses ... Eu fui sempre nomeado por concurso público, por concurso público, para tudo. Ora bem, de maneira que a Senhora Deputada, ao vir com esse argumentário que veio para aqui só demonstra que, na realidade, ainda

tem muito que aprender para ser democrata, apesar de com frequência evocar pergaminhos democráticos. Mas não é democrata quem diz que é, é democrata quem pratica, é democrata quem dá o exemplo, o exemplo é que nos diz se somos ou não democratas.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Senhor Deputado, muito obrigada (deverá querer dizer Senhor Presidente).

Quer fazer uma Declaração de Voto?”

O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:

“Não. Quero fazer um protesto, Senhora Presidente.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Então Senhor Deputado, faça...”

O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez o seguinte Protesto:

Muito obrigado, Senhora Presidente.

Eu queria fazer um protesto pela forma como a reunião está a ser conduzida porque, neste momento, nós estamos numa fase da Ordem de Trabalhos que é um bocado um vazio. Porque nós... Eu não sei em que ponto é que estamos. Estamos numa resposta a uma Declaração de Voto que é uma coisa... que é uma coisa...”

Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.

O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) continuou o seu Protesto dizendo o seguinte:

“... Os Senhores Deputados do IN-OV que se queixam tanto que são interrompidos, também podiam deixar os outros deputados falar sem os interromperem porque depois perdem-se na incoerência.... Continuando o meu protesto, nós estamos numa fase da Ordem de Trabalhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que é um vazio completo regimental. Não há respostas a Declarações de Voto naquilo que é o Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras. E, portanto, a Senhora Presidente ao ter permitido ao Senhor Presidente da Câmara responder a uma Declaração de Voto entrou num vazio regimental e num Período da Ordem de Trabalhos em que estamos a descontar o tempo em que...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “O Senhor está a usar desse vazio...” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... Senhora Presidente, eu estou mesmo a terminar...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “.... Para fazer a sua intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Não estou nada... Pois, eu estou a protestar com esse vazio, que resulta da má condução dos trabalhos da Senhora Presidente, e estou-lhe a transmitir isso, se me permitir a crítica... Nós estamos a descontar tempo, descontamos o tempo do Senhor Presidente da Câmara, de um ponto da Ordem de Trabalhos que já terminou, terminou com a votação. -----

----- Portanto, eu pedia à Senhora Presidente que avançássemos na Ordem de Trabalhos e que não permitisse ao Senhor Presidente da Câmara, atropelar o Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras, coisa que, Senhora Presidente deixe-me dizer-lhe com toda a estima e simpatia que tenho por si e pelo seu trabalho...”-----

----- **Alguém** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“.... Se eu puder... A Senhora Presidente permite demasiadas vezes que aconteça nesta Assembleia Municipal, e está aqui a permitir mais uma vez. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Meus senhores...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Não. -----

-----Passamos ao intervalo. Vamos fazer um intervalo que eu acho que precisam de refrescar.” -----

-----INTERVALO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Bem, vamos recomeçar os trabalhos. Vamos para o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

4.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 476/2025 – GMA – relativa ao Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos do Município de Oeiras 2024 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte: -----

-----“Quem dos senhores deputados pretende usar da palavra? -----

-----Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD).... Mais?... Quem se inscreve?... Quem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pretende usar da palavra sobre este ponto?... -----

----- Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- A proposta que hoje nos é apresentada, diz respeito à apreciação do Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos do Município de Oeiras relativo ao ano de dois mil e vinte e quatro, elaborado nos termos exigidos pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção aprovado pelo decreto-lei cento e nove e) de dois mil e vinte e um. -----

----- Importa desde já assinalar o cumprimento da obrigação legal por parte do Município num domínio tão sensível como é o da prevenção da corrupção, dos riscos de gestão e das infrações conexas. Mas mais do que uma formalidade este relatório é um instrumento fundamental para garantir transparência, rigor e integridade na atuação da administração municipal. -----

----- Do ponto de vista técnico, o documento é extenso, detalhado e revela um esforço claro de sistematização da informação que envolveu todas as unidades orgânicas. O número é expressivo, foram avaliados trezentos e vinte e sete riscos, e avaliadas quinhentas e cinquenta e quatro medidas, das quais oitenta e oito por cento já estão totalmente implementadas, sete por cento em fase de implementação e apenas um por cento por executar. -----

----- É particularmente positivo o facto de se ter registado uma redução de sessenta e quatro por cento dos riscos de grau elevado ou máximo, face ao ano anterior e é igualmente de sublinhar a melhoria do cumprimento dos prazos por parte das unidades orgânicas, bem como a realização de ações de formação e o reforço da sensibilização em matéria de ética e integridade. -----

----- A transparência, a integridade e a prevenção da corrupção, não se constroem apenas com regulamentos. Constroem-se com rotinas, com práticas e com uma cultura de exigência e responsabilidade tanto interna como externa. -----

-----Por isso, é fundamental que a Assembleia Municipal continue a ser chamada a acompanhar estes processos, não apenas para tomar conhecimento, mas também para exercer, como é seu dever, um papel ativo de controlo estratégico e político sobre a forma como o Município atua na gestão dos riscos e na proteção do interesse público.-----

-----Senhora Presidente, o Grupo Municipal do PSD valorizou o trabalho técnico desenvolvido pelo Gabinete Municipal de Auditoria e considera que este tipo de instrumentos deve ser não apenas mantido, mas continuamente aperfeiçoado. Por isso, apoiamos a proposta apresentada, mas deixamos também o sinal claro de que este é um tema que continuará a merecer a nossa atenção e o nosso escrutínio. -----

-----E, é precisamente em nome da ética, da integridade e da transparência que não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação, com a notícia hoje publicada pela revista Sábado, que dá conta de um contrato celebrado por Contratação Excluída, entre a Câmara Municipal de Oeiras e uma empresa detida exclusivamente pela filha do Senhor Presidente da Câmara, no valor de cento e dezasseis mil euros, para prestação de serviços de psicologia. -----

-----Trata-se de uma situação que a confirmar-se nos termos noticiados levanta sérias dúvidas do ponto de vista ético e colide frontalmente com as orientações previstas no regime geral de prevenção da corrupção designadamente no que respeita à prevenção de conflitos de interesse e à proteção do interesse público. O escrutínio da legalidade não basta, a confiança dos cidadãos exige também a observância de padrões éticos rigorosos, sobretudo quando estão em causa contratações públicas, nomeadamente Contratação Excluída com valores tão elevados e envolvendo familiares diretos titulares de cargos políticos. -----

-----Disse hoje no PAOD, o Senhor Presidente, que não sabia de nada e que também era melhor que a sua filha não pudesse concorrer a um concurso para trabalhar na Câmara Municipal. Claro que pode, no entanto, Senhor Presidente, não estamos a falar de nenhum concurso. Estamos



A blue ink signature, likely belonging to the President of the Assembly, is positioned in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a falar de um ajuste direto em dois mil e dez, e em dois mil e vinte estamos a falar em sede de contratação pública de uma Contratação Excluída. Em contratação pública a Contratação Excluída refere-se a contratos que devido à sua natureza ou características específicas não estão sujeitos às regras e procedimentos gerais da contratação pública. Estes contratos podem envolver prestações que não são suscetíveis de concorrência de mercado ou contratos com entidades específicas em determinadas condições. Ora, isto significa que esta contratação foi feita para aquela empresa, detida exclusivamente por aquela pessoa. -----

----- No momento em que debatemos a previsão da corrupção e a necessidade de reforçar práticas de integridade, não podemos compactuar com situações que fragilizam o princípio da imparcialidade e colocam em causa a credibilidade das instituições. -----

----- É, pois, urgente um esclarecimento cabal por parte do Executivo. E é também papel desta Assembleia exigir a máxima transparência. -----

----- Desta forma, venho hoje requerer a Vossa Excelência, Senhora Presidente, que diligencie junto da Câmara Municipal de Oeiras, toda a documentação relativa a esta contratação pública e que a mesma seja distribuída por todos os partidos e grupos políticos com a maior brevidade possível. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Obrigada. -----

----- Senhora Deputada Sílvia Santos (PS), faz favor.” -----

----- A Senhora Deputada Sílvia Santos (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados e quem nos acompanha online. -----

-----A análise do Relatório de Execução Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Oeiras de dois mil e vinte e quatro permite-nos reconhecer a importância crítica deste instrumento para o fortalecimento da integridade, da prevenção de irregularidades e da construção de uma administração mais eficiente, responsável e resiliente.-----

-----Este documento permite avaliar a implementação das medidas previstas, identificar progressos e compreender desafios persistentes. É, por isso, essencial para aferir a eficácia das ações e garantir que a mitigação de riscos é efetiva no terreno. -----

-----O Partido Socialista valoriza a existência de ferramentas de diagnóstico e planeamento como esta. No entanto, é fundamental para fazer uma análise crítica centrada tanto nos avanços, como nas limitações do Relatório. -----

-----Registam-se resultados positivos: a redução de sessenta e quatro dos riscos classificados com grau máximo ou elevado — de vinte e dois para oito — é encorajadora. Além disso, oitenta e oito por cento das medidas previstas estão totalmente implementadas, com mais de noventa e nove... com mais noventa e nove... trinta e nove em execução. Estes dados indicam progresso, ainda que desigual. -----

-----A identificação sistemática de áreas críticas e a monitorização contínua permitem atuar com agilidade, corrigir desvios e reforçar o controlo interno. Esta abordagem é indispensável para uma cultura de prevenção, que traz ganhos em eficiência e qualidade dos serviços públicos. -----

-----Salientamos também a importância da formação e capacitação ao longo da execução do plano. Os workshops e materiais disponibilizados são positivos, mas, por si só, não são suficientes. É necessário ir mais além na formação técnica e construir uma cultura organizacional de integridade, com campanhas de sensibilização mais abrangentes e integradas no quotidiano da administração. -----

-----A luta contra a corrupção, a má gestão e outras ameaças à boa administração depende



A blue ink handwritten signature is positioned in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de comportamentos coletivos sustentados por liderança transparente e de responsabilização. E, por isso se exige mais do que ações pontuais — exige-se coerência entre o discurso e a prática. -----

----- O relatório também revela problemas estruturais: necessidade de mais formação, de falta de recursos humanos e limitações orçamentais. Estes constrangimentos são conhecidos e recorrentes. Lamentavelmente, o relatório não apresenta uma estratégia clara para os ultrapassar, o que enfraquece o plano e compromete a sua eficácia. -----

----- É especialmente preocupante que cinco medidas não tenham sequer sido reportadas por falta de pessoal na unidade responsável. Como se garante a implementação de um plano quando áreas essenciais como a gestão do risco ficam meses sem recursos humanos? E que garantias temos de que esta situação não ocorre noutras setores da Câmara? -----

----- A formação em ética e integridade nos processos de acolhimento de novos trabalhadores é relevante, mas ainda insuficiente: apenas cento e trinta e um trabalhadores participaram, num universo muito superior. Está previsto um Programa de Formação para a Integridade em dois mil e vinte e cinco, mas falta clareza quanto aos seus objetivos, abrangência e critérios de avaliação. Sem metas mensuráveis, não se criam dinâmicas organizacionais sustentadas. -----

----- Também a revisão do Código de Ética e de Conduta, embora concluída em abril de dois mil e vinte e cinco, continua sem calendário claro de finalização. O mesmo se aplica à revisão do próprio Plano de Prevenção de Riscos, adiada por outras prioridades, como a auditoria à Município. Do ponto de vista do Partido Socialista, não pode haver ética pública em regime de disponibilidade parcial. -----

----- Embora o cumprimento dos prazos de reporte tenha subido para setenta e seis por cento, continua aquém do desejável: um quarto dos serviços ainda falha no envio atempado da informação. Sem esse compromisso, os diagnósticos tornam-se incompletos e a resposta

organizacional, frágil.

Situação como aquela que foi divulgada pela comunicação social e que pode revelar falha de controlo, transparência e mitigação de riscos, porque não é possível que se tenha procedido à contratação de familiares sem aparentemente qualquer avaliação no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos e sem medidas de mitigação. Este tipo de casos compromete a confiança pública e dos trabalhadores, e demonstra que, apesar dos instrumentos disponíveis, continua a faltar coragem política para aplicar os princípios de ética e imparcialidade.

O Partido Socialista quer ser claro: é preciso e é necessário mais ambição, mais responsabilidade e mais ação concreta. É urgente dispor de uma equipa multidisciplinar com representantes de várias unidades orgânicas, responsável pelo seguimento contínuo do plano, centralização de dados em tempo real e articulação com entidades externas, como o MENAC (Mecanismos Nacional Anticorrupção).

E definir metas obrigatórias de formação por unidade orgânica, garantindo que, até ao final de dois mil e vinte e cinco, pelo menos setenta e cinco por cento dos trabalhadores recebam formação em ética, integridade e gestão de riscos. Este objetivo deve ser inscrito no Plano de Atividades, ou GOP e avaliado anualmente.

Este relatório mostra que Oeiras dispõe de instrumentos, mas ainda não tem o ritmo, a prioridade política nem a estrutura de acompanhamento de uma gestão moderna de riscos que se exige. Continuamos a ver um plano que depende de poucos e que não mobiliza todos os níveis da autarquia.

O Partido Socialista continuará a acompanhar esta matéria com atenção, porque sabemos que a prevenção de riscos não é uma obrigação formal — é uma condição essencial para uma governança ética, eficaz e centrada no interesse público. É esse o modelo que defendemos para Oeiras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Muito obrigada.

----- Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.

----- Aproveito para cumprimentar na sua pessoa todos os presentes e quem assiste a esta reunião à distância.

----- “Os apartes, geralmente fazem-se no meio das intervenções, mas eu vou começar a minha com um aparte que tem a ver com... com o nome deste tipo de planos que se chama: Plano de Prevenção de Riscos. Eu sei que isto não é uma coisa concreta de Oeiras, mas a mim faz-me um bocadinho de confusão, estamos a falar de riscos de quê? Sísmicos, os de invasão extraterrestre... não sei, acho que era mais importante concretizar para as pessoas saberem do que é que se está efetivamente a falar, plano... e chamar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, ou qualquer coisa do género, que tornar-se óbvio para toda a gente daquilo que estamos aqui a falar.

----- Quanto ao resto, e fora esta questão do nome, nós enquanto Grupo Político que é frequentemente acusado de ser de Extrema-Esquerda, eu queria começar esta minha intervenção muito radical por concordar com as intervenções da Senhora Deputada do Partido Social Democrata e agora com a da Senhora Deputada do Partido Socialista que consta-me que não são partidos de Extrema-Esquerda também e que, genericamente são intervenções que eu poderia subscrever. E, Senhor Presidente, acho que se os seus parceiros de coligação e de maioria neste Executivo lançam estes alertas, se o Senhor Presidente não dá ouvidos à Coligações Evoluir Oeiras quando os lança, ao menos, podia dar aos seus parceiros de coligação, portanto, talvez fosse bom

estar atento e não a ler as revistas que está aí a ler. -----

-----Quanto a esta questão, estamos naturalmente perante documentos da maior importância e a mitigação de riscos relacionados com a corrupção e infrações conexas é obviamente essencial. E vemos isso ao estarmos a discutir isto aqui hoje, o relatório de execução deste plano, no mesmo dia em que a revista Sábado noticia que a Câmara Municipal de Oeiras contratou a filha do Senhor Presidente para prestação de serviços de psicologia. -----

-----A notícia em causa não aponta diretamente, pelo menos, ilegalidades, mas há outras questões que se levantam aqui, tendo em conta aquilo que também já foi falado, que é o método de contratação da empresa da filha do Senhor Presidente chamado “Contratação Excluída”. Como já foi dito, este método não está dentro dos três habituais na contratação pública, não é um concurso, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse no PAOD, a pessoa em causa, a sua filha não concorreu a nada porque este método de contratação não prevê um concurso, isto não é nem um concurso, nem um ajuste direto, nem uma consulta prévia, contradizendo assim aquilo que o Senhor Presidente disse no Período Antes da Ordem do Dia. Não sei se quer esclarecer, se foi um lapso ou se foi uma imprecisão.-----

-----Acresce que não encontramos registo deste procedimento no portal BASE e, portanto, tudo isto parece feito, o Senhor Presidente depois vai dizer que eu sou uma pessoa muito infeliz, que tenho de estar aqui a lançar suspeitas... mas aquilo que parece, de onde eu estou sentado, é que isto foi feito para ocultar, de certa forma, aquilo que foi este procedimento de contratação, e um eventual conflito de interesses que aqui também se vislumbra. Nós estamos a falar de ter a filha do Presidente de uma Câmara Municipal a prestar serviços de psicologia que são necessariamente sensíveis, podem conter informações relevantes, na Câmara onde o Senhor Presidente, pai desta pessoa é, lá está, autarca e Presidente da Câmara. Isto se calhar, era um risco que convinha ter sido reduzido e contido, um risco de conflito interesses. É natural haver estes



A blue ink handwritten signature is located in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

riscos de conflitos de interesses, faz parte, têm é de ser abordados, contidos e não empurrados para debaixo do tapete, que parece que é aquilo que estamos aqui a falar. Mas, infelizmente, este Plano de Prevenção de Riscos e a aplicação deste Plano de Prevenção de Riscos deve ser, por exemplo, como todas as regras aqui na Assembleia Municipal de Oeiras, se calhar, aplicam-se a toda a gente menos ao Presidente da Câmara, como, aliás, vimos há bocadinho, no ponto anterior da Ordem de Trabalhos. -----

----- Portanto, quanto a este relatório, sim senhor, está bem feito. É relativo, no entanto, a um plano que já devia ter sido atualizado, no relatório vemos, apesar de tudo, que há métricas a melhorar, há gráficos com coisas boas a subir, gráficos com coisas más a descer, sim senhor, tudo muito bem. Este relatório aponta também problemas que a Coligação Evoluir Oeiras tem alertado ao longo deste mandato aqui na Câmara Municipal, nomeadamente nas informações escritas, relacionadas com a falta de recursos humanos, relacionadas com o código de ética e conduta que há muito tempo que devia estar aprovado na Câmara Municipal e que até agora não foi... E tudo isto o Executivo nega que seja... nega que seja um problema, no entanto, depois vem aqui este relatório que aponta isto como uma questão efetivamente a melhorar. -----

----- Mas, a questão de fundo mesma é aquela que todos nós aqui sabemos, Senhor Presidente. O problema relativo à mitigação de riscos de corrupção, de conflitos de interesse e de infrações conexas em Oeiras, não é apenas um problema de planeamento, nem de execução de esse planeamento, nem dos planos, nem dos relatórios em si. É um problema de cultura, é um problema de cultura... E como todos vimos hoje através da notícia da Sábado, é um problema de cultura que começa no topo, no próprio Presidente da Câmara. Enquanto isso não mudar, podemos ter todos os planos, todos os relatórios do mundo, toda a documentação que quisermos... enquanto a cultura não mudar, infelizmente, Oeiras vai continuar a aparecer nas notícias pelos piores motivos.--- -----

-----Muito obrigado.... Espero não ter falado rápido demais.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Anabela Brito (IL).” -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Do Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção e Riscos do Município de Oeiras, resultam as seguintes conclusões:-----

-----Diminuição de sessenta e quatro por cento dos riscos com grau máximo, ou elevado, face ao ano anterior;-----

-----Elevado grau de execução das medidas de tratamento de risco;-----

-----Diminuição, em cinquenta por cento, das medidas por implementar. -----

-----Ora bem, lendo isto concluímos que tudo vai bem pelos lados do Município de Oeiras.

-----Mas, das recomendações feitas em relatórios anteriores diz o relatório que se verificou a realização de ações de formação e sensibilização sobre ética, integridade e prevenção da corrupção. - -----

-----Ora bem, talvez pudéssemos começar, ou estender ao Executivo esta formação, pois, como já aqui foi falado, a imprensa noticiou a “Contratação Excluída à empresa Purechoice, detida pela filha do Presidente. Os serviços são de psicologia integradas na promoção da saúde mental dos trabalhadores”, ok. Qual tem sido a apreciação dos trabalhadores a este serviço? Quantos trabalhadores recorrem a este serviço? Quão felizes são os trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras, sabendo que têm ao seu dispor um serviço de apoio psicológico, mas sabendo também que do outro lado da secretaria está a filha do Presidente? -----

-----Para a Iniciativa Liberal existem vários pontos a serem esclarecidos: a lei do exercício de cargos públicos obriga a que a relação de parentesco seja averbada aos contratos celebrados e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

publicitada no BASE o que não aconteceu. Estão os contratos disponíveis para o público no Portal BASE (o que é obrigatório)? Qual a justificação para usar o regime de Contratação Excluída?----

----- A Iniciativa Liberal considera que urge uma auditoria aos contratos de prestação de serviços realizados pelo Município.-----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- É sempre uma honra e um privilégio quando a minha bancada me sede a responsabilidade de defender algum ponto da Ordem de Trabalhos, e por isso, quero agradecer à bancada do IN-OV. -----

----- Mas, como sempre, os outros grupos por políticos confundem “alhos com bugalhos”.

----- A primeira coisa que eu queria dizer e que me espantou, era à minha amiga e Deputada, Sónia (PSD), que há qualquer coisa que não bate bem. Então a Senhora andou anos a dizer para deixar o Luís trabalhar, o Primeiro-Ministro deixou a empresa e o dinheiro todo aos filhos, e agora vem aqui pôr em causa o Presidente de Câmara? Deixe o Doutor Isaltino trabalhar, Sónia... deixe o Doutor Isaltino trabalhar... Vindo do Partido Socialista e do Deputado Tomás (EO) ainda entendo, mas olhem que os resultados foram maus, é que o povo quis deixar o Luís trabalhar. Estou absolutamente convencido que os oeirenses também vão querer continuar a deixar o Doutor Isaltino trabalhar.-----

----- Já ali em relação à Senhora Deputada da Iniciativa Liberal... Senhora Deputada, olhe que um psicólogo, tal como um advogado, tal como um padre, tem o dever de sigilo absoluto sobre todas as conversas que tem. Portanto, o que a Senhora que acabou de dizer é de uma gravidade em

relação à Ordem dos Psicólogos arrepiante. E sendo que a Ordem dos Psicólogos – já está com o dedo no ar, mas tenha calma, tenha calma que eu ainda acabei – sendo que a Iniciativa Liberal alegadamente é defensora dos profissionais liberais, o que a Senhora acabou de dizer, foi um atentado ao seu eleitorado.

Mas, deixando os “alhos e bugalhos” e indo aqui ao assunto que é disso que estamos a falar e do documento que analisámos, o que o IN-OV tem a dizer é o seguinte: começamos por sublinhar com toda a clareza que esta matéria não é uma formalidade burocrática. É um verdadeiro teste ao grau de responsabilidade institucional que queremos para o nosso Município. Trata-se de saber se conseguimos garantir aos cidadãos um governo íntegro, transparente e capaz de prevenir riscos — incluindo riscos de corrupção, fraude, má gestão e infrações conexas.

Neste sentido, o Relatório que aqui apreciamos e votamos – ou que aqui apreciamos, perdão, não é votado – não apenas um dever legal, mas um instrumento de credibilidade democrática – que é aquilo que as intervenções anteriores não estão a dar a esta Casa, é credibilidade. Ele cumpre o artigo sexto do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e nove e) de dois mil e vinte e um, de nove de dezembro. Este diploma impõe às entidades públicas a obrigação de elaborar, todos os anos, um relatório de execução do seu Plano de Prevenção de Riscos.

Este Relatório é feito em alinhamento com as orientações do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), com o reporte obrigatório à Inspeção-Geral de Finanças e ao Ministério da Coesão Territorial. No Município de Oeiras, a sua elaboração – e aqui uma ressalva e um elogio – resulta de um trabalho sistemático do Gabinete Municipal de Auditoria, em articulação com todas as direções municipais e serviços.

Não podemos encarar isto como um fardo legal, mas como um sinal de maturidade institucional. A prevenção de riscos não é um ato de desconfiança sobre os trabalhadores ou sobre



A blue ink handwritten signature is located in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

os eleitos. É um dever para com os munícipes, para com o interesse público e para com a qualidade da governação.-----

----- Gostaríamos de sublinhar então alguns dados concretos deste Relatório:-----

----- Foi feito o mapeamento de trezentos e vinte e sete riscos, com gradação de muito baixo até muito elevado. Regista-se uma redução de zero vírgula três por cento no total de riscos face a dois mil e vinte e três, sinal de consolidação do Sistema;-----

----- Muito relevante é a redução de sessenta e quatro por cento dos riscos classificados como grau máximo, passando de vinte e dois em dois mil e vinte e três para apenas oito em dois mil e vinte e quatro. E isto não é apenas um número. É o resultado de um trabalho de mitigação real, com medidas concretas implementadas no terreno.-----

----- Em relação às quinhentas que já aqui foram faladas, quinhentas e cinquenta e quatro medidas previstas no Plano de Prevenção de Riscos:-----

----- Quatrocentas e oitenta e nove já estão implementadas, ou seja, oitenta e oito por cento, o que significa um esforço de execução muito elevado; -----

----- Trinta e nove encontram-se em implementação, são sete por cento, sinal de continuidade de trabalho;-----

----- Sete por cento estão por implementar, corresponde a um por cento, o que mostra uma redução de metade em relação ao anterior, portanto eram catorze passaram para sete; -----

----- Existem catorze medidas, que correspondem a três por cento, que não aplicáveis este ano e que estão devidamente justificadas;-----

----- E apenas cinco por cento... cinco, uma, um por cento ficaram sem reporte, identificadas como casos residuais que exigem correção. É difícil encontrar uma aritmética melhor do que eu acabei aqui de enunciar -----

----- Estes dados demonstram que o Município não ficou parado. Cumpriu. Melhorou. E

não escondeu o que ainda falta fazer.

Queremos também saudar a melhoria no cumprimento dos prazos: setenta e seis por cento das unidades orgânicas respeitaram o prazo definido para abril. Em anos anteriores este número era mais baixo.

Este é um sinal de mudança cultural na organização.

Salientamos também com clareza, que o Relatório identifica os motivos das sete medidas não implementadas:

Cerca de metade por necessidade de formação especializada;

Catorze por cento por falta de recursos humanos;

Catorze por cento por limitações orçamentais;

E um terço por outros fatores.

Ao reconhecer estas causas concretas, o Município cria condições para resolver estes problemas no próximo ciclo.

Não estamos aqui para fazer um elogio cego. Estamos aqui para reconhecer o trabalho feito e também para exigir mais.

E, portanto, sugerimos que é fundamental o seguinte:

Que se assegure formação obrigatória e regular em ética, integridade e prevenção de riscos para todos os níveis hierárquicos;

Que se harmonizem prazos e mecanismos de alerta para garantir o reporte completo e atempado;

Que se planeie esforço orçamental para suprir necessidades de recursos humanos críticos;

Que se realize uma revisão profunda e participada do Plano de Prevenção de Riscos e do Código de Ética e de Conduta, com contributos de todas as unidades orgânicas;



A blue ink handwritten signature is positioned in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, por último, que se promova uma divulgação interna e externa dos resultados, para garantir a confiança pública e política necessária. -----

----- Este Relatório demonstra que há um compromisso com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção. Mas demonstra também que há trabalho pela frente a fazer. -----

----- Senhora Presidente, senhores deputados, o poder não é propriedade — é responsabilidade. -----

----- A autoridade não nasce do medo — nasce da confiança; -----

----- A democracia local exige coragem — coragem para ver, corrigir, para dizer a verdade; -----

----- Este Relatório não é apenas um documento técnico. É um compromisso; -----

----- É um sinal de ética e de transparência; -----

----- É a resposta serena e firme a quem prefere o ruído; -----

----- É a prova de que não se governa com slogans, mas com dados, com trabalho e com resultados. -----

----- Por isso apelamos a todos os Deputados Municipais para que aprovem e incentivem esta proposta com sentido de responsabilidade. -----

----- Não apenas para cumprirmos a lei, mas para afirmarmos juntos, que a ética e a integridade não são bandeiras eleitorais vazias — são a base do nosso mandato democrático. -----

----- Porque Oeiras não se constrói com medo — Constrói-se com coragem. -----

----- Não se constrói com ódio — Constrói-se com verdade. -----

----- Não se constrói com boatos — Constrói-se com trabalho. -----

----- Deixem o Isaltino trabalhar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV), faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Muito boa tarde, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, caros colegas deputados e deputadas, senhoras que nos dão apoio aqui na gestão do nosso trabalho. -----

-----Eu começo por agradecer a intervenção do nosso colega João Viegas (IN-OV), porque eu acho que nós estamos aqui a apreciar o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Risco do Município de Oeiras de dois mil e vinte e quatro, e na apreciação deste plano aqui ficou claro, obrigado Deputado Viegas (IN-OV), porque assim facilitou o meu trabalho na apreciação deste documento. Mas aquilo que me envergonha aqui é saber que dos três deputados, ou duas deputadas e um deputado, que nós temos aqui, em vez de falar do documento que estamos aqui a apreciar, que é mais importante, estão aqui a trazer um caso, que é um caso de uma revista que falou de um assunto que, na minha opinião, do ponto de vista jurídico, não tem nada, e muito menos do ponto de vista político. Porque aquilo que nós temos que fazer é, com todo o respeito, e digo aqui, eu acho que estão a fazer mal, não deveriam, não deveriam trazer estes elementos aqui, porque aquilo que aconteceu foi um aproveitamento político de uma situação que não tinha qualquer enquadramento aqui com o documento que estamos aqui a apreciar. -----

-----O que eu aconselharia era que os meus colegas deputados, que estiveram a debater sobre esta matéria, fizeram alguma investigação, tentassem aprofundar relativamente a esta situação para trazer para aqui. Aquilo que eu não acho, não acho de bom-tom é, colegas meus deputados trazerem algum elemento que, na minha opinião, não tem qualquer enquadramento aqui relativamente a esta matéria que estamos a discutir. E o que é que os nossos colegas deputados acabaram de fazer? O que acabaram de fazer é pura e simplesmente uma situação de acusação na praça pública. Aquilo que fizeram aqui é uma situação vergonhosa, que eu como deputado fico com vergonha de ver os meus colegas a desempenharem esse papel aqui na Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Por isso, aquilo que eu tenho para dizer aos meus colegas deputados, eu gostaria de perguntar aos meus colegas deputados, e falo diretamente aqui da minha colega Sónia (PSD), juridicamente, onde é que está alguma situação que nós podemos dizer que não se podia ter qualquer tipo de contrato a esse nível? Não havendo qualquer problema jurídico em termos legais, eu acho que, na minha opinião, é extremamente abusivo trazer este assunto para aqui. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** questionou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) quer usar os seus segundos?” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu gosto de usar todos os segundos a que tenho direito.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Eu agradeço as intervenções do Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) e João Viegas (IN-OV), que são o mestre dos “alhos e bugalhos” e o mestre do “chutar para canto”, respetivamente. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) vai ali a cima falar do enquadramento geral destes documentos, mas nenhum deles responde a duas questões...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “...Senhor Deputado... Nenhum deles responde a duas questões muito simples que é: Os senhores deputados veem um potencial risco de conflito de interesses em contratar-se a filha do Presidente da Câmara para fazer, para prestar serviços de psicologia a funcionários dessa

mesma Câmara? Sim ou não? E o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) vai ali falar da Ordem dos Psicólogos. Ninguém está a falar do sigilo dos psicólogos. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) estaria tão confortável numa consulta de psicologia, sabendo que, do outro lado, em vez de estar um psicólogo qualquer, está a filha do seu patrão? Responda-me a esta pergunta: se responder que sim, eu fico aqui um bocadinho baralhado e, provavelmente, não acredito em si. Se der a resposta honesta, vai perceber qual é que é o problema com que aqui estamos confrontados.

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Anabela Brito (IL).” -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Só tem uns segundos.”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Eu sei... A minha intervenção era realmente para esclarecer que nunca foi posto em causa a prossecução do Código de Ética ou a competência profissional da Doutora Dora Baptista. Portanto, as minhas palavras...”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) disse o seguinte:-----

-----“.... Desculpe? ...”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... Dora, Dora Baptista... Portanto, corroboro as palavras também do Senhor Deputado do Movimento Evoluir. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Os meus cumprimentos à Mesa, à Câmara Municipal, a toda a Assembleia e a quem nos acompanha.-----

----- Sobre este tema, temos três notas. Em primeiro lugar, reconhecer o trabalho dos serviços, dos trabalhadores da Câmara Municipal que elaboraram este relatório e que, de acordo com procedimentos, e eu diria também com uma cultura fundamental de prevenção de riscos, permitem dar-nos conta daquilo que são medidas e ações concretas, ou pelo menos mais programáticas de acompanhamento e de prevenção destas situações mais complicadas. Para isso também a importância dos recursos. Sabemos que não se combate a corrupção e não se agilizam procedimentos, se não houver recursos, e esse aspeto também me parece ser importante ficar mencionado nestes relatórios. -----

----- Há sempre necessidade de melhorar, as tentações são, naturalmente, grandes, as oportunidades são significativas, e haverá sempre, sempre necessidade de acompanhar muito de perto e fazer este escrutínio a vários níveis, distinguindo aquilo que são os níveis de intervenção de cada um dos órgãos e das suas responsabilidades.-----

----- A segunda nota tem a ver com uma inequívoca e imprescindível defesa da ética, da

boa conduta na gestão da coisa pública, mas também de distinguir aquilo que são ataques estruturais à dignidade da política e das instituições públicas. -----

----- Como já dissemos em reuniões anteriores, em oportunidades anteriores, diríamos que a maior corrupção que vivemos neste país foi aquela que se viveu antes do Vinte e Cinco de Abril. Durante o Estado Novo a total promiscuidade entre interesses económicos de poucos grupos económicos e grandes famílias, com aquilo que era o poder autoritário e repressivo do Estado, a pobreza que grassava por todo o território, as imensas desigualdades, o obscurantismo, a opacidade, isso foi o que permitiu, de uma forma absolutamente estruturante, a proliferação de tudo o que era corrupção. Se estes cinquenta anos de Abril contribuíram para alguma coisa, certamente foi para fortalecer aquilo que são as instituições públicas, as políticas públicas, os recursos das instituições públicas, não ao serviço de pequenos interesses ou grandes interesses para particulares, mas servir a todos com igualdade, com equidade, com sentido também de mobilização e de envolvimento democrático. Isto é o melhor antídoto contra a corrupção. -----

----- Também nos parece que política pública e instituição pública é definir critérios, definir regras claras, transparentes, que sejam perceptíveis pela população. Pode ser na atribuição, por exemplo, de subsídios, os mais diversos subsídios, quais são os programas concretos de que a atribuição à cultura, ao desporto, de habitação municipal, enfim, de regras urbanísticas... quanto mais as regras estiverem definidas, mais transparentes, mais publicitadas, melhor percecionadas melhor. E, quanto mais envolvidas as populações e as pessoas estiverem em todo esse processo, também mais claro e mais fácil será prevenir qualquer situação de corrupção. -----

----- Portanto, este é o nosso desafio e a nossa posição, voltando a enfatizar a importância destes documentos. Mas não deixar de salientar que à política aquilo que é da política, à justiça aquilo que é da justiça, e a cada órgão e a cada um de nós aquilo que é o nosso papel, enquanto cidadãos e enquanto atores deste processo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH), faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, relativamente a este Plano Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos do Município de Oeiras e, de uma forma muito simples: acima da lei está a moral. E nós falamos aqui de dinheiro público e também falamos aqui de uma contratação dúbia quando se fala aqui da questão da contratação da filha do Doutor Isaltino Morais.-----

----- Como é que pode uma sociedade ser educada quando o exemplo de governante para governado não é verificável? Imaginando agora que se a todos os presidentes de câmara deste país fosse aberta a possibilidade de poderem contratar os filhos, no meu caso com seis filhos era uma desgraça, eram cento e dezasseis mil euros vezes seis. Portanto, isto é abrir a porta à corrupção, é abrir a porta ao nepotismo e é abrir a porta àquilo que o Estado de Direito não pode permitir, que é o abuso. Portanto, falamos aqui de poder público, falamos aqui de um poder que tem que ser honrado em Democracia, e eu penso que o Doutor Isaltino esteve muito mal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito rápido, Senhora Presidente. -----

----- Gostaria de dar aqui uma ajuda ao Senhor Deputado João Viegas (IN-OV). -----

----- O Senhor Deputado enganou-se, ele é que misturou “alhos com bugalhos”. No PSD deixamos toda a gente trabalhar, o Luís, o Isaltino, o João, a Elisabete... o que não deixamos é que

situações que aparentam desvios à transparência, à prevenção de conflito de interesses, ou ao interesse público, não sejam devidamente esclarecidas.

-----Quanto ao Senhor Deputado Edmilson (IN-OV), agradecer o conselho e aconselhar a leitura da Ata desta reunião.

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:

-----“Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) pediu novamente para falar?”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** respondeu o seguinte:

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.

-----Antes de mais, muito obrigado, porque eu gosto que falem de mim, ainda que seja bem, e todos os deputados têm falado, de todas as bancadas, portanto, alguma coisa eu disse certa.

-----Eu vou fazer aqui um testemunho, um testemunho pessoal, porque conheço o Doutor Isaltino há muitos anos: em dois mil e dezasseis, iniciei um movimento cívico chamado “Isaltino Morais, a Presidente da Câmara Municipal de Oeiras”, o Doutor Isaltino estava numa situação que não era fácil, e criámos um site Facebook e tal, e houve uma altura que eu pus uma fotografia dele com a esposa, e recebi imediatamente um telefonema dele a dar-me um raspanete a dizer-me o seguinte: “Oh, Viegas, alguma vez na vida tu viste usar a minha família em benefício político?”, “Não, Senhor Presidente.”, “Alguma vez na vida, tu viste eu beneficiar algum filho meu?”, “Não, Senhor Presidente.”... Vocês conhecem mal o Doutor Isaltino...-----

-----Mas aquilo que eu queria dizer ao “Frei Tomás” que vai deixar de ser “Frei Tomás”, desculpe lá, isto não é... é uma metáfora, porque muita vez, “faz o que ele diz e não o que ele faz”, Vossa Excelência vai passar a ser a “Rainha de Copas”, não leve a mal porque no seu partido, não há grandes problemas ideológicos na mudança de género, portanto, vai-se passar a ser “Rainha de Copas”. A “Rainha de Copas”, é uma personagem de um livro que é “Alice no País das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Maravilhas”, escrito por Lewis Carroll em mil oitocentos e sessenta e cinco, salvo erro... E porque é que Vossa Excelência é a “Rainha de Copas”? É a “Rainha de Copas” que é este o grande erro que todas as intervenções aqui estão a fazer, disse: “Não, não. Primeiro a sentença, depois o julgamento”. Senhores Deputados, se há alguma questão aqui levantada, seja ética, seja moral, têm toda a legitimidade de a fazer – tal como a questão do Luís. Agora, tal como disse o Senhor Deputado da CDU, que é o Senhor Deputado João Santos, que eu agradeço, “à política o que é da política, à justiça o que é da justiça”. Vossas Excelências levantaram uma suspeição, façam uma queixa ao Ministério Público, o Ministério Público que investigue, e que se diga se há alguma ilegalidade. Agora não faça de “Rainha de Copas” a pôr já a sentença antes do julgamento. -----

----- Portanto, Senhor Deputado... E, por último, para lhe responder, não tenho nenhum problema em ir a nenhuma psicóloga, a nenhum padre, desde que seja um bom profissional. Não pode é ser a minha mãe, talvez, ou minha mulher, isso não. Agora, não tinha nenhum problema em ir a uma psicóloga que fosse filha do meu patrão, isso chamava-se preconceito, e isso não liga bem, não liga bem com Vossa Excelência.-----

----- Portanto, estou-lhe a responder... Não julgue, não faça sentenças antes do julgamento, está a perceber? Não faça isso porque fica-lhe mal. O vosso problema, sabem qual é? É que o povo de Oeiras vai deixar continuar o Isaltino trabalhar. E isso é que é difícil de vocês engolirem.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:** -----

----- “Só me saem é duques e cartas baixas.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas.”-----

----- **O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Excelentíssima Presidente da Assembleia, caro Presidente, caros vereadores, caros deputados.-----

-----O nosso país nos últimos dois anos tem sido confrontado com várias situações relativamente a questões de ética, de transparência.... Quanto a mim, a minha opinião pessoal, não deveríamos ter tido as últimas duas eleições legislativas, dois governos caíram de forma desnecessária, e houve obviamente custos para todos nós. Ninguém fala dos custos, apenas da realização de duas eleições legislativas, em menos de dois anos. O Prejuízo que o país não teve devido a isso.-----

-----E, depois tudo tem a ver com estas questões da transparência, da prevenção de riscos, da moralidade, saem notícias de situações... aqui no caso da questão da filha do Senhor Presidente, foi tudo feito de forma transparente, de acordo com a lei. O contrato foi publicado no Portal BASE. A notícia do...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“... A notícia... é tudo feito de forma transparente. A notícia é divulgada, os deputados desta Assembleia Municipal, tal como acontece em outras assembleias municipais, tal como acontece na Assembleia da República, querem fazer o papel da justiça, dos juízes, dos advogados... Querem fazer justiça aqui relativamente a esta questão, e tal como foi mencionado pelo Deputado Edmilson (IN-OV) não há nada na lei que tenha sido feito contra a lei, não há nada, foi tudo feito de acordo com a lei. E o principal é que o nosso Presidente... a estrutura da Câmara Municipal de Oeiras é muito grande, são mais de três mil funcionários. E, com certeza que o Presidente vai responder... ele não foi... não foi ele o decisor relativamente a essa contratação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Não teve nada a ver com a decisão, não esteve envolvido nessa decisão. E, vocês têm que ter, todos os deputados aqui têm que ter uma mentalidade mais aberta. O nosso país é muito pequeno, o nosso país é muito pequeno, se formos a verificar a todas as autarquias do nosso país, câmaras municipais, freguesias de todo o nosso país, existem vários familiares a trabalhar nas organizações. O nosso país não é muito grande, e por isso faz parte da cultura, faz devido à dimensão do nosso território e devido às dinâmicas que existe em cada localidade. Mas uma pessoa por ser presidente de um município, ou de uma autarquia, não pode limitar a vida profissional dos seus familiares. -

----- E, relativamente ao Plano de Prevenção e Riscos há um caminho a fazer, tal como foi mencionado pela bancada da CDU. Portugal está a fazer o seu caminho e o Município de Oeiras está a fazer o seu caminho e muito bem.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV).”-----

----- **A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Boa tarde novamente a todos.-----

----- Eu não posso deixar passar em vão a intervenção da Deputada da Iniciativa Liberal, Anabela Brito.-----

----- Eu julgo que foi perfeitamente deplorável, colocou em causa a ética profissional da Doutora Dora... e isto não se faz a ninguém.-----

----- O Senhor Presidente...” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Está atrasada.” -----

----- **A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... Não estou atrasada não. Estou-lhe a responder a si... Não estou não. Estou-lhe a responder a si... Quer dizer, a Doutora Dora já está condenada a não ser funcionária só porque é filha do Senhor Presidente? Mas o que é que é isto? -----

-----E agora diz que vai lá ao psicólogo e depois vai dizer ao Senhor Presidente... Mas o Senhor Presidente não tem mais que fazer do que estar agora ouvir o que a... Mas isto cabe na cabeça de alguém? Mas isto é uma fantochada autêntica.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Não, desculpe... Declarar que ela não pode ser porque é psicóloga e depois vai dizer ao patrão, isto não cabe na cabeça de ninguém. -----

-----Tenho dito.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN), faz favor.”-----

-----**A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----O Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de dois mil e vinte e quatro, apresenta-se com indicadores animadores: -----

-----Redução de sessenta e quatro por cento nos riscos máximos; -----

-----Oitenta e oito por cento das medidas implementadas; -----

-----E a inclusão de um módulo de ética no acolhimento de novos trabalhadores. -----

-----Mas a pergunta essencial é esta: Está o Município realmente mais protegido contra riscos éticos, reputacionais e de favorecimento? A resposta é claramente não. E a prova disso é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

notícia publicada pela revista Sábado que revelou que a Câmara Municipal de Oeiras celebrou contratos no valor de cento e dezasseis mil euros com a Empresa Purechoice Unipessoal Limitada, detida por Dora Morais Baptista, filha do Presidente Isaltino Morais.

----- Esse contrato celebrado sem qualquer concurso público foram atribuídos ao abrigo do regime de contratação excluída previsto no artigo vigésimo do Código dos Contratos Públicos, um mecanismo, portanto, legal. Não está aqui apenas em causa a legalidade, está em causa a confiança dos municípios, a integridade institucional e a credibilidade da autarquia. O Relatório de Execução do PPR afirma-se comprometido com a ética, mas omite por completo os riscos de captura de poder, de promiscuidade entre interesses familiares e decisão pública, e de uso reiterado de exceções legais para adjudicações recorrentes. Como é possível que no Município com mais de mil e setecentos trabalhadores, um serviço clínico que seja prestado sempre pela mesma família, durante mais de uma década, sem concorrência, sem rotatividade, sem escrutínio? Onde está o controle interno? Onde está o Gabinete Municipal de Auditoria que elabora este relatório?

----- O PAN, considera que o atual plano de prevenção de riscos está desfasado da realidade ética do Município. Não basta aplicar oitenta e oito por cento de medidas se elas não previnem o essencial. -----

----- Por isso pedimos: -----

----- Uma auditoria externa, independente a todos os contratos celebrados com empresas detidas por familiares titulares de cargos políticos; -----

----- A revisão imediata do PPR para incluir riscos de conflito de interesses familiares; -----

----- E a aprovação urgente de um código de ética vinculativo com regras mais rigorosas de impedimento e transparência, do que as exigidas por lei. -----

----- Só assim poderemos restaurar o que está neste momento ausente em Oeiras, a confiança política, porque ética pública não se proclama pratica-se. -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Bem, Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras, faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Apenas um minuto, Senhora Presidente. -----

-----Já foi dito aqui muita coisa, na minha ótica os políticos começaram a ficar na descrença do povo, quando decidiram ser investigadores e trouxeram isso para a praça pública. Eu diria que o caso que se está aqui a falar bastará a notícia da Sábado para se houver alguma irregularidade a justiça atuar. -----

-----De qualquer maneira, não posso deixar em branco uma intervenção que veio aqui da bancada do Evoluir que põe em causa a cultura da Câmara Municipal de Oeiras e concretamente do seu Presidente. E queria dizer aos jovens do Evoluir que a cultura de Oeiras é a cultura do trabalho, a cultura do desenvolvimento e a cultura da resolução do problema das pessoas...” -----

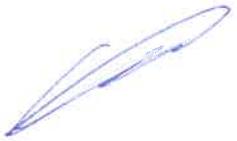
-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“.... Agradeço que não comente, porque eu quando estou a falar é para se ouvir. Quando vocês estão a falar ninguém fala. Portanto, se não se importa...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “.... Olhe, isso, quando os meus pais me educaram em pequenina, chamava-se falta de educação. E, portanto, há quem tenha e quem não tenha.... E, portanto, aquilo que eu queria dizer, é que a cultura de Oeiras é a cultura do trabalho, a cultura de resolução do problema das pessoas, a cultura do desenvolvimento... E daí termos a cidade mais rica do país a seguir a Lisboa. -----

----- E é tudo, Senhora Presidente. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada...” -----

----- **Alguém** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Oh, senhores deputados, isto realmente... eu dizer alguma coisa é perder tempo, porque os senhores... não é porque não saibam, é porque não querem saber. Portanto, os senhores continuam a interromper os seus colegas quando eles estão a falar, continuam a falar ao mesmo tempo que os outros estão a usar da palavra.... Sabendo os senhores que isso é incorreção, mas continuam a fazer. Mas eu mantendo e volto a dizer: é falta de correção, é falta de educação interromper quem está no uso da palavra. Fica dito e quem utiliza esse processo é o Evoluir Oeiras.

----- Portanto, os senhores são os donos, os donos do procedimento incorreto e de falta de educação que existe nesta Assembleia. Podem levar essa taça.-----

----- Eu não sei se o Senhor Presidente quer usar da palavra?... Senhor Deputado Vítor Marques (PSD), tinha se inscrito.... Peço desculpa...” -----

----- **O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD)** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente é muito rápido. É só para dar um esclarecimento...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“É que o Senhor já não tem tempo...” -----

-----O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD) referiu o seguinte:-----

-----“É um esclarecimento técnico...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“.... Se me permite...Não, é só para que alguns deputados que usaram da palavra não caiam novamente no erro, porque o decreto-lei cento e nove E barra vinte vinte e um, de nove do doze já foi revisto. E, eu não ouvi aqui que essa revisão tenha ocorrido. Portanto, já que falamos tanto, também convém falar corretamente. Essa é uma questão técnica. -----

-----Depois, da bancada do Partido Socialista foi dito que, *in fine*, que o PPR não era obrigatório. É obrigatório, tal como os outros três instrumentos normativos que o RGPC nos apresenta, nomeadamente o PPR, o canal de denúncias, o código de conduta e...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Não, não, não, não fico não. Dá-me só um segundo.” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Ah, e o plano de formação.... Sabia que estava aqui na cabeça, portanto, era só um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esclarecimento. -----

----- E disse, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Presidente pretende usar da palavra?”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “O Senhor já não tem tempo...”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio dizendo o seguinte: -----

----- “O PSD também não tinha e falou, mas eu de qualquer das formas é para apresentar um protesto.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Oiça, mas isso não quer dizer... O PSD começou a falar, não ultrapassou aquilo que o Senhor já ultrapassou... E eu não lhe dou a palavra.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte: -----

----- “Não ultrapassou?.... Senhora Presidente, eu primeiro.... Senhora Presidente...”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... Senhora Presidente, quero apresentar um protesto ao abrigo do Regimento.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, pode apresentar o protesto, por escrito, se faz favor.”-----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio dizendo o seguinte:** -----

-----“Não. Tenho o direito a apresentá-lo oralmente, ao abrigo do artigo do Regimento correspondente.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Tem, tem três minutos para apresentar o seu protesto, só o protesto.” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez o seguinte protesto: -----

-----“Nem vou precisar de três minutos, Senhora Presidente. Nem vou precisar de três minutos. -----

-----A Senhora Presidente, mais uma vez, no meio das tentativas de lições de educação que eu lhe agradeço, mas não preciso, muito obrigado. Porque se o Senhor Presidente, a Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras também não sabe o que é um “aparte parlamentar” vão procurar. A Senhora Presidente acabou de dar tempo de intervenção ao Partido Social Democrata, já tendo excedido o ponto, o tempo que tinha para este ponto da Ordem de Trabalhos. Quando é com o Evoluir Oeiras, e o Evoluir Oeiras ainda tem tempo, a Senhor Presidente faz um comentário, “olhe que só tem isto, olhe que só tem aquilo...”. Senhora Presidente, a dualidade de critérios com que a Senhora Presidente tem conduzido os trabalhos desta Assembleia no que concerne ao tempo é gritante. E qualquer observador imparcial que esteja a ver, e que consiga ver aquele quadro de tempos vê, Senhora Presidente, que o seu critério está longe de ser justo, longe de estar ao abrigo do regimento da Assembleia Municipal de Oeiras que a Senhora Presidente é a principal responsável por defender nesta Casa. E, portanto, Senhora Presidente, do ponto de vista do comportamento digno nas instituições, Senhora Presidente, muito obrigado pelos conselhos e pelas lições, mas lamento não preciso deles, vindos de quem trata assim o Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Eu não devia precisar não senhor, tem toda a razão.” -----

----- **O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** interveio dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, há mais de um minuto que o tempo do Evoluir está parado.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

----- “Era um protesto... Era um protesto.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- **A Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigada. -----

----- Eu gostaria de apelar em relação à questão da intervenção que eu fiz em nome do Partido Socialista, que fossem ver a Ata porque nada daquilo que tem sido discutido e imputado ao Partido Socialista foi produzido por mim. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Meus senhores, alguém pretende ainda usar da palavra sobre este ponto? -----

----- Senhor Presidente, pretende o Senhor usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte: -----

----- “Sim, sim.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Faz favor.... Meus senhores, vamos manter silêncio.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Senhoras e senhores deputados. -----

----- Eu julgo que seria desnecessária esta minha intervenção, na medida em que com o

Relatório Anual de Execução da Prevenção de Riscos do Plano de Prevenção, está tudo bem. Praticamente ninguém se pronunciou sobre ele. E é indiscutível que está tudo bem, porque, na verdade, houve progressos significativos, houve ações de formação para muitos funcionários e naturalmente que há progresso nos que toca a adoção de medidas que são fundamentais do ponto de vista do cumprimento da legalidade e do ponto de vista ético relativamente ao comportamento dos funcionários dos serviços.

Naturalmente que tenho que usar da palavra justamente porque extravasou-se a discussão para o contrato de prestação de serviços com a minha filha na Câmara Municipal. Pronto, e eu sobre isso tenho que responder, caso contrário iriam dizer que eu que estava com receio ou a encobrir alguma coisa.

Bom, é óbvio que se vê que estamos mesmo em campanha eleitoral. Aliás, desconfio que ali a Doutora Sílvia do PAN não vai concorrer às próximas eleições pelo PAN, quer dizer, fará melhor concorrer pelo Bloco de Esquerda e, provavelmente é o que vai acontecer, vamos ter uma coligação PAN, Bloco de Esquerda, Livre e Volt. Está-se mesmo a ver, porque as intervenções... isto é uma prova de vida que a Senhora Deputada tem vindo a dar, teve aqui uma evolução à Extrema-Esquerda, que é notável. E, portanto, este modo radical de fazer política vê-se mesmo que esse acordo já estará feito ou está em vias disso. E, portanto, temos aqui o argumento exponencial da Coligação Evoluir Oeiras.

Ora, e, naturalmente, que é disso que se trata, estamos a dois meses das eleições. E não deixa de ser surpreendente... Em primeiro lugar devo-vos dizer o seguinte: eu não tive, nem tinha que ter, qualquer conhecimento de que uma filha minha tinha um contrato de prestação de serviços com a Câmara. Não tive, nem tinha que ter. Mas se tivesse tido, se porventura ela me tivesse dito “vou concorrer...” ou “fui convidada para isto, ou para aquilo...”, eu dir-lhe-ia, “Olha, acho muito bem. Para mim, é um gosto, é uma honra ter uma filha minha a trabalhar na Câmara Municipal”,



A blue ink handwritten signature is located in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

era o que eu lhe teria dito, era o que lhe teria dito. Mas, por acaso não tive conhecimento, tive conhecimento à posteriori. -----

----- Por outro lado, devo-vos dizer o seguinte, realmente na Câmara Municipal de Oeiras há famílias inteiras a trabalhar, há famílias inteiras: são os pais, os filhos e os netos, é natural que assim seja. Bom, mas qualquer dia... Agora saiu esta notícia, porque é que não saiu há dois, há três ou há quatro anos? Só agora é que descobriram? É uma descoberta recente? Portanto, não se surpreendam se daqui a quinze dias houver mais uma busca à Câmara Municipal. Há várias maneiras de fazer averiguações: ou a Polícia Judiciária e o Ministério Público solicitam à Câmara Municipal informação sobre o processo A ou o processo B, a Câmara é honesta, ou se quiserem um maior espalhafato, de acordo com aquilo que alguns partidos políticos gostam, fazem uma busca. Pronto, e a busca tem honras de televisão e tal, por aí fora... ainda mais uma busca... é o tal normal. É como a normalização do Chega, não é? Quer dizer, o Bloco de Esquerda já foi normalizada há muito tempo. E, portanto, é o novo normal, é mais uma busca etc., etc. -----

----- Ora bem, na realidade aquilo que é necessário é... Eu não conheço esses contratos, mas devo-vos dizer que o que importa é se são legais ou não são legais. E, portanto, desse ponto de vista... a mim nunca ninguém me chamou a atenção, nunca ninguém me alertou para qualquer situação, qualquer vício que houvesse... não tenho conhecimento de nada. E, pelo que vi no Jornal Sábado, ou na Revista Sábado, também não me parece que haja qualquer ilegalidade nesse processo. Portanto, o que há é manifestamente uma intervenção desta revista, não é a primeira vez como sabem, já o fez várias vezes, também sabemos quais são os canais. E, portanto, também sabemos o que se passa nesta Assembleia Municipal, a discussão que gera, em que já estão a condenar tudo antes de averiguar, antes de saberem o que é que se passa. Como é que foram feitos os contratos, como é que foi convidada, ou não foi convidada, visto que é Contratação Excluída, como é que... Mas começou aí na Contratação Excluída, ou antes disso se já houve alguma coisa?

Quer dizer, é preciso, naturalmente, ter dados. E, portanto, à partida não devemos fazer esse juízo porque reparem, qualquer dia... agora isto, agora amanhã alguém se lembra aqui de que a Câmara Municipal entregou uma casa a um funcionário da Câmara, porque é um funcionário da Câmara, porquê é um filho de um funcionário da Câmara. Como é que foi? Foi por concurso? Ou foi por relatório? E esse relatório foi porquê? Porque há algum problema na família, alguma perturbação, etc.? Portanto, tudo é suscetível de ser posto em causa, portanto, em tudo há conflitos de interesses, pelos vistos. Quer dizer, isto nesta matéria vê-se conflito de interesses em tudo. Não há conflito de interesses. Veem-se problemas éticos em tudo, não há problemas de natureza ética, aqui não tem nada a ver com a ética. Problema ético tem a ver com algo que aqui foi referido. Isso sim, isso é que é grave. O que foi grave foi o que foi dito nesta Assembleia, pondo em causa – não interessa quem é – pondo em causa a idoneidade profissional de uma colaboradora da Câmara Municipal que, ouvindo funcionários nas suas depressões, nos seus problemas de dependência de droga, de estupefácia ou álcool, ou problemas de natureza familiar, estarem a insinuar que porventura, esse funcionário ou essa funcionária, vai comunicar aos seus superiores os problemas que esse funcionário tem. Isto é monstruoso, pensá-lo já é monstruoso, dizê-lo, de facto, é criminoso. -----

-----Mas, realmente, os senhores não têm consciência, quem faz estas afirmações não tem a mínima consciência, não tem respeito pela sua própria família, não tem respeito por eles próprios. Pensem bem, quando fazem esse tipo de afirmações estão a falar de pessoas concretas, estão a falar de pessoas concretas. E, portanto, pôr em causa a idoneidade profissional seja de quem for, seja de quem for, é realmente muito grave. Olhem isso é que é grave. A única questão que retiro daqui é, de facto, esta maldade. Esta maldade que realmente algumas pessoas respiram e que contaminam com este odor malcheiroso aquilo que são as nossas vidas normais. Isto é que é grave.

-----Bom, e de resto que se façam as averiguações que há a fazer, as instituições próprias de fiscalização da Câmara Municipal, seja a Assembleia Municipal, seja a Inspeção de Finanças,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seja as Instituições Judiciais...a eles é que compete fazer as averiguações sobre esta matéria. Aqui só temos que acompanhar se estão a fazer ou não estão a fazer. Se houver que fazer... Agora, realmente, fazer estes julgamentos na praça pública, porque são julgamentos aquilo que se trata aqui... Quer dizer, esta é a razão realmente porque as pessoas cada vez descreem mais na política. Mas todos nós dizemos “as pessoas descreem da política”, mas o que é que nós fazemos para que elas creiam na política? O que é que fazemos? -----

----- Bom, realmente, é lamentável, eu devo-vos dizer é lamentável que o bom senso na bancada, esteja ali do lado do Partido Comunista. É lamentável, mas quer dizer, na realidade o bom senso está ali daquele lado. -----

----- Muito obrigado.” -----

APRECIADA

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Vamos passar ao ponto seguinte. O ponto seguinte, devo dizer, hoje na reunião que tivemos dos líderes dos grupos políticos, considerou-se que deveria de ir à Comissão de Economia e Finanças, porque não é só o relatório do quarto trimestre, mas sim o Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro. Resulta que vou retirar esta proposta e virá a esta Assembleia numa próxima reunião.” -----

4.4. Apreciação da Proposta CMO N.º 478/2025 – GMA – relativa à Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. – Relatório de Execução do 4.º Trimestre de 2024 e Relatório e Contas 2024 -----

RETIRADA

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 485/2025 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração do domínio privado de uma parcela de terreno síta na Rua António Feliciano Castilho, em Linda-a-Velha (os documentos relativos

a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----**

-----“Alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? -----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

-----**A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:**

-----“Senhora Presidente, relativamente a esta proposta, nós gostaríamos de recordar um ofício que recebemos a três do cinco de vinte e quatro, que nos diz, remetido por Vossa Excelência, “Que concorda...” após análise, o Município, o departamento “Concorda que os levantamentos topográficos devem sempre apresentar uma lista de coordenadas dos pontos de inflexão ou pontos notáveis. E, assim informam que tratarão de garantir o seu cumprimento pelos serviços de urbanismo em todas as situações”. Ora, neste caso, e sem pôr em causa o prosseguimento desta desafetação, nós gostaríamos de recomendar, mais uma vez, que este processo seja corrigido do ponto de vista técnico antes de ser concluído, e que sejam colocados os dados em falta. O que não invalida que, neste momento, não possa ser votado, mas queríamos naturalmente, deixar essa recomendação ao Senhor Vereador.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----**

-----“Muito obrigada.-----

-----Há mais alguma intervenção? Vou então passar à votação.”-----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, , Rui Manuel Pessanha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Monteiro, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 101/2025”** -----

-----PROPOSTA C.M.O N.º 485/2025 - DP - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA ANTÓNIO FELICIANO CASTILHO, EM LINDA-A-VELHA

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e oitenta e cinco barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número trinta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e oito de maio, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área total de vinte e sete vírgula vinte e dois metros quadrados, para sua integração no domínio privado municipal, a seguir descrita:-----

----- Parcela de terreno com a área de vinte e sete vírgula vinte e dois metros quadrados, a qual confronta a norte com Domínio Público Municipal, a sul com Rua António Feliciano de Castilho, número dois, nascente com Domínio Público Municipal e poente com o logradouro da Rua António Feliciano de Castilho, número quatro, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Está então aprovada por unanimidade.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio dizendo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.”-----

4.5.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- É só para dizer que faremos chegar uma Declaração de Voto por escrito. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez chegar a seguinte Declaração de Voto por escrito, a qual se dá por transcrita: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras votou hoje favoravelmente a desafetação de terreno público na Rua António Feliciano de Castilho, Linda-a-Velha. Estamos perante mais um processo de desafetação de domínio público para integração no domínio privado, desta vez relativo a uma parcela em Linda-a-Velha para posterior venda a um particular. Trata-se de um terreno “encravado”, sem potencial construtivo, e que por isso não será problemático. Votamos favoravelmente a proposta, mas deixamos um alerta para futuras situações. Indica-nos o parecer técnico questões do ponto de vista do interesse público e da boa governação que consideramos serem relevantes de referir em sede de declaração de voto. O documento reconhece que esta parcela, tal como outras no prédio do lado, foram apropriadas indevidamente por moradores. Na sequência da ocupação ilegal o prédio número quatro conseguiu concretizar a desafetação e compra e a Assembleia vota agora processo idêntico para o número dois. Consideramos que no futuro o Município tem de avaliar melhor estas situações e que não normalize e legalize práticas de ocupação abusiva do espaço público, ainda que seja um pequeno terreno. Não se pode transformar a ilegalidade em solução urbanística. O princípio da legalidade e da defesa do património coletivo deve ser intransigente. Isto que aqui temos pode ser um incentivo a que mais

situações destas se possam verificar no Município e por isso levantamos o alerta.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Passamos ao ponto seis.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 529/2025 – DMEDSC/DDS/UGPS – relativa ao Apoio financeiro à manutenção do Posto de Enfermagem de Queijas – União de Freguesias Carnaxide e Queijas (UFCQ) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Alguém pretende usar da palavra?-----

-----Não havendo inscrições passo à votação.”-----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montejo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 102/2025** -----

PROPOSTA C.M.O N.º 529/2025 - UGPS - APOIO FINANCEIRO À MANUTENÇÃO DO POSTO DE ENFERMAGEM DE QUEIJAS - UNIÃO DE FREGUESIAS CARNAXIDE E QUEIJAS -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e vinte e nove barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número setenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e oito de maio, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político

Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de vinte e cinco mil duzentos e quarenta euros, à União de Freguesias Carnaxide e Queijas, destinada ao apoio à manutenção do funcionamento do Posto de Enfermagem de Queijas, incluindo os custos com o licenciamento e recolha de resíduos, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 567/2025 – DMOGAH – relativa à Celebração de contrato-programa e correspondente atribuição de subsídio à exploração à Parques Tejo, E.M., com vista ao exercício de competências delegadas em matéria de estacionamento público (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), vai abandonar... vai sair da sala.” -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Queria que ficasse em Ata está bem, Senhora Presidente?” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Fica em Ata que o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) se ausentou da sala por ser funcionário da Parques Tejo.” -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) interveio dizendo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Por ser Técnico Superior da Parques Tejo, não participo em votações, apreciações de documentos oficiais da empresa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Hoje votamos a celebração de um contrato-programa entre o Município de Oeiras e a empresa municipal Parques Tejo, no âmbito das competências que lhe foram delegadas na área da fiscalização do estacionamento e da instrução de contraordenações rodoviárias. -----

----- Trata-se de uma proposta com fundamento legal claro, prevista no artigo quarenta e sete do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e que visa assegurar o equilíbrio financeiro de uma atividade, que embora de interesse público, não é autossustentável. -----

----- Como sabemos, o produto das coimas reverte integralmente para o Município e as custas processuais são muito limitadas. Neste contexto, a proposta que nos é apresentada tem três pontos principais que merecem ser destacados. O contrato está juridicamente sustentado, foi emitido parecer favorável pelo Fiscal Único e a proposta apresenta uma estrutura formalmente adequada, com metas claras e indicadores de desempenho. Responde a uma necessidade real do Município. A Parques Tejo tem vindo a assumir um papel operacional relevante na gestão do estacionamento em Oeiras, mas sem este apoio financeiro não poderia continuar a prestar este serviço de forma eficaz. Reflete uma lógica de serviço público em que o Município comparticipa financeiramente uma atividade que serve o interesse geral, mas que não é remunerada pelo mercado. Pode assegurar a transparência e o controlo se, como recomendado pela Comissão de Economia, for concretizado o envio de relatórios anuais à Assembleia Municipal e uma avaliação

global no final do contrato, o que permitirá fazer um balanço rigoroso. Mas vejamos: a Comissão de Economia analisou este contrato com o rigor que a matéria exige. O parecer aprovado não só reconhece a legalidade e o mérito da proposta, como também deixa recomendações importantes que gostaríamos de ver acolhidas. Desde logo, que haja acompanhamento efetivo da execução física e financeira para garantir que os recursos públicos estão a ser bem aplicados e que os indicadores de eficácia e eficiência possam ser ajustados se se verificar que não refletem totalmente os objetivos da fiscalização do estacionamento.

Há, contudo, algumas questões que deixamos em aberto e para as quais gostaríamos de ver respondidas ao longo da execução deste contrato: Como será garantido na prática o acompanhamento da Assembleia Municipal como sugere o relatório da Comissão da Economia? Está previsto o envio automático dos relatórios ou será necessário requerê-los? Que tipo de mecanismos de controle interno e externo estão previstos para garantir que os fundos transferidos são efetivamente aplicados no cumprimento do objeto do contrato? E, por fim, que margem existe para reavaliar o modelo de financiamento caso a empresa consiga melhorar significativamente as suas receitas próprias?

Estas são as perguntas que têm de acompanhar a execução num contrato com este volume financeiro, mais de um ponto três milhões de euros em dois anos.

Senhora Presidente, esta proposta ilustra bem o que deve ser a atuação do Município para ver os instrumentos legais que garantem a sustentabilidade de políticas públicas, sem comprometer os princípios da transparência e da boa gestão financeira.

O Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta confiando no modelo apresentado, mas mantendo o seu papel vigilante, exigente e construtivo ao longo da sua execução.

Muito obrigada.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:



A blue ink signature of the Mayor of Oeiras, Francisco Pinto, is visible in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? -----

----- Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção:** -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Muito haveria a dizer, e temos dito ao longo deste mandato acerca da política de mobilidade da Parques Tejo, alicerçada no modelo urbano também ele... e de habitação da Câmara Municipal de Oeiras, que contribui para mais investimento no automóvel e para uma mobilidade urbana que segue uma linha até por vezes diferente daquela que é proclamada pela própria Parques Tejo, naquilo que é a nossa opinião e da qual nós discordamos. O que aqui estamos a deliberar, no entanto, é de natureza diferente relativamente à proposta do contrato-programa, como aliás a Senhora Deputada do PSD, Sónia Gonçalves, já referiu extensivamente. E, portanto, não queria prender-me em mais detalhes em relação a isso. -----

----- Queria, no entanto, falar de uma denúncia que chegou à Coligação Evoluir Oeiras, referente ao Acordo de Empresa da Parques Tejo. A denúncia que chegou alega-nos que há sensivelmente um ano, houve uma comunicação do Presidente do Conselho de Administração da Parques Tejo relativamente à cláusula trinta e quatro do Acordo de Empresa, que nunca teria sido proposto que fosse incluído nessa cláusula, a possibilidade de trabalhadores afetos à fiscalização e estacionamento poderem gozar o sábado e o domingo seguidos ao fim de oito semanas, apenas. No entanto, recebemos esta denúncia e na sequência de uma alteração do Acordo de Empresa em dezembro de dois mil e vinte e três, em doze de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, ou seja, pouco depois da última revisão do Acordo de Empresa foi proposto pela, segundo esta denúncia, pela própria Parques Tejo, a alteração, revisão do Acordo de Empresa, passando a constar, supostamente, desta cláusula trinta e quatro, desta formulação referente ao poderem gozar o sábado

e o domingo seguidos ao fim de oito semanas. -----

-----E tendo isto em conta, nós gostaríamos de, até porque estamos aqui a deliberar um ponto sobre o contrato-programa, portanto, tece considerações também sobre esta empresa, nós gostaríamos de saber seria possível obter algum comentário, referente a esta denúncia vinda do Sindicato dos Trabalhadores (aqui só para não falhar a nomenclatura), Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Estado das Autarquias e de Entidades com Fins Públicos e Sociais. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para dizer que estamos aqui a analisar um contrato-programa que não é mais do que a atribuição de um subsídio à exploração.-----

-----Para a Iniciativa Liberal não colhe, não faz sentido, que uma empresa como a Parques Tejo, com os ativos que gera, tenha necessidade de um subsídio à exploração.-----

-----Ora bem, realmente há situações que nos levam a concluir, que realmente vai precisar de um subsídio à exploração, porque quando nós temos verbas alocadas para publicidade no valor substancial como tem a Parques Tejo, quando temos um carrinho a passear em Paço de Arcos completamente vazio, que não sabemos quem é que vai transportar sem... realmente sem ninguém lá dentro... Portanto, gerir assim uma empresa é difícil que não precise do subsídio à exploração.

-----Para nós, as empresas devem, pelo menos, já ter o “aporte” necessário às suas despesas. Caso isso não aconteça, temos que ver outras soluções para que elas realmente sejam positivas e não pesem mais os contribuintes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, nesse sentido, iremos votar contra. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Nós hoje, a propósito de cada tema, aproveitamos para referir outras questões que nada têm a ver com o tema que aqui está em discussão. Mais uma vez a este propósito aconteceu isso. E eu queria me concentrar um bocadinho naquilo que é esta proposta, de celebração de um contrato-programa para uma atividade... É interessante verificar que, enfim, julgo que todos os partidos políticos, todas as forças políticas, adeptas da descentralização e da desconcentração de poderes da Administração Central do Estado, quando há um conjunto de competências que são atribuídas às autarquias queixam-se sempre que o pacote de meios financeiros não acompanhou essa delegação de competências. E aqui passa-se exatamente a mesma coisa. Aqui, a Câmara Municipal está a atribuir um conjunto de competências que são suas à Parques Tejo, competências essas que têm associado um conjunto de custos, e a Câmara Municipal não faz mais por esta via do que dotar a empresa dos meios financeiros necessários para que essa atividade possa acontecer. Nada me parece mais claro, nada me parece mais óbvio, nada me parece mais sério, porque é exatamente aquilo que nós nos queixamos, ou reclamamos quando situações destas se passam entre a Administração Central e as câmaras municipais.-----

----- Este contrato-programa, como já aqui foi dito de forma muito detalhada pela Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) tem, enfim, todas as condições para ser aqui discutido, tem todas as condições, do nosso ponto de vista, para que se aprove este contrato-programa. Isto não é uma transferência de dinheiro, não estamos aqui, portanto, naquela lógica de que “Se a Parques Tejo

gera rendimentos, pois então, que sejam essa geração de rendimentos que sirva para este efeito...”. Não. São competências próprias que são atribuídas, são competências ao nível do estacionamento público, do controlo do estacionamento público, e depois toda a tramitação que é necessária para esse efeito. E, isto tudo tem a ver, isto nem sempre foi assim, mas tem a ver com o facto de a partir de certa altura, todas as receitas que tinham a ver com as multas que eram aplicadas, com as coimas que eram aplicadas, passaram a ser receita da Câmara Municipal. E, portanto, nem isso a Parques Tejo tinha como benefício, se é que a receita de multas e de coimas pode ser considerado um benefício. --

-----Portanto, há aqui um cálculo detalhado dos custos que estão aqui em causa, aquilo que os relatórios nos dizem, designadamente do Fiscal Único, é que estes valores que aqui estão são valores que correspondem efetivamente aos custos, há um conjunto de indicadores de eficiência e de eficácia que são objeto deste contrato-programa que têm que ser cumpridos e, portanto, há uma exigência de qualidade na prestação de um conjunto de serviços que a Câmara Municipal tem. E, portanto, não estamos aqui a inventar uma solução para que uma qualquer empresa municipal possa ter um resultado financeiro, ou um resultado de exploração positivo. É nada mais justo, esta função que a Parques Tejo desempenha é uma função que é importante, é uma função que não é gratificante, do ponto de vista de quem a executa, não é função, obviamente, da Parques Tejo andar atrás de automobilistas incumpridores, mas é evidente que para a racionalidade da operação é evidente que esta função fiscalizadora e esta função de exercício de coação tem que acontecer. --

-----Julgo que isso é compreendido por todos, julgo que isso é algo que não suscita dúvidas a nenhuma força política, exceto aquelas que entendem que este tipo de empresas, designadamente empresas detidas pelo Estado aos seus vários níveis, nem deviam sequer acontecer ou existir. ----

-----E, portanto, a gestão da Parques Tejo tem sido feita de acordo com a orientação da Câmara Municipal. Também a este nível a orientação da Câmara Municipal vai acontecer. Não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

percebo as dúvidas suscitadas pela Senhora Deputada, Sónia Gonçalves (PSD), quando coloca a hipótese de a Câmara Municipal não fiscalizar de forma próxima tudo o que é a atividade das suas empresas municipais. Acho que isso tem acontecido, isso acontece designadamente quando a prestação de contas destas empresas é feita de três em três meses... E, portanto, julgo que quer esta Assembleia Municipal, quer a Câmara Municipal exercem a sua função fiscalizadora da atividade, portanto, não é algo que nos gere qualquer dúvida. E também o facto de estarmos a falar da aprovação de contrato-programa para dois anos me parece positivo, isto tem a ver com... não só que os custos que efetivamente aconteceram em dois mil e vinte e quatro, mas também com a previsão de custos que acontecerá em dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis. Há uma perspetiva que é uma perspetiva que é interessante se, porventura, se verificar uma estrutura de custos que não é tão elevada quanto aquela que estava aqui pensada, haver uma redução desta verba, poderá vir a acontecer, estaremos atentos a isso.

E, portanto, enfim, de uma forma prática, julgo que nada mais transparente do que aquilo que aqui temos, nada mais exigente do ponto de vista da obtenção de resultados do que aquilo que aqui temos. A fiscalização por quem deve ser feita também o está. A base para que o contrato possa acontecer, é absolutamente claro... E, portanto, a aprovação deste contrato-programa não suscita, ao nosso Grupo qualquer dúvida.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.”

A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte:

“Muito obrigada, Senhora Presidente.”

Relativamente ao contrato-programa da Parques Tejo, o Partido Socialista não tem nenhuma dúvida sobre esta questão.

-----No entanto, depois de ter ouvido de forma atenta a intervenção do Deputado António Moita (IN-OV), que disse que: “Sempre que o Estado faz uma transferência de competências para a Câmara, têm vindo ao longo dos tempos a reivindicar que essa transferência de competências seja feita com o pacote financeiro”. Certo, o que corresponde à verdade, é verdade que vocês o têm afirmado, aliás, não são os únicos. E que, concluindo, afirmou também que “este contrato-programa estava feito exatamente na mesma linha e, portanto, se o exigiam ao Estado queriam também ter essa prática com a Parques Tejo”, e até aqui estamos de acordo. Só queria era lembrá-lo, Senhor Deputado, que, quando foi a discussão do contrato-programa da Oeiras Viva em que havia uma recomendação do Fiscal Único para que o contrato-programa tivesse o dobro do valor que teve, o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) veio aqui dizer que “não concordava, e que aquilo era uma opção política”, é verdade, é uma opção política, mas agora, vamos assistir à necessidade de garantir, de garantir para o ano de vinte e quatro, a transferência financeira para equilíbrio de contas. -----

-----E, portanto, o que eu quero dizer ao Senhor Deputado, é que não pode dançar conforme lhe apetecer, conforme a música que quer tocar. Se exige ao Estado, se exige ao Estado que na transferência de competências seja dado também o pacote financeiro e se diz que deve aplicar à Parques Tejo, façam-no também relativamente à Oeiras Viva, que isso sim é que é uma gestão séria. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada...” -----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tenho pena, mas eu, de facto, comecei a minha intervenção por referir que, a propósito destes temas se falam de outros. Mas como a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), se referiu à minha intervenção, e àquela que terá sido, eventualmente, uma intervenção a outro propósito, eu queria esclarecer o seguinte: nunca me ouviu referir, não está em Ata nenhuma, não está em discussão nenhuma que tenhamos tido, qualquer dúvida relativamente àquilo que foi a celebração do contrato-programa da Oeiras Viva. Aquilo que estava em causa é se era possível ou não, se era possível ou não, estar a aprovar aqui um contrato-programa com um valor que era diferente do valor que o Fiscal Único tinha apontado. Era a questão que estava aqui em causa. -----

----- Se me pergunta, se o valor que foi transferido pela Câmara Municipal para a Oeiras Viva corresponde às necessidades da Oeiras, Viva? Não sou eu a pessoa mais indicada para responder, terá que ser o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Oeiras Viva. -----

----- Se a Câmara Municipal, como aqui foi dito na discussão desse contrato-programa, tem disponibilidade para caso seja necessário reforçar as verbas, que a Oeiras Viva precisa, foi dito na altura pela Câmara Municipal que assim é, que assim deverá acontecer. -----

----- E, portanto, não vale a pena confundir as questões. O princípio que se aplica é exatamente o mesmo princípio. O conjunto de competências que são entregues à Oeiras Viva como a qualquer outra empresa municipal, neste caso a Parques Tejo, devem ser acompanhadas do devido pacote financeiro. O pacote financeiro deve ser ajustado em função daquilo que são de um lado das disponibilidades da Câmara Municipal, do outro lado a estrutura de custos que cada empresa municipal tem, e a gestão desse processo, designadamente de tesouraria, é algo que compete às duas partes, à empresa municipal e à Câmara Municipal. -----

-----E, portanto, isto não entra em contradição com nada do que eu aqui tenha dito, não entra em contradição com aquilo que eu penso, e aquilo que referi relativamente à Parque Tejo é válido para todas as outras empresas e para todos estes processos. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Bem, terminamos as inscrições. -----

-----Senhor Vereador, faz favor.” -----

-----O Senhor Vereador Pedro Patacho fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Intervindo pela primeira vez, quero cumprimentar formalmente a Senhora Presidente da Mesa e todos os senhores deputados. E dizer o seguinte: quando se falar, por alguma outra razão da Oeiras Viva, falar-se-á da Oeiras Viva, o caso em apreço é a Parques Tejo e, portanto, é disso que estamos a falar.-----

-----Relativamente às intervenções que foram feitas, algumas não tiveram nada que ver com aquilo que é objeto de análise que é esta proposta concreta. -----

-----E, portanto, eu gostava apenas de dizer relativamente à intervenção da Senhora Deputada Anabela Brito (IL), que, de certa maneira através daquilo que disse, colocou aqui em causa a necessidade, digamos assim, deste contrato-programa, eu recomendava-lhe que lesse a proposta. Porque é bastante evidente, porque é que este contrato-programa é necessário – trata-se de uma competência que é transferida para a Administração Local, portanto, para a Câmara Municipal, a Câmara Municipal delega essa competência na empresa municipal Parques Tejo e, diz na proposta que se trata de uma atividade que é economicamente deficitária desde logo porque o produto das coimas aplicadas reverte a cem por cento para o Município e não para a empresa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

local, mas também porque as custas processuais cobráveis são legalmente tabeladas e não cobrem integralmente os encargos financeiros associados ao desempenho da atividade em causa através do recurso exclusivo a receitas próprias. Trata-se de delegar numa empresa municipal, uma competência da Câmara Municipal que passa a ser exercida por essa empresa. O exercício dessa competência envolve a mobilização de meios para que ela seja adequada e corretamente exercida. A empresa não tem capacidade de recolher essa receita, porque os eventuais resultados dessa atividade revertem para o Município e, portanto, estabelece-se este contrato-programa nos termos da lei. Relativamente ao qual o parecer da Comissão da Economia e Finanças não poderia ser – que a Senhora presumo que, se calhar, não vai assinar uma vez que é membro da Comissão e o que diz o relatório não tem nada a ver com o que a Senhora Deputada disse aqui – de resto, o parecer da Comissão de Economia e Finanças é, digamos assim, límpido, tanto no que diz respeito à legalidade, como no que diz respeito à adequação aos estatutos da empresa, como no que diz respeito à correção e ao rigor do instrumento contratual.

----- De maneira que julgo que não há nada mais a dizer.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Vereador. -----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL)...”-----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Para informar o Senhor Vereador que os pareceres não são vinculativos. -----

----- De qualquer forma, dizer-lhe também que, do ponto de vista legal, a Iniciativa Liberal não pôs em causa que, do ponto de vista legal, os contratos-programa possam ser celebrados. Portanto, não está aí em causa.-----

----- Contudo, também dizer-lhe que o objetivo do contrato não só diz respeito à parte das

coimas... deixe-me encontrar... que não diz apenas respeito à parte das coimas que revertem a favor da Câmara, mas diz também respeito a outra parte relacionada com o estacionamento.-----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Bem, vamos passar à votação... Alguém levantou o braço? Não? Posso passar à votação? Então passo à votação da proposta número quinhentos e sessenta e sete.” -----

4.7.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Monteiro, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, , Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Antunes), com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito).-----

----- Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 103/2025”-----**

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 567/2025 - DMOGAH - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA E CORRESPONDENTE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO À PARQUES TEJO, E.M., COM VISTA AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS EM MATÉRIA DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO--**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e sessenta e sete barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número quarenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em onze de junho, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, uma do Partido Chega

e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a celebração de contrato-programa com a Parques Tejo, Empresa Municipal, tendo por objeto o exercício das competências delegadas em matéria de estacionamento público, e a correspondente atribuição de um subsídio à exploração, no valor máximo de um milhão trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos, dividido em duas prestações: -----

----- Setecentos e dez mil novecentos e quarenta três euros e trinta e três cêntimos, a pagar em dois mil e vinte e cinco; -----

----- - Seiscentos e setenta e três mil seiscentos e trinta e dois euros e sessenta e seis cêntimos, a pagar em dois mil e vinte e seis, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Não se importam de levantar quem se abstém? Desculpem... um, dois, três, quatro, cinco. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Está, portanto, aprovado com um voto contra, cinco abstenções e vinte e oito votos a favor. -----

----- Vamos para o ponto oito.” -----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, em relação à proposta quatro oito cinco, que já foi votada anteriormente, queria fazer uma intervenção, se me permite, antes de passarmos à próxima.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Relativa à proposta quatro oito cinco, é uma correção? Faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “É só para dizer, Senhora Presidente, que eu dei nota de que faltariam as coordenadas no anexo dois e, de facto, eu não verifiquei bem. Portanto, queria deixar claro que os serviços comportaram... fizeram o que tinham para fazer, aliás, como se comprometeram e o documento até está assinado digitalmente pelo técnico, pelo que lamento ter feito esta intervenção. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Passamos, portanto, ao ponto oito.” -----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 624/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa ao Festival NOS Alive 2025 – Pedido de apoio – Isenção de taxas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Alguém pretende usar da palavra? -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faz favor e Deputada Fátima Filipe (PS).”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Estamos novamente perante uma proposta de isenção de taxas ao promotor dos concertos do NOS Alive.-----

----- Nada temos contra a realização do Festival e confesso que até sou assídua compradora de bilhete. Mas, não podemos confundir as coisas e esta proposta mostra o que não deve ser a relação entre o poder público e os promotores privados. Um apoio financeiro que é crescente, com

isenção de taxas, cedências de espaços e quase nenhuma contrapartida efetiva para a população.-

-----Mais de meio milhão de euros a um Festival comercial com bilhetes caros, são trezentos e quarenta e nove mil euros diretos somados a quase cento e sessenta mil euros de outras despesas e ainda cerca de quarenta e nove mil euros em taxas perdoadas que hoje são aqui votadas.

Então vamos a factos: -----

-----Iniciámos o Mandato com a distribuição de bilhetes para o NOS Alive em dois mil e vinte e um a deputados municipais a quem era simultaneamente pedido que votassem a isenção de taxas. Felizmente, essa prática terminou, pelo menos aparentemente, e passou a ser indicado que os bilhetes eram colocados numa plataforma da Câmara Municipal de Oeiras para atribuição dos bilhetes de forma aleatória a quem concorresse. Será igual para os três mil e seiscentos bilhetes diários que o promotor cede agora novamente este ano à Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Também iniciámos o Mandato com a promessa de que seriam feitos estudos de valorização e impacto de que o Festival traz para Oeiras e até hoje também nada se viu. Também sobre as contrapartidas e especial para a população de Algés, tudo na mesma. Contrapartidas continuam simbólicas e insuficientes não priorizando o interesse público. São três mil e seiscentos bilhetes de um dia, é o logótipo, são vídeos, é um stand, uma banda local num dos palcos menores e ações sociais pontuais, como o caso da bolsa do IGC. -----

-----As reclamações também tudo na mesma: relacionadas com o ruído, com a sujidade, com o estacionamento na zona envolvente, os acessos e saída do público e os sanitários insuficientes. A Câmara Municipal há anos que reconhece as falhas, mas não faz nada para as resolver. --- -----

-----As sugestões de melhorias feitas também pelos serviços técnicos nos relatórios que a Câmara faz, também são sempre as mesmas sugestões ano após ano, sem que nada seja efetuado, sem que nada mude. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Da mesma forma já várias vezes criticámos este financiamento pelo caráter comercial da necessidade de os benefícios para Algés serem mais do que simples bilhetes, por exemplo, a passagem aérea podia estar a ser paga pelo NOS Alive. -----

----- O mesmo padrão da falta de exigência do Município, nada disto mudou. Então o que é que mudou em quatro anos? O que mudou então foi o apoio, que já referi aqui, à volta de trezentos e quarenta e nove mil euros, que a Câmara apoia todos os anos. Os outros apoios que vêm crescendo ao longo dos anos e totalizando, neste momento, mais de meio milhão de euros, portanto, quinhentos e cinquenta e seis mil euros aproximadamente. -----

----- Também mudou e, portanto, desde o início do Mandato até agora, este valor já aumentou cerca de vinte por cento em quatro anos. Depois também mudou o valor dos bilhetes, cada vez são mais caros. Se o bilhete diário em dois mil e vinte e dois, no início do Mandato custava sessenta e nove euros para o público, hoje em dia já custa oitenta e quatro euros e o passe de três dias que custava cento e cinquenta e nove euros, neste momento custa cento e noventa e nove. Portanto, a parte comercial, os valores para o público não só têm aumentado, como, de facto, o subsídio também e os apoios também, sem que nada de real de contrapartida, seja dado ao Município e aos cidadãos e então deixo as seguintes questões: -----

----- Para quando um inquérito sério aos participantes que há anos é prometido? -----

----- Para quando as compensações diretas aos residentes de Algés? -----

----- Para quando uma reavaliação séria a este apoio com base em dados concretos e objetivos do interesse municipal? -----

----- Finalmente, faço já um requerimento para que este ano seja também facultado à Assembleia e aos deputados, a listagem aleatória a quem serão atribuídos os três mil e seiscentos bilhetes via aplicação da Câmara Municipal. -----

----- O NOS Alive pode continuar a existir, não temos nada contra, mas Oeiras não pode

continuar a pagar para aparecer num cartaz. Esta Assembleia tem o dever de garantir que o dinheiro público não é investido sem transparência, sem critério e sem retorno social. O que está em causa não é uma cultura, é responsabilidade.

Muito obrigada.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Senhora Deputada Fátima Filipe (PS), faz favor.”

A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) referiu o seguinte:

“Senhora Presidente,

Senhor Vice-Presidente, em exercício,

Senhoras e Senhores Deputados.

Ao longo das diferentes edições do Festival NOS Alive, o Partido Socialista tem sempre destacado a importância deste Festival, como um dos maiores festivais de música em Portugal, reconhecendo os benefícios para a reputação do Município, e valorização da marca Oeiras.

Indicadores disponíveis demonstram um efeito positivo na atração de milhares de turistas e festivaleiros nacionais e internacionais, com um impacto económico favorável na região.

A visibilidade internacional do NOS Alive tem contribuído para cimentar a reputação de Oeiras e da região de Lisboa como um destino vibrante com identidade própria, com ganhos de notoriedade ao nível cultural, paisagístico e turístico.

No entanto há impactos diretos e indiretos, menos positivos, ligados ao ruído, à mobilidade, ao condicionamento de trânsito, às restrições severas de circulação e encerramento de vias na zona de Algés, o que afeta residentes e comércio local.

A sobrelocação dos transportes nas horas de maior movimento, com custos de conforto e fluidez, agravada pelas dificuldades com as grandes aglomerações em Algés no final dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

concertos, um verdadeiro quebra-cabeças, com oferta de transportes muito aquém das necessidades e da razoabilidade que um Festival desta magnitude exige. As parcerias com a CP e a Carris necessitam de ser alargadas a nível de horários e frequência, pois nos termos em que têm decorrido, têm-se revelado insuficientes.

----- Reconhecemos algumas das contrapartidas do promotor, ao nível da responsabilidade social, com as bolsas de investigação atribuídas ao Gulbenkian Institute, o Zero desperdício e Refood e na sustentabilidade ambiental. a certificação TrêsRSeis da Sociedade Ponto Verde referente à otimização na gestão de resíduos, e a ação de reutilização dos copos - “Brigada do Mar”.

----- Por outro lado, não nos satisfaz que ao fim de tantos anos, as contrapartidas por parte do Município, constantes do ponto quatro da proposta de deliberação, não estejam devidamente quantificadas, ainda que por estimativa, e disponível para conhecimento desta Assembleia, o histórico consolidado do valor destes apoios.

----- Consideramos, igualmente, ser indispensável a disponibilização de um relatório por dados desagregados, no sentido de termos a noção dos impactos, em múltiplas dimensões, mobilidade, restauração, em visitas culturais, desenvolvimento do território, e na orla marítima diretamente envolvida.

----- Para isso, requeremos o relatório económico financeiro, de sustentabilidade, da economia circular, e de responsabilidade social, dos impactos, sociais e económicos e ambientais, no território e no bem-estar dos oeirenses.

----- Disse.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV).” -----

----- A Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV) fez a seguinte intervenção:

-----“E eis que chegámos à décima sétima edição do Festival NOS Alive e a história repete-se, pois, não obstante alguns como, julgo que a Iniciativa Liberal, irá defender um pouco mais à frente que se a atividade visa o lucro não deveria solicitar qualquer apoio à Autarquia e muito menos isenção de taxas. Ou a posição do Evoluir, que já aqui ouvimos e que uma vez mais em reunião do Executivo votou contra, baseando a argumentação no montante e nos aspetos menos positivos, que têm impacto sobretudo em Algés, como a Deputada do Partido Socialista também já referiu. -- -----

-----A realidade é que este pedido está devidamente enquadrado no Regulamento número cento e dezasseis barra de dois mil e vinte e quatro, relativo à concessão de apoios municipais na área da cultura. -----

-----A realização anual do Festival NOS Alive ininterruptamente desde dois mil e nove, tem uma forte dimensão local na Área Metropolitana de Lisboa e ainda a nível nacional e internacional. -----

-----No ano passado passaram, pelo Passeio Marítimo de Algés, cento e sessenta e cinco mil festivaleiros dos quais cerca de trinta e cinco mil estrangeiros, impactando a economia direta e indiretamente ao nível da hotelaria, da restauração, dos transportes, do comércio, etc., mesmo havendo algumas falhas e algumas fragilidades. -----

-----Entre cedência de terreno, serviços municipais diversos, apoio financeiro e isenção de taxas municipais que têm um valor de cerca de quarenta e oito mil euros para um total de quase seiscentos mil, a bancada do IN-OV é favorável à aprovação. -----

-----De salientar a excelente negociação dos serviços municipais envolvidos, pois o promotor, imaginem, até solicitava mais cinquenta mil euros no apoio financeiro neste ano de dois mil e vinte e cinco, em comparação com o ano anterior e tal não foi concedido (portanto, não chega pedir, pedir, pedir) e as certidões da Autoridade Tributária e Segurança Social, como, aliás, era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

suposto, assim como o registo central de beneficiário efetivo encontram-se em conformidade com os dispositivos legais, parece que nada falhou. -----

----- A imagem da marca Oeiras Valley, sai reforçada e beneficia em termos publicitários dentro e fora do recinto. -----

----- No próximo ano, a circulação de peões entre o Dafundo e o local, estará sem dúvida facilitada com a passagem aérea que já se encontra em construção. -----

----- Quanto às contrapartidas, destacam-se as já referidas duas bolsas a atribuir ao Instituto Gulbenkian da Ciência, num valor mínimo de quarenta mil euros; a campanha de reutilização de copos de plástico, o que por um lado ajuda o ambiente e no ano passado ajudou a CERCI Oeiras em mais de oito mil euros. E, porque esta instituição, este ano, celebra os cinquenta anos a apoiar jovens e adultos com incapacidade intelectual, porque não sugerir que volte a ser merecedora deste donativo. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Penso que não há mais ninguém... Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Voltamos, mais um ano, a tratar do assunto das isenções de taxas ao NOS Alive. -----

----- Não está em causa o valor do Festival. Não está em causa o reconhecimento internacional do Festival. Está em causa sim, o facto de ser o Município de Oeiras, que faz as comparticipações e as isenções e não estar apurado o benefício que essas isenções e essas comparticipações trazem ao Município. Ano após ano, temos vindo a esta Assembleia trazer esse assunto. -----

-----A quem são dados os três mil e seiscentos bilhetes? Onde é que está a lista? Qual é o critério? Qual é o retorno do investimento? Já aqui foi trazido o retorno a nível nacional que o Festival tem para o país e o Concelho de Oeiras não consegue saber qual é o retorno real desse investimento que nós fazemos. Quantas pessoas dormem? Quantas pessoas comem? Quanto é que gastam? Quantas noites ficam? São tudo perguntas que já fizemos e continuam sem respostas.---

-----Diz aqui que há cedências de espaços nas publicações oficiais da Câmara. Qual é o valor atribuído a estas cedências. Há cedências de circuitos de mupis. Qual é o valor atribuído a todas estas benesses que se dá ao Festival. Mais, voltámos a ver o site do Festival e as referências a Oeiras são muito ténues e atenção há uma coisa a referir, os restaurantes já subimos de um para três no Concelho de Oeiras. No ano passado era apenas um restaurante referenciado, este ano já são três. E mostro-vos aqui, trouxe, porque fiquei chocada quando vi o relatório que veio sobre a atividade do Festival no ano vinte e vinte e quatro, onde diz: “Localização privilegiada: dez minutos do centro histórico de Lisboa, vinte minutos das praias de Cascais, Ericeira e Costa da Caparica” Onde é que está Oeiras aqui? É esta a questão que pombos. Onde é que está Oeiras? Qual é a parte que Oeiras... então façamos o seguinte, vamos dividir, Lisboa que participe, Cascais que participe, porque, no fundo, eles são os mais beneficiados com as isenções que Oeiras... desculpe...que Oeiras dá ao Festival.-----

-----Obrigada.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Vereador Pedro Patacho, em substituição do Senhor Presidente da C.M.O., prestou os seguintes esclarecimentos:**-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Acho que terminamos bem, porque podemos, depois daquilo que foi esta Assembleia



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the speaker or author.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal, em que teve um bocadinho de tudo. Acho que terminamos bem, porque podemos terminar com boa disposição e com alegria a falar de um dos maiores festivais de rock do mundo e talvez o melhor da Europa que acontece aqui em Oeiras, no Passeio Marítimo de Algés. E, tenho a certeza absoluta que, apesar de tudo, o que os senhores deputados e as senhoras deputadas disseram, todos vocês... estão os vossos corações a rebentar de orgulho por termos aqui no nosso Concelho, um festival extraordinário como o NOS Alive, que traz dezenas e dezenas, mais de uma centena de milhares de pessoas a visitar esta zona do nosso território. -----

----- Nós, não podemos ter uma atitude de “quintinha”, “comezinha”, “pequenininha” e tal. Uma coisa desta dimensão é, uma coisa que deve ser vista à escala do país, à escala da região e ao receber este evento em Oeiras, é certo que ele sendo aqui em Oeiras, dá um contributo extraordinário para toda a Área Metropolitana de Lisboa e para o país. -----

----- Há uma coisa que todos os senhores deputados se esqueceram de dizer, inclusivamente, a Senhora Deputada, e também lhe quero dizer Senhora Deputada Anabela (IL)... até lhe digo uma coisa, com liberais como estes, os empreendedores do nosso país estão feitos. Estão feitos, porque houve uma coisa que a Senhora se esqueceu de dizer, estão todos muito preocupados com as contrapartidas municipais, com uma isenção de umas taxas de quarenta e tal mil euros e um apoio de trezentos e qualquer coisa mil euros e mais cento e não sei quantos mil euros, disseram aqui a rondar o meio milhão de euros de apoios, mas toda a gente se esqueceu de dizer que o promotor investe mais de treze milhões de euros, neste evento. Eu vou repetir, treze milhões de euros neste evento e vou repetir outra vez, precisamente para si. Um empresário português, deste país, que tem um trabalho notável em Portugal na promoção da cultura neste país investe num Festival por ano, mais de treze milhões de euros com uma contrapartida mínima do Município de Oeiras e a Iniciativa Liberal, não acha sentido nenhum nisto, é uma coisa que não faz sentido nenhum. Portanto, os empresários deste país... vou repetir, estão bem, com esta

Iniciativa Liberal, podem meter-se todos num buraco e tapar com cimento. -----

-----Depois, gostava também de assinalar aqui uma coisa. Há coisas que se passam aqui que são extraordinárias. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse esta pérola fantástica: “Pode continuar a existir, pode, o NOS Alive, pode continuar a existir”, portanto, o Evoluir Oeiras, deixa que o NOS Alive possa continuar a existir. Estes tiques autoritários, estes tiques autoritários da extrema-esquerda, que acha que é detentora da razão, que sabe tudo e que o resto à sua volta são todos ignorantes, é uma coisa extraordinária. Portanto, do alto da vossa arrogância, do alto da vossa arrogância e do alto dos vossos tiques autoritários, autorizam que o NOS Alive continue a existir. Acho uma coisa absolutamente extraordinária. -----

-----Relativamente aos bilhetes que fazem tanta comichão a tanta gente. Eu ouvi alguém que disse que eram três mil e seiscentos por dia. Não são, são três mil e seiscentos para os três dias, mil e duzentos por dia. E como já foi dito, noutras alturas, outros anos, a propósito desta questão, os serviços municipais, eu creio que, através do Departamento de Recursos Humanos, desencadeou um sorteio de bilhetes...” -----

-----Alguém interveio, com o microfone desligado, mas é audível o seguinte:-----

-----“Foi público.” -----

-----O Senhor Vereador Pedro Patacho, em substituição do Senhor Presidente da C.M.O., continuou a sua intervenção e disse o seguinte:-----

-----“Foi público. Um sorteio de bilhetes, não acompanhei isso de perto, mas penso que terá sido assim que foram distribuídos.-----

-----De qualquer das maneiras, relativamente ao apoio financeiro direto, relativamente às isenções de taxas, relativamente à metodologia de distribuição dos bilhetes, senhores deputados, peço que façam os requerimentos que entenderem, peçam os esclarecimentos que acharem adequados e serão rigorosamente respondidos e todas as questões serão, certamente, esclarecidas.



A blue ink handwritten signature, likely belonging to a municipal official, is positioned in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Agora, o que eu acho, é que todos nós que estamos aqui, quer o Executivo Municipal, quer a Assembleia Municipal, não devemos obscurecer aquilo que são grandes iniciativas que se passam neste Concelho, que contribuem para a projeção de Oeiras, para a projeção da Área Metropolitana de Lisboa e para a projeção do país e que nós temos a honra e o gosto de receber no nosso Concelho. Nós não devemos obscurecer isto com tecnicidades e com detalhes e minudências que podem perfeitamente ser legítimas e cujos esclarecimentos podem ser requeridos e devem ser requeridos e que também devem ser respondidos. Mas esse não deve ser o essencial da nossa conversa aqui. Eu julgo que o essencial da nossa conversa aqui, deve ser o congratular-nos com um evento de altíssimo nível, de altíssima qualidade que acontece no nosso Concelho. Contribui para a afirmação das políticas culturais da Câmara Municipal de Oeiras. Traz uma grande quantidade de visitantes ao nosso Concelho. O Festival não é só promovido aqui, é comum... as pessoas, já ouvi vários anos, circulam no metro de Londres ou em Amesterdão ou em Paris ou noutras locais e verem cartazes de anúncios do NOS Alive, no Passeio Marítimo de Algés.

----- É um grande evento de dimensão mundial que traz dezenas de nacionalidades ao nosso Concelho. Gera riqueza no território e gera riqueza na região. Contribui para a notoriedade da região e do território no mundo. Portanto, volto a frisar: resulta de um investimento do promotor superior a treze milhões de euros que, quando comparado com aquilo que é o normal e habitual dos apoios das câmaras municipais a este perfil de eventos, que é o que vocês vão encontrar, se forem analisar, o que é que se passa com outros grandes eventos similares noutras autarquias do país, sejam grandes eventos de música ou sejam outros grandes eventos noutras áreas, aquilo que se está aqui a passar e o que estamos a aprovar e o que é normal e habitual na relação entre as câmaras municipais e os promotores de grandes eventos que com a relevância que o NOS Alive têm. Não estamos fora daquilo que é habitual e, portanto, terminaria dizendo que todos os pedidos de esclarecimento, evidentemente são legítimos e todos têm que ser respondidos e poderão ser

respondidos com mais detalhe por escrito através de requerimento próprio, mas, não apaguemos aquilo que eu julgo que é uma grande concretização que temos no nosso Concelho, com detalhes cujo esclarecimento é necessário e será feito certamente.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vereador. -----

-----**Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)**, faz favor.”-----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Como diria um artista a subir ao palco do NOS Alive: “Boa noite, Lisboa”.-----

-----Eu creio que a questão que aqui estamos a falar, não é uma minudência técnica é a essência de toda esta discussão. Isto porque, o Senhor Vereador e o Executivo não podem querer sol na eira e chuva no nabal. Quando o Senhor Vereador diz: “Este investimento é muito importante, porque traz a Oeiras, um retorno social, etc. e tal” e depois nós perguntamos: “Ok, onde é que estão os números para nós podermos saber e quantificar esse retorno?” e o Senhor Vereador diz: “Bom, não podem ter uma visão de quintinhas, isto traz retorno para nós, mas também traz retorno para os outros ao lado”. Quer dizer, isto não tem ponta por onde se lhe pegue, esta linha de raciocínio. Nós não sabemos, não conseguimos quantificar qual é que é efetivamente o retorno para este Festival do investimento que é feito. Não estamos a falar de minudências quando falamos de meio milhão de euros, de cerca de meio milhão de euros que está aqui em causa não parece que seja uma minudência técnica e o Senhor Vereador está a dar ali lições de liberalismo à Iniciativa Liberal e não me interprete mal, eu acho que a Iniciativa Liberal precisa muito dessas lições de liberalismo, mas também fala aí de uma certa verba, do investimento de treze milhões de euros. Oh, Senhor Vereador, investimento privado, mas que certamente também gera retorno privado senão o Festival não se manteria. Portanto, vir falar do investimento que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

promotor faz aqui no Município e depois diz: “Bom, também é no Município, mas nós não sabemos bem que retorno é que isto dá, não podemos ter uma visão de quintinha, também dá retorno para os outros ao lado e também está tudo bem com isso. O Senhor Vereador, escolha uma faixa fique nela, não pode estar aqui a seguir uma linha de raciocínio que pura e simplesmente não vai dar a lado nenhum. Olhe é como o Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV), ali no outro dia, o Senhor Vereador, entra na rotunda, anda à volta, anda à volta e não se percebe em que saída é que sai.---

----- Senhora Presidente, muito obrigado.-----

----- Boa noite, Lisboa.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Meus senhores, vamos votar a proposta seiscentos e vinte e quatro relativa ao Festival NOS Alive.”-----

4.8.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da

Cruz Bugalho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com seis votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária e (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos) um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito).-----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, João Carlos Macedo Viegas e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, do Partido Pessoas-Animais-Natureza, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 104/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 624/2025 - DTGE - FESTIVAL NOS ALIVE 2025 - PEDIDO DE APOIO** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e vinte e quatro barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número cinquenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e cinco de junho, e deliberou por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com seis votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a isenção das taxas municipais cuja estimativa se cifra nos quarenta e nove mil vinte e seis euros e trinta e seis céntimos para a realização do evento “Festival NOS Alive, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Senhor Deputado João Santos (CDU).”

4.8.1.1. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), fez a seguinte Declaração de Voto: --

“Muito obrigado, Senhora Presidente.

“Uma Declaração de Voto.

Como habitualmente...”

A Senhora Presidente da A.M. interrompeu e disse o seguinte:

“Eu peço desculpa... eu peço que não saiam porque há público.”

O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) prosseguiu com a sua Declaração de Voto:

“Uma Declaração de Voto

Como habitualmente, votamos contra esta proposta, como, aliás, a isenção de taxas de eventos de grande dimensão e com forte pendor comercial. Como sempre temos dito, não estamos contra a realização do evento, reconhecemos o seu interesse, o seu impacto que mais do que quantitativo, reconhecemos o impacto qualitativo e a sua importância. Mais do que discutir

quarenta mil euros e a partir daí, levantar suspeitas sobre distribuição disto ou daquilo, o que nos parece fundamental é que a Câmara incorpore este apoio naquilo que são os seus subsídios e com isso, o promotor pode depois pagar as taxas, fica registado, fica nas contas da Câmara, é transparente e evita-se abrir portas para interpretações que não valorizam a discussão pública e a dignidade da política.

“Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Muito obrigada.”

Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).”

4.8.1.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), fez a seguinte Declaração de Voto:

“Obrigada, Senhora Presidente.”

Só para dizer que enviaremos uma Declaração de Voto escrita.

“Muito obrigada.”

O Grupo Político Evoluir Oeiras, fez chegar a seguinte Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:

“O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra o pedido de isenção de taxas no valor de quarenta e nove mil vinte e seis euros e trinta e seis céntimos ao promotor do festival NOS Alive dois mil e vinte e cinco por considerar que esta medida não se enquadra nos princípios de equidade, transparência e rigor que devem nortear a aplicação de recursos públicos. O apoio concedido atinge, este ano, um valor global aproximado de quinhentos e cinquenta e seis mil euros (trezentos e quarenta e nove mil financiamento direto mais cento e cinquenta e oito mil de outros apoios mais quarenta e nove mil de taxas), representando uma tendência crescente que carece de fundamentação técnica e de uma avaliação de impacto que o justifique. Em quatro anos, o apoio total sobe de aproximadamente quatrocentos e sessenta e seis mil euros para aproximadamente



A handwritten signature in blue ink, appearing to be "CPL".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quinhetos e cinquenta e seis mil euros, um aumento de quase vinte por cento, com tendência constante de subida. Os valores aumentam anualmente, sem haver uma explicação pública, um estudo de impacto ou relatório de execução que o justifique.

Lamentamos que, após vários anos de apoios avultados, continue por concretizar a realização de estudos sérios sobre o impacto económico, social e territorial do evento no concelho de Oeiras. Persistem, igualmente, os problemas reportados pela população residente na área envolvente ao recinto, nomeadamente no que diz respeito ao ruído, ao lixo, à mobilidade e à insuficiência de infraestruturas de apoio. As sugestões de melhoria feitas pelos serviços técnicos da Câmara Municipal continuam a não ter tradução prática. As contrapartidas apresentadas pelo promotor permanecem meramente simbólicas: um número limitado de bilhetes distribuídos pela CMO, visibilidade institucional, pequenas ações pontuais e a inclusão de uma banda local num palco secundário. Consideramos manifestamente insuficiente esta compensação face à escala do apoio público atribuído, sobretudo tendo em conta o carácter marcadamente comercial do evento e os preços elevados praticados na bilhética que em 4 anos aumentaram cerca de vinte por cento. A isenção de taxas proposta insere-se num padrão de apoio acrítico e automático, que não responde às legítimas expectativas dos munícipes nem obedece aos princípios da boa gestão pública. É nosso entendimento que qualquer apoio desta natureza deve ser precedido de uma análise criteriosa dos custos e benefícios, devidamente ancorada em dados objetivos e numa estratégia municipal clara para a área da cultura e do território. Neste contexto, reafirmamos que o NOS Alive pode e deve continuar a existir e até a ser apoiado, mas não à custa de um investimento público desproporcional, sem retorno mensurável para a comunidade. Apoiamos a existência do NOS Alive enquanto evento cultural, mas recusamos continuar a financiar, com dinheiros públicos, um modelo de relação desequilibrado, pouco transparente e sem garantias de benefício coletivo real. O que está em causa não é cultura, é responsabilidade. Votámos contra esta proposta por

entendermos que a responsabilidade política exige maior exigência, maior transparência e maior compromisso com o interesse público.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

----- “Faz favor.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

----- “Vamos dar a palavra ao público. -----

----- Temos cinco municíipes inscritos e a primeira, a munícipe Rita Amaro. -----

----- Tem cinco minutos para fazer a sua intervenção.” -----

5.1. A Senhora Rita Amaro, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente. Peço desculpa, estou afónica. Permita cumprimentá-la, cumprimentar também o Senhor Vereador Pedro Patacho, aqui na substituição do Senhor Presidente. -----

----- Eu tive a honra, porque é muito raro vir a Assembleias Municipais, de assistir na primeira parte à intervenção do Senhor Presidente, que falou nas pessoas em situação de sem abrigo, e que fez uma alusão a Lisboa. Lisboa é incomparável ao território de Oeiras. A malha territorial é completamente distinta. As notícias que eu trago não são tão positivas, de facto. Serão quarenta? Serão cinquenta? Serão sessenta? Serão muitos, por certo. Posso dizer-vos neste momento que temos, na Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, em Paço de Arcos, uma proliferação de indivíduos em situação de sem-abrigo e que emergem, emergem e que se fixam no nosso condomínio, que é o famoso condomínio do Pingo Doce, que é o Condomínio dos Navegantes. Eu como estou muito mal da minha voz e não vos quero maçar... Eu não posso fotografar pessoas, é a única que trago de pessoas. Posso dizer-vos que há agressões a idosos, pedradas a automóveis, ameaças de “viras a esquina, eu corto-te a garganta”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Agora, há outra questão também aqui que foi trazida na anterior Assembleia Municipal, a que eu também tive o gosto de ouvir online. Eu pergunto: querem abrir a Estação dos Navegantes do SATUO, onde está centrado um problema gravíssimo de saúde pública? É onde estes senhores dormem há um ano, todos os dias. Eu não tenho dúvidas, e que fique aqui claro porque eu sei que esta Assembleia está a ser gravada, eu não tenho dúvidas dos esforços que este Município tem feito na sinalização destas pessoas (não tenho dúvidas), quer do Departamento de Desenvolvimento Social (porque lá trabalhei) e, depois, da prossecução que todo este processo tem, nomeadamente para o IDEQ (Instituto Prevenção e Tratamento da Dependência Química e Comportamentos Compulsivos). -----

----- A minha pergunta é outra. Depois do IDEQ sinalizar a situação, o que é que se faz à instrução do processo? É que há um manual, que todos conhecem, certamente, julgo eu, não é, que é o manual de procedimentos de referenciação e articulação entre a saúde mental e o sector social para as pessoas em situação de sem-abrigo. Este está desatualizado, já há um de dois mil e vinte e dois. Eu em dois mil e dezanove estava na saúde mental. -----

----- O que eu quero aqui dizer, e deixar bem claro, é que as situações que estão a proliferar e que estão a amedrontar as trinta e oito famílias que residem no condomínio do Pingo Doce, Condomínio dos Navegantes, neste momento nenhum deles está sinalizado no Departamento de Saúde Mental da ULS Lisboa Ocidental. Nenhum. Significa que a instrução do processo que a entidade que ficou provavelmente com este processo, ou o Município, que eu não duvido que tenha feito o seu trabalho, ou então o IDEQ, não deixou prosseguir este processo. E este processo só é bem conduzido se conseguirmos articular com entidades ministeriais: PSP; Ministério da Saúde; a ULS Ocidental, no nosso caso, que é a nossa área territorial e Segurança Social. -----

----- Sobre este assunto é o que eu tenho a dizer, e espero que seja solucionado atempadamente porque, como deve de calcular, Senhora Presidente, há um ano que vivemos este

terror. Não podemos chegar à meia noite a casa, nem muito menos os filhos. Alertando naturalmente para a questão de saúde pública. -----

-----A outra questão que trago prende-se com a delegação de competências que foi delegada deste Município na União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, naquilo que diz respeito a....”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Rita Amaro, município de Oeiras** perguntou seguinte: -----

-----“Não tem importância, venho para a semana. Quer que eu venha para a semana, Senhora Presidente?”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Rita Amaro, município de Oeiras**, concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Eu tento ser muito rápida. A transferência de competências que foi delegada na UFOPAC, de facto, eu pergunto para que é que serve. Eu tenho, nós temos no nosso edifício um buraco à saída, aliás o que podem ver aqui, esta pedra, aliás eu tive o cuidado de fazer mais para quem quiser, para as outras forças políticas que quiserem. Temos aqui um buraco à saída deste prédio que num mês provocou uma laceração na frontotemporal de um senhor que teve que ir para o Hospital São Francisco Xavier com um traumatismo craniano. Também provocou, uma senhora que eu tive que socorrer com uma fratura na tíbia, e logo de seguida também teve que fazer-se a substituição da sua prótese do joelho. Eu pergunto, se isto é delegação de competências: um banco a cair no centro histórico. Eu pergunto se isto no mercado, onde uma senhora de sessenta e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

anos caiu e fraturou o maxilar superior (e naturalmente a sua dentição), pergunto se isto é delegação de competências? Ou se é o cumprir a delegação de competências que o Município, e bem, atribuiu à UFOPAC? Pergunto se isto... Atenção, que esta questão que eu estou a colocar é num raio no máximo de quinhentos metros. Quinhentos metros. É entre a Avenida do Senhor Jesus dos Navegantes, a Rua Regueira de Paço de Arcos, a Travessa Marquês de Pombal, que vai para o jardim de Paço de Arcos e a Costa Pinto. Senhora Presidente, isto é delegação de competências? Pessoas que caem todos os dias? Temos os caixotes do lixo neste estado? -----

----- Deixe-me só terminar, Senhora Presidente. Está-se a aproximar um momento muito, muito importante, que é o período eleitoral. O Poder Local tem, de facto, uma importância extraordinária para os cidadãos. Eu espero que esta campanha eleitoral seja levada a cabo com elevação e respeito. E que as pessoas que foram eleitas, e que vão ser eleitas, consigam respeitar todos. Absolutamente todos.-----

----- Eu, enquanto cidadã, enquanto município de Oeiras há quase quarenta e oito anos, sendo os meus filhos a sexta geração naquela Freguesia, eu não gostei de ver o líder desta bancada, desta Casa, do IN-OV, ao qual eu pertenci anteriormente, até há um ano atrás, colocar, desculpem, um cão a defecar na boca dos eleitores que não são do IN-OV. Eu peço imensa desculpa, Senhora Presidente, mas enquanto cidadã eu tinha que referir esta questão. -----

----- Senhora Presidente, muito obrigada. A todos os que me ouviram também agradeço, e peço desculpa ter ultrapassado o tempo.-----

----- Deseja ficar com as photocópias? Eu fiz a mais, eu fiz a mais para as forças políticas. -

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Ficará juntamente com o processo desta reunião.-----

----- Temos de seguida o Senhor Nuno Stockwell Moreira, faz favor.”-----

5.2. O Senhor Nuno Stockwell Moreira, município de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Olá, boa tarde. -----

-----Relativamente às linhas de alta tensão, que já hoje foram as faladas aqui, porque sessenta KVA é considerável alta tensão e não média tensão. O Senhor Presidente referiu que iam ser enterradas, no entanto, quem mora no local vê os preparativos para a colocação de dois novos postes, um no cruzamento da Rua Manuel Mendes com a Rua Alice Ogando e outra encostadinha às instalações dos Bombeiros Voluntários, podendo pôr em causa a estabilidade de comunicações de emergência com os bombeiros. -----

-----Todos os pareceres que tivemos acesso dos últimos cinco anos, incluindo da própria obra a decorrer, referem que é entendimento Executivo que a linha tem de ser enterrada, mas continuam a aprovar os projetos para os postes, em vez de forçar o enterrar da mesma. Estas são obras que estão a decorrer sem qualquer alvará visível. -----

-----Quanto ao abate das árvores, também foi aqui falado, foi travado no local uma equipa que se encontrava no momento a abater árvores tendo, inclusive ignorado ordens da Polícia Municipal presente na altura e continuando o corte antes de serem forçados a parar.-----

-----Se as linhas vão ser enterradas por que razão iriam abater aquelas seis árvores? Se o abate não foi aprovado pela Câmara então alguém está a fazer as coisas às escondidas e tem de ser reforçada a fiscalização às obras envolventes e perceber quem mandou abater aquelas árvores.---

-----Obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada pela sua intervenção. -----

-----Senhor Rogério Magalhães.” -----

5.3. O Senhor Rogério Magalhães, município de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito boa tarde. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O meu tema é igual, é o mesmo, faço parte... moro, sou um oeirense há muito tempo e faço parte desta Cooperativa do CHEO.-----

----- Portanto, começo por agradecer estes cinco minutos de democracia, onde os oeirenses podem expressar as suas opiniões, já que infelizmente, as restantes formas de reclamar junto dos serviços da Câmara ou não funcionam ou simplesmente, não se obtém resposta.-----

----- Exemplo claro disso é a reclamação assinada por quarenta e um moradores que deu entrada nos vossos serviços no passado dia cinco de junho, CMO dois mil e vinte e cinco/quatro sete seis três seis. Há mais de um mês e até hoje, permanece sem resposta. -----

----- Esta reclamação expressava a indignação generalizada pela colocação de postes de alta tensão numa zona habitacional consolidada - Cacilhas de Oeiras. Hoje, estamos aqui em representação de uma petição que já tem mais de quatrocentos..., volto a repetir, quatrocentos subscritores, sobre o mesmo tema que exige, segundo o Regimento, um agendamento deste assunto, como ponto de discussão em Assembleia.-----

----- Paralelamente, estamos a acionar todos os meios legais ao nosso alcance para evitar o avanço dos trabalhos.-----

----- Portanto, estamos aqui para deixar um alerta, isto é apenas o início. Neste preciso momento, quer dizer a esta hora, se calhar já passou, mas temos um outro grupo de moradores no local acompanhado por jornalistas para assegurar uma divulgação pública e com mais impacto. Apesar destes processos de divulgação, infelizmente, demorarem algum tempo, garantimos que a comunicação social colocará este tema no ar antes das eleições. Afinal, alterar um percurso de uma linha de alta tensão afastando um condomínio de luxo em construção, a Alves Ribeiro, para colocar em cima de uma cooperativa habitacional existente há mais de quarenta anos, é ou não é uma excelente manchete?-----

----- Concluo, agradecendo a todas as bancadas, naturalmente e faço votos que se juntem a

nós.-----

-----Finalizo, citando um edoc que depois está relacionado com um documento interno da Câmara da DGEP o nove cinco cinco quatro, que diz o seguinte:-----

-----“Existindo um entendimento do Executivo de que as linhas de média tensão (média, vulgo, alta, porque estamos a falar em sessenta KVA), existentes neste local e em ambiente urbano consolidado ou em vias de consolidação, deverão ser integralmente enterradas”. Isto é um documento da Câmara Municipal.-----

-----Portanto, eu quero finalizar, quero questionar, digamos, qual é o interesse maior da Câmara, do que o interesse da saúde e bem-estar dos oeirenses e quero deixar aqui só duas notas finais.-----

-----Primeiro: Foi dito aqui há pouco que a E-Redes tem alguma coisa a ver com isto. Meus amigos, quem aprova a colocação dos postos de alta tensão ou dos apoios, como tecnicamente se chama é a Câmara. Portanto, vamos ser claros, porque eu não gostei de ouvir essa situação. -----

-----Outra nota: Convido também é uma leitura do Decreto-Lei onze de dois mil e dezoito, enfim, digamos, que o mundo não é só política, o mundo também tem decretos-leis e também tem conhecimento técnico. Portanto, eu convido à leitura, e volto a repetir, do Decreto-Lei onze de dois mil e dezoito, sobre a exposição humana a campos eletromagnéticos. Está muito longe daqueles mitos que se falam ou que se falava de que é só escolas, que é só hospitais, que é só lares de idosos, enfim, o âmbito é muito mais abrangente e estou a falar de um decreto-lei.-----

-----Com isto termino e quero só dizer mais duas ou três coisas que me espantam.-----

-----Estes pontos de apoio não estão à distância regulamentar, inclusivamente da via pública, ou seja, eles estão postos atrás de um caixote de lixo, mais ou menos, a um metro e meio da via pública, onde passam veículos. Ok, isto não pode ser, tem que estar, no mínimo, três metros. Está junto a uma árvore, a um dragoeiro. É um dragoeiro que também é uma árvore, enfim, que



A blue ink handwritten signature, likely belonging to the Mayor of Oeiras, placed in the top right corner of the document.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

está protegida e que também não pode ser cortada. Enfim, e depois tem o outro ponto de apoio está junto aos bombeiros que põe em causa as comunicações e que já o colega referiu. -----

----- Termino assim, muito obrigado a todos.” -----

5.4. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Nós recebemos um documento a pedir para ser tratado na Assembleia Municipal, só que enviámos para a Câmara um pedido de esclarecimento, porque nós, Assembleia Municipal não temos na nossa posse a documentação. Portanto, enviámos para a Câmara Municipal para nos dar os esclarecimentos. Esperamos que a Câmara nos envie esses esclarecimentos e só depois disso nos poderemos pronunciar ou marcar uma reunião para debater o assunto.” -----

----- **O Senhor Rogério Magalhães, município de Oeiras**, disse o seguinte:-----

----- “Todos nós só agradecemos que antes, se ainda não houve realmente esse tempo de análise que as obras não continuem.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Nós enviámos para a Câmara o pedido para que nos esclareçam, portanto, da nossa parte quero que o Senhor saiba que posição é esta. Nós, não podemos tomar nenhuma posição, não estamos esclarecidos, o processo está na Câmara. A Câmara terá de nos dar a informação para depois podermos fazer um agendamento sobre o assunto.” -----

----- Muito obrigada, pela sua apresentação.” -----

----- **O Senhor Rogério Magalhães, município de Oeiras**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Temos o Senhor Amílcar Dias. Faz favor, como sabe, tem cinco minutos.” -----

5.5. O Senhor Amílcar Dias, município de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Espero não demorar tanto tempo. Então muito boa tarde a todos. É só para informar

que é a primeira vez que estou numa Assembleia, e fiquei de certa maneira assim surpreendido com algumas coisas, positivamente e negativamente, posso dizer. -----

-----Eu estou aqui para falar um pouco sobre um problema que, com as dimensões dos problemas que aqui se puseram, eu penso que o meu é, realmente, uma coisa residual. Mas torna um pouco o aspeto mais relevante.... Vou-vos falar de uma situação que tem a ver com o abate, a reparação e o corte de algumas árvores, ou arbustos, ou reparação das árvores ali na zona de Leceia. Quem conhece aquela zona, eu moro exatamente no sítio de Leceia que vai para a estrada que se chama Estrada do Caminho da Serra, que é a estrada vai até lá cima ao Picadeiro do Cardiga, que antigamente..., que já tem alguns anos. -----

-----Acontece que a dimensão disto era irrelevante, mas tem sete anos de queixas, apresentação, contactos frequentes com a Câmara Municipal, com a Polícia Municipal, com vereadores, com uma série de pessoas relacionadas com este assunto da Proteção Civil. -----

-----O que é que acontece? É que nós estamos ali numa zona onde o terreno em causa, que é um eucaliptal, quando nós cortamos para cima é só eucaliptos, e os eucaliptos não estão na dimensão, na cercadura que a lei impõe de cinquenta metros. Também, eu comprehendo que nós precisamos de árvores e tudo isso, agora, o que acontece é que as ramadas dos eucaliptos que são enormíssimas estão para cima das casas. E então o que se passa é o seguinte, temos ali duas situações: --

-----Uma que é um terreno privado, que a Câmara disse que não sabia a quem pertencia e nós fomos à conservatória e conseguimos saber e apresentar à Câmara, oferecemos à Câmara a planta dos cinco elementos, dos donos do terreno (que a Câmara não conseguiu saber), e mesmo ao lado existia o serviço dos SIMAS, que era o antigo depósito das águas, que também tem as árvores a cair para cima das nossas casas. Inclusive, nesta semana que passou, houve uma ramada que caiu em cima do telhado da habitação, portanto, um terreno público, da Câmara Municipal, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

neste caso dos SIMAS, que partiu telhas aos moradores desta moradia. Por acaso não acertou numa criança que ia na altura a passar, por uma questão de um ou dois metros que não a afetou.-----

----- Portanto, o que se passa, eu tomei nota aqui de uma intervenção de uma senhora, penso que vereadora, que disse que a “cultura da Câmara”, eu até escrevi “cultura do trabalho, do desenvolvimento e da resolução dos problemas dos cidadãos”. É isso que eu estou aqui a tentar chamar a atenção de que este processo tem sete anos. Eu vou repetir: sete anos, com todas as entidades do Município, portanto, atentas ao problema, mas que não o resolvem.-----

----- O que é que isto tem depois que prejudica? Prejudica a limpeza dos esgotos. Esteve lá uma empresa que me pediu novecentos euros para pôr aquela..., para limpar o esgoto, mais uma empresa que me pediu oitocentos euros para me limpar o telhado, mais o poste que está a cair na rua, e que tem a ver com a NOS e com a MEO, e que eles dizem que não podem de maneira nenhuma mexer em árvores, porque não é competência deles e está a prejudicar as ligações da MEO e da NOS.-----

----- Por último, para vos dizer realmente que temos estas despesas inerentes, da limpeza dos esgotos, dos saneamentos, já para não falar que a rua necessitava de ter ali umas lombas. Já falámos até numa campanha com o Senhor Presidente Isaltino, que o encontrámos numa dessas recolhas de assinaturas e já falámos nisso. Portanto, o próprio Presidente está dentro do assunto..-

----- E, por último, para vos dizer que a Senhora Engenheira Marta Galvão, que fez um pedido de orçamento para a limpeza e que, entretanto, ficou “ainda não sabemos muito bem a quem pertence, quem é o dono, quem é o proprietário do terreno”. A minha vizinha informou a Câmara, deu-lhe o contacto do proprietário com o número de telefone e tudo e, portanto, estamos à espera ao fim de - volto a chamar a atenção, de sete anos – que este processo... Até vos posso passar a informação do número do processo.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada...”-----

-----O Senhor Amílcar Dias, município de Oeiras, concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Pronto, é só isso. É para vos dizer que, realmente, volto a chamar a atenção que são sete anos parados no tempo e que não há maneira de resolver os assuntos.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Irei pedir à Câmara que dê alguma explicação, mas, no fim.-----

-----Portanto, foi o Senhor Amílcar Morais Dias e agora temos o Senhor Daniel Sousa.-----

-----Tem cinco minutos para a sua intervenção.”-----

5.6. O Senhor Daniel Sousa, município de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente e cumprimento todas as pessoas presentes.-----

-----Senhora Presidente, neste último sábado inaugurou-se o “Cinema ao Ar Livre” na Fábrica da Pólvora. Foi uma sessão muito participada, tem um cartaz muito interessante e é num local muito simpático e com história para o Município de Oeiras.-----

-----No entanto, existiram algumas reclamações por parte das pessoas que estavam a assistir, nomeadamente quanto à dimensão do ecrã, que é mais pequeno do que nos anos anteriores.

-----Este ano também, as sessões estão a durar apenas um mês e em anos anteriores duravam dois meses, portanto, era em julho e em agosto.-----

-----Existe uma outra situação que em anos anteriores existiram também sessões para crianças, no Jardim Municipal de Oeiras ou na Fábrica da Pólvora.-----

-----Neste sentido, gostaria de pôr à consideração também do Município de Oeiras de repor esta situação ou de considerar esta situação relativa aos Cinema ao Ar Livre que são importantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

também para as pessoas que têm assistido a estas sessões ao longo dos anos.-----

----- Uma outra situação que também gostaria de endereçar, tem a ver com a acalmia de tráfego em algumas ruas aqui adjacentes à Biblioteca Municipal. Eu recebi respostas da Câmara para os três arruamentos que eu reportei, nomeadamente da Avenida Pedro Álvares Cabral, Rua Oeiras do Piauí e a Avenida Francisco Sá Carneiro. Nesta última que é a Avenida Francisco Sá Carneiro, está mesmo aqui ao pé da biblioteca, há uma questão de segurança importante, porque tem a ver com as crianças que saem da piscina e os jovens também que saem aqui da biblioteca e quando nós estamos aqui a chegar à biblioteca é difícil de as ver, porque há um lugar de estacionamento mesmo em cima da passadeira. A Câmara Municipal de Oeiras consente com esta situação por causa da escassez do estacionamento. No entanto, há aqui um valor importante também de considerar que é a segurança das pessoas que travessam a passadeira e também a segurança dos próprios automobilistas uma vez que se coloca aqui uma situação de risco. -----

----- Deste ponto de vista, a Câmara não vai agir. É uma prerrogativa que está por parte da Câmara Municipal, mas, por outro lado, eu dei conhecimento também à maioria dos partidos que estão presentes aqui nesta Assembleia Municipal e não recebi nenhuma resposta e, portanto, da experiência que eu tenho, as assessorias no Parlamento respondem rapidamente a algumas das questões que eu coloco, mas sobre esta situação, de facto, os partidos aqui presentes não se posicionaram e também não deram nenhuma resposta a este tema. -----

----- Estes eram os temas que eu tinha para endereçar aqui. -----

----- Muito obrigado.”-----

5.7. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Vereador, o Senhor pode responder a algumas questões aqui colocadas? É competência da Mesa, mas na realidade, eu não sei responder, portanto, se o Senhor estiver em

condições de o fazer agradecia.”-----

5.8. O Senhor Vereador Pedro Patacho, em substituição do Senhor Presidente da C.M.O., prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu, em primeiro lugar relativamente à Senhora Rita Amaro, que colocou aqui um conjunto de questões que podemos separar em dois grupos, um relacionado com a situação dos sem-abrigo e outro que, na verdade, foi um ataque deliberado à União de Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.-----

-----Relativamente ao primeiro ponto: já foi dito aqui hoje que os sem-abrigo que existem em Oeiras, são pessoas que estão identificadas pelos serviços municipais. Foi dito que Lisboa não tem comparação... tem, tem, comparação. Lisboa tem quinhentos e setenta e um mil habitantes e tem três mil pessoas em situação de sem-abrigo e Oeiras tem cento e setenta e dois mil habitantes e tem trinta pessoas em situação de sem-abrigo. Se formos a fazer o cálculo da proporção das pessoas sem-abrigo relativamente à população residente, vemos que há uma enorme diferença. Mas ultrapassando isso, julgo que a questão que foi colocada não tinha tanto que ver com aquilo que já foi esclarecido que é:-----

-----Atualmente são à volta de trinta pessoas; estão perfeitamente identificadas pelos serviços, são pessoas que insistem em permanecer na situação em que se encontram, não obstante o acompanhamento e as visitas dos técnicos municipais, mas a questão, na verdade que foi colocada, foi a questão da sequência deste processo noutras instâncias. Portanto, aquilo que eu diria é que a Senhora Presidente envie pedidos de esclarecimentos adicionais e tenho a certeza que a Senhora Vereadora Teresa Bacelar e os Serviços de Ação Social responderão sobre qual tem sido a sequência e o que é que tem originado que essas pessoas, apesar de todos os esforços das equipas de as retirar daquela condição, insistem em manter-se nessa condição.-----



A blue ink signature, likely belonging to the speaker or a witness, is positioned in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Pela Senhora Rita Amaro, foram mencionadas questões que têm gerado desconfiança, receio nos moradores, por isso também merece ser analisado. E, portanto, certamente que a Senhora Vereadora e os serviços analisarão em função destas duas questões adicionais que é a sequência do processo e o eventual desconforto, insegurança e desconfiança que pode estar a ser gerado pelos moradores. E, já agora devo acrescentar só uma pequena nota pessoal. Por acaso moro lá, no Condomínio do Interface e quer eu, quer os sessenta e dois vizinhos que eu tenho, ninguém sente desconfiança, nem ninguém sente receio, nem ninguém sente medo e estas pessoas não ...claro que é aborrecido a sua situação e todos questionam: "Mas porque é que não saem desta situação", mas não tive conhecimento quer dos proprietários dos escritórios, quer dos habitantes dos apartamentos, em todo aquele Condomínio e são, juntando escritórios e os apartamentos são setenta ou oitenta frações, não, ouvi e nem tenho conhecimento, até agora, de que alguém se sinta inseguro ou tenha receio relativamente a essa situação, mas vamos certamente analisar. -----

----- Depois há aqui uma outra questão que eu julgo que merece esclarecimento, as pessoas que estão aqui sentadas merecem saber e também quem nos está a ouvir lá em casa, merecem saber que, a Senhora Rita Amaro, até há pouco tempo ou até algum tempo, era membro da Assembleia de Freguesia da UFOPAC, da União de Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra Paço de Arcos e Caxias tendo perdido o seu mandato. E, portanto, sabe como as coisas funcionam, perfeitamente, conhece as pessoas e conhece os canais. Se há um buraco no passeio, se há um banco que está partido, sabe muito bem onde se deve dirigir e sabe muito bem onde deve reportar essa situação e enquanto cidadã solicitar à União de Freguesias que, no âmbito da transferência de competências, resolva esse problema. E, em vez disso, optou por vir aqui fazer um número político de achincalhamento, de achincalhamento e de denegrir a imagem da União de Freguesias e da sua Executiva, é disto que estamos a falar. Portanto, veio aqui fazer um número político.-----

----- De resto, gostava de acrescentar que da parte da Câmara Municipal, o Executivo da União de Freguesias merece toda a nossa confiança. Tem feito um trabalho extraordinário na União de Freguesias que, por exemplo, eu enquanto Vereador com responsabilidade do Pelouro da Educação, o trabalho que a União de Freguesias tem feito nas nossas escolas do primeiro ciclo e jardins de infância, tem sido absolutamente notável, com um sentido de urgência incrível e resolução tempestiva dos problemas. -----

----- Portanto, recomendo-lhe que apresente o assunto em sede própria, a Câmara Municipal que não deixará de perguntar ao Executivo da Junta, porque é que há um buraco no passeio e passaram duas ou três semanas e ainda não foi tapado. Mas, recomendo-lhe que apresente em sede própria, depois do número político que nos veio aqui apresentar. -----

----- Muito rapidamente, o Senhor Nuno Moreira e o Senhor Rogério Magalhães, manifestaram as suas preocupações relativamente à alegada instalação de um poste de alta tensão.

----- Eu antes desta Assembleia Municipal tinha tido oportunidade de, com os senhores líderes dos vários grupos políticos, ter uma reunião com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que já nos tinha informado sobre aquilo que também disse aqui, ou seja, esse assunto já chegou à Assembleia Municipal e a Senhora Presidente enviou pedidos de esclarecimento à Câmara, os quais está a aguardar, para depois então esclarecer e se analisar o assunto. Mas, entretanto, eu pedi também aos serviços municipais alguma informação sobre esta questão e aquilo que me foi informado e é a informação que eu posso transmitir aqui, mas também o esclarecimento profundo, detalhado e mais rigoroso a Câmara apresentá-lo-á. Responderá tanto a petição dos munícipes que foi entregue na Câmara Municipal como à Assembleia Municipal, de facto, foi entregue a cinco de julho, já passaram algumas semanas, mas será respondido garantidamente e será respondido com detalhe, com rigor e com profundidade. Mas, para já, aquilo que me dizem é que o Município de Oeiras, e esta é a posição oficial do Município, considera que não há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fundamento para já, na petição em causa, uma vez que não existe qualquer decisão do Executivo Municipal, ou dos serviços municipais relativamente à instalação de um poste de alta tensão na zona habitacional consolidada referida. -----

----- Em todo o caso, informa-se também que já há várias décadas que aquela zona é atravessada por uma linha de média tensão e que é intenção do Município de Oeiras, em articulação com a E-Redes prosseguir a médio a prazo com o enterramento dessa linha, respeitando aquilo que é o Plano de Pormenor e as operações de loteamento aprovadas. Portanto, isto é a intencionalidade do Município do Oeiras em articulação com a E-Redes, é vir a enterrar aquelas infraestruturas cumprindo os instrumentos de gestão territorial que estão eficazes e de loteamento que estão aprovados. -----

----- De qualquer das formas é uma preocupação legítima dos cidadãos. Foi entregue na Câmara Municipal um pedido de esclarecimento, foi entregue na Assembleia Municipal, há uma demora aqui de algumas semanas é verdade, mas a Câmara Municipal está empenhada em coligir a informação toda que é necessária para vos responder com rigor, com o devido fundamento e com a profundidade que é necessária para o esclarecimento cabal da situação. -----

----- Por fim, o Senhor Amílcar Dias, desconheço completamente, o assunto, mas tudo aquilo que disse aqui é relevante, é preocupante e merece ser analisado. Portanto, eu peço-lhe desculpa por não lhe saber dizer nada sobre este assunto, mas garanto-lhe que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal fará chegar o pedido de esclarecimento à Câmara Municipal e a Câmara Municipal irá coligir informação necessária para esclarecer esta questão. -----

----- Senhor Daniel Sousa - Cinema ao Ar Livre. Também eu fiquei preocupado, devo dizer que não sabia. Eu também fiquei preocupado de o ecrã ser mais pequeno, da programação ser apenas de um mês e não de dois e de não haver programação infantil como tem havido até aqui. Portanto, quero dizer-lhe e eu fiquei igualmente preocupado e revejo-me totalmente nestas

preocupações.-----

-----Portanto, não sei porque é que isto aconteceu. Há de haver alguma razão e irei analisar.

-----Relativamente à outra questão que colocou, também informou aqui que os serviços analisaram e já responderam, portanto, foi respondida e o que disse relativamente aos grupos políticos, cabe aos grupos políticos responderem.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vereador. -----

-----Estamos esclarecidos.-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), pretende usar da palavra? Faz favor.”

5.9. **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:

-----“Sim, Senhora Presidente. Muito obrigada. -----

-----Gostaria de comentar algumas das preocupações que também são partilhadas pelo Grupo Político Evoluir Oeiras e vou fazê-lo por ordem das intervenções.-----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Rita Amaro, partilhar das preocupações. Também eu frequento bastante aquela zona, sou trabalhadora há dezasseis quase dezassete anos, naquela zona e, portanto, também costumo reportar na aplicação do Meu Bairro todos os buracos e são muitos que existem naquela zona e que, na verdade, por mais reparações que sejam feitas estão sempre a aparecer.-----

-----Portanto, é preciso uma intervenção no território, não só nesta Freguesia, mas também nas outras, muito próxima dos cidadãos. E, portanto, é preciso equipas, de facto, na rua a resolver estas situações que ocorrem.-----

-----E, depois, não deixa de ser surreal, termos a Presidente da União de Freguesias a falar da cultura do trabalho, eu, como disse, frequento aquela zona há dezassete anos e foram raras as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vezes que encontrei a Presidente naquele local, onde fica também a Junta de Freguesia. -----

----- A situação dos sem-abrigo já aqui abordámos duas vezes, não vou voltar a repetir. Sei que enviei um requerimento a pedir informação. Na própria Assembleia disseram que essa informação ia ser enviada e até hoje, Senhor Vereador, continuamos à espera, não existe essa informação.-----

----- Em relação à situação do poste de alta tensão, Senhor Vereador, não é “alegada”. Já estive no local, já foram cortadas árvores, existe um buraco para a colocação de um poste e, portanto, se não há autorização.-----

----- Senhora Presidente também lhe dizer a si, que não podemos tomar posição, nós devemos, existe o princípio da precaução e, portanto, aquilo que tem que se tomar a decisão imediata é não se podem prosseguir as obras sem completa verificação do que se passa no local ou estão as entidades a fazer obras que a Câmara não autorizou? -----

----- Depois, pedir à Câmara Municipal, em relação à situação do terreno do SIMAS, que verifique a situação no local e, portanto, é urgente a verificação e que proceda ao restabelecimento da lei procedente ao aparo destas ramadas que estão a pôr em risco terrenos, casas e propriedade vizinha e muito mais a pôr em perigo cidadãos.-----

----- Depois, por fim, agradecer ao cidadão Daniel, peço esclarecimentos, de facto sobre esta a situação que ainda não foi resolvida em relação ao lugar de estacionamento aqui junto à Assembleia Municipal, uma vez que já foi reportada e também do conhecimento dos grupos políticos há mais de um mês. Saber porque é que não foi resolvida até porque não cumpre o Código da Estrada. -----

----- Por fim, Senhor Vereador, também dizer-lhe que em relação ao Festival, o Senhor Vereador fica preocupado, também eu fico preocupada, principalmente, porque é uma proposta que é da sua área, é da área da cultura e da educação e, portanto, salvo erro também foi o Senhor

Vereador a assinar esta proposta quando ela foi votada na reunião de Câmara.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.”-----

5.10. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Agradecer a todos os nossos municíipes que hoje aqui estiveram a reportar as suas preocupações.-----

-----Relativamente à munícipe Rita Amaro, dizer que, de facto, já falámos dos sem-abrigo e que também representa um problema de saúde pública, tal como ela veio aqui dizer hoje. -----

-----E, dizer ao Senhor Vereador Pedro Patacho que, de facto, a Assembleia Municipal é a sede própria para os municíipes apresentarem as suas preocupações, as suas reclamações, porque nós fomos eleitos precisamente para isso, para ouvirmos os cidadãos, para reportarmos e acompanharmos os casos junto da Câmara Municipal, portanto, independentemente das situações que poderão ter havido entre a munícipe Rita Amaro e a União de Freguesias referida, aqui é a sede própria. -----

-----Depois, dizer ao senhor munícipe Nuno Stockwell e ao munícipe Rogério Magalhães, que tal como foi dito, vamos acompanhar a situação e, naturalmente, tratá-la devidamente. -----

-----Quanto aos outros dois casos, uma vez que o Senhor Vereador diz que serão reportados e que a Câmara se irá pronunciar sobre eles, tomámos a devida nota. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.”-----

5.11. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Relativamente à intervenção da Doutora Rita Amaro, eu gostava de dizer ao Senhor Vereador, em substituição do Senhor Presidente, que gostei muito de assistir ao seu número político, na forma como interpretou a vinda cá da Doutora Rita Amaro. E, quero dizer-lhe que repudio de absolutamente lamentável, a forma como o Senhor Vereador aqui se portou. -----

----- Sobre o poste de alta tensão, Senhora Presidente, independentemente de não termos ainda as respostas, nada nos impede, face a esta urgência que aqui foi agora manifestada de podermos vir a marcar a audição dos peticionários, porque a Senhora Presidente disse que a Assembleia Municipal tinha feito um requerimento a solicitar a informação, o que está correto. Falta, referir aos municípios que serão ouvidos em sede de Comissão e que terão dez minutos para fazer uma intervenção inicial e depois mais dez no final para responder aos partidos e só posteriormente é que a petição é trazida à Assembleia Municipal. -----

----- Termino, Senhora Presidente, dizendo que espero que relativamente aos eucaliptos, o Senhor Vereador não tenha feito aqui mais um número político e que, finalmente, ao final de sete anos, o problema dos eucaliptos seja efetivamente resolvido.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Senhor Deputado António Moita (IN-OV) faz favor.”-----

5.12. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Era só para constatar o facto de que há um conjunto de forças políticas que não têm feito outra coisa nas últimas sessões, e que se preparam para continuar até setembro, aqui, a

fazerem números políticos e que depois se espantem tanto com outras coisas que vão acontecendo aqui.-----

-----E, portanto, era só para realçar que nada disto é estranho, nada disto, enfim, é coisa que não estivéssemos à espera, só espero é que que as próximas sessões não sejam como esta, em que, de facto, em termos produtivos pouco aconteceu. Falou-se de casos, falou-se de coisas que, provavelmente, não deveriam ter acontecido e, pronto, faço votos para que o verão que agora entra seja um verão calmo, que não seja um verão tão quente como aquilo que alguns querem.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.” -----

5.13. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, em nome do Partido Chega, antes de mais, quero agradecer a todos os munícipes que cá vieram e dizer que é uma vergonha, a forma como os munícipes são tratados nesta casa. -----

-----Tenho muito respeito por si, Senhor Vereador, mas hoje parecia uma encenação do Senhor Vice-Presidente, quando está, todavia, nervoso, quando tem que ofender. As pessoas podem dizer o que quiserem naquela cadeira e nós temos que respeitar, quer gostemos, quer não gostemos, mas temos que respeitar. Acho que esta Casa é uma Casa da Democracia, não é a Casa da crítica, não é uma casa da crítica. -----

-----Acho que especialmente a Doutora Rita Amaro foi muito direta, foi muito objetiva, trouxe fotografias, constatou e eu penso que, quer dizer, a Senhora foi aqui achincalhada de uma



A blue ink signature, likely belonging to the President of the Assembly, is positioned in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

forma, desculpe, repugnante. Nós já tivemos aqui um senhor que veio aqui também expressar as suas ideias e foi parar ao tribunal. E, eu pergunto: então isto é casa da ditadura ou é a casa da democracia? Senão, qualquer dia, ninguém vem falar aqui. As pessoas chegam aqui e até já têm medo, vão para o tribunal, vão ser gozado, vou ser chincalhado, portanto, eu acho que tem que ser chega desta palhaçada toda. Portanto, isto tem que ser uma casa da democracia e tem que ser uma casa de respeito acima de tudo.” -----

5.14. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, chega é, do Senhor deturpar as coisas. O Senhor está a deturpar...” -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interrompe e diz o seguinte:**

----- “Senhora Presidente, desculpe...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção e disse o seguinte:** -----

----- “O Senhor está a deturpar as coisas, está. O Senhor está a falar que o senhor que veio aqui e que fez umas afirmações e que com isso foi para o tribunal, não é bem assim. Quer dizer, fez afirmações caluniosas para todos nós. Não foi só para o Senhor Presidente da Câmara foi para todos nós.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção e disse o seguinte:** -----

----- “Ó Senhora Deputada, a Senhora mantém falar ao mesmo tempo que os outros. Ouça se faz favor. -----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor de usar da palavra.” -----

5.15. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria agradecer aos munícipes que vieram a esta casa expor as suas posições e,

sobretudo, o tempo que estiveram à espera para poderem ser ouvidos. Por isso, eles merecem todo o nosso respeito. Também, porque nós estamos aqui por eles e para eles. -----

-----Dizer que, relativamente à Senhora Rita Amaro, só quem não conhece a zona é que não sabe o que é que a Senhora está a falar. São realmente casos preocupantes, sobretudo, porque na zona a que se refere existem muitas pessoas já de idade avançada que têm dificuldade em andar. Portanto, qualquer ocorrência que existe no piso para essas pessoas é bastante complicada e mesmo em sede de Assembleia de Freguesia, isto é conhecido, até porque já houve pessoas que reclamaram junto da Freguesia.-----

-----Portanto, em relação aos restantes municíipes. Uns, como sabe já estão a ser tratados e os outros acompanharemos sempre a posição. No fundo, o desenrolar do que acontece e da posição que eles apresentaram aqui. -----

-----Esta é a posição da Iniciativa Liberal, mas, sobretudo o respeito pelas pessoas que vêm aqui e que trazem casos, é isto que é o Poder Local, é esta proximidade que é essencial nestes órgãos de Poder Local. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).” -----

5.16. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----“Primeiro, agradecer a todos os municíipes que nos vieram com as suas preocupações, e dizer que estaremos atentos a elas. -----

-----Depois, pegar num tema que eu própria tinha falado, no Período Antes da Ordem do Dia e o Senhor Presidente da Câmara, perguntou-me que localização é que eu me estava a referir. A minha intervenção tinha a ver com Algés, mas acabámos aqui de ouvir que, em Cacilhas também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estão a abater árvores e falaram num dragoeiro, que é uma árvore que implica autorização. Eu não sei se houve autorização, se não houve e gostava muito de ter essa resposta.

----- Obrigada.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu, dizendo o seguinte:

----- “Muito obrigada.

----- Ora bem, antes de terminar, eu não fiz comentários, portanto, mas agradeço a todos os munícipes que aqui vieram pôr as suas questões. Isso é uma prova de que acreditam e reconhecem a Assembleia Municipal.

----- À Senhora Doutora Rita Amaro, primeira pessoa que aqui fez a exposição, eu queria-lhe dizer que, conhece tão bem ou melhor do que eu, até pela sua atividade profissional, o problema que são os sem-abrigo. Nós temos alguns sem-abrigo, não tantos, quanto existem outros concelhos, mas temos alguns. E é difícil, é sempre difícil, porque nós, por vezes, queremos ajudá-los e eles porque psiquicamente não estão bem, não se deixam ajudar e fogem. Como sabe, eu também já tive essa área e eu costumo contar histórias que aconteceram com várias pessoas que eram sem-abrigo que nós conseguimos resolver a situação e eles depois iam-se embora e queriam voltar ao que eram anteriormente. É uma situação complicada, mas que não devemos abandonar e que devemos sempre procurar resolver. Eu comprehendo a sua posição no que diz respeito aos sem-abrigo.

----- No que se refere a obras na via pública, pois isso é da responsabilidade da Junta de Freguesia e eu penso que é mais fácil, tratar diretamente com a Junta de Freguesia, porque, através de nós, Assembleia Municipal, seria muito complicado, porque a nossa relação é com a Câmara Municipal, portanto, temos de fazer a sinalização à Câmara Municipal e a Câmara por sua vez, fazer à Junta de freguesia. Tudo isto por causa de um buraco... é mais complicado e menos direto, digamos assim, mas comprehendo a sua preocupação e são assuntos que têm de se procurar resolver.

-----Queria desejar-vos uma boa noite a todos e também a quem nos acompanhou online.

-----Boa noite.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta minutos.

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,



-----O Primeiro Secretário,



-----A Segunda Secretária,

